

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	24
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	25
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	55
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	185
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	186
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	190
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	191

Índice

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	194
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	195
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	196

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.165.000
Preferenciais	0
Total	1.165.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	25.531.000	24.906.000	23.225.000
1.01	Ativo Circulante	12.046.000	12.566.000	10.460.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.114.000	2.830.000	257.000
1.01.03	Contas a Receber	4.649.000	5.413.000	5.574.000
1.01.04	Estoques	3.390.000	2.898.000	3.224.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.042.000	665.000	633.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.042.000	665.000	633.000
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	221.000	10.000	150.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições a recuperar	821.000	655.000	483.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	56.000	44.000	40.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	795.000	716.000	732.000
1.01.08.03	Outros	795.000	716.000	732.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	29.000	12.000	74.000
1.01.08.03.02	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	604.000	591.000	514.000
1.01.08.03.03	Outros	162.000	113.000	144.000
1.02	Ativo Não Circulante	13.485.000	12.340.000	12.765.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.379.000	6.252.000	6.642.000
1.02.01.04	Contas a Receber	588.000	1.153.000	376.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.410.000	2.273.000	3.619.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.890.000	1.845.000	3.150.000
1.02.01.07.02	Impostos e contribuições a recuperar	520.000	428.000	469.000
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	153.000	180.000	182.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	144.000	136.000	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.084.000	2.510.000	2.465.000
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	1.148.000	1.027.000	977.000
1.02.01.10.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.926.000	1.467.000	1.469.000
1.02.01.10.06	Outros Realizáveis a Longo Prazo	10.000	16.000	19.000
1.02.02	Investimentos	356.000	321.000	334.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.03	Imobilizado	6.233.000	5.293.000	5.338.000
1.02.04	Intangível	517.000	474.000	451.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	25.531.000	24.906.000	23.225.000
2.01	Passivo Circulante	8.556.000	4.543.000	4.355.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	423.000	371.000	225.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	423.000	371.000	225.000
2.01.01.02.01	Salários, férias, encargos, prêmios e outras provisões	306.000	288.000	217.000
2.01.01.02.02	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	2.000	83.000	8.000
2.01.01.02.03	Programas de desligamento e reestruturação	115.000	0	0
2.01.02	Fornecedores	2.331.000	2.251.000	2.645.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	44.000	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	44.000	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	44.000	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.303.000	225.000	204.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.104.000	94.000	78.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	199.000	131.000	126.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.307.000	1.498.000	1.147.000
2.01.05.02	Outros	1.307.000	1.498.000	1.147.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	525.000	758.000	273.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições a recolher	305.000	291.000	269.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	477.000	449.000	605.000
2.01.06	Provisões	192.000	154.000	134.000
2.01.06.02	Outras Provisões	192.000	154.000	134.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	192.000	154.000	134.000
2.02	Passivo Não Circulante	8.209.000	10.677.000	10.044.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.149.000	4.918.000	4.024.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	962.000	4.486.000	3.550.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.187.000	432.000	474.000
2.02.04	Provisões	6.060.000	5.759.000	6.020.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.039.000	1.001.000	2.078.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.04.02	Outras Provisões	5.021.000	4.758.000	3.942.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	5.013.000	4.750.000	3.928.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	8.000	8.000	14.000
2.03	Patrimônio Líquido	8.766.000	9.686.000	8.826.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.353.000	6.353.000	6.352.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.681.000	5.259.000	3.897.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.268.000	-1.926.000	-1.423.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	94.180.000	97.014.000	84.022.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-88.300.000	-91.234.000	-77.719.000
3.03	Resultado Bruto	5.880.000	5.780.000	6.303.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.504.000	-3.371.000	-4.172.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.993.000	-2.889.000	-2.911.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-842.000	-767.000	-815.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-723.000	248.000	-452.000
3.04.05.01	Tributárias	-106.000	-312.000	-168.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-617.000	560.000	-284.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.000	37.000	6.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.376.000	2.409.000	2.131.000
3.06	Resultado Financeiro	1.921.000	2.396.000	-567.000
3.06.01	Receitas Financeiras	2.509.000	2.937.000	344.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.509.000	2.937.000	344.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-588.000	-541.000	-911.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-502.000	-463.000	-1.267.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-86.000	-78.000	356.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.297.000	4.805.000	1.564.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.086.000	-1.612.000	-413.000
3.08.01	Corrente	-1.012.000	-124.000	-194.000
3.08.02	Diferido	-74.000	-1.488.000	-219.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.211.000	3.193.000	1.151.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.211.000	3.193.000	1.151.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,9	2,74	0,99
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,9	2,74	0,99

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	2.211.000	3.193.000	1.151.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-342.000	-503.000	564.000
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais - plano de pensão e saúde	-462.000	-603.000	609.000
4.02.02	IR e CSLL diferidos s/ perdas (ganhos) atuariais com planos de benefícios definidos	120.000	100.000	-45.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.869.000	2.690.000	1.715.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.812.000	3.364.000	1.260.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.059.000	2.829.000	3.425.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	2.211.000	3.193.000	1.151.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Planos de Pensão e Saúde	480.000	438.000	502.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-54.000	-37.000	-6.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	531.000	411.000	447.000
6.01.01.06	Apropriação/baixas das bonificações antecipadas concedidas a clientes	519.000	522.000	545.000
6.01.01.07	Resultado com alienação/baixa de ativos	-12.000	-13.000	34.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	-1.924.000	-2.443.000	403.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.086.000	1.612.000	413.000
6.01.01.11	Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	84.000	45.000	-4.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	51.000	86.000	95.000
6.01.01.14	Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	108.000	-1.077.000	-11.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	-21.000	92.000	-144.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-245.000	530.000	-2.181.000
6.01.02.01	Contas a receber	3.509.000	1.685.000	-132.000
6.01.02.02	Estoques	-492.000	397.000	-531.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-98.000	-13.000	-7.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-36.000	-89.000	-87.000
6.01.02.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	-991.000	-597.000	-569.000
6.01.02.06	Outros ativos	-26.000	46.000	-152.000
6.01.02.07	Fornecedores	66.000	-491.000	-2.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.211.000	-25.000	-94.000
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-392.000	-98.000	-207.000
6.01.02.10	Planos de pensão e saúde	-640.000	-198.000	-139.000
6.01.02.11	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-60.000	-17.000	-293.000
6.01.02.12	Programas de desligamento e reestruturação	115.000	0	0
6.01.02.13	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-53.000	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.14	Outros Passivos	64.000	-70.000	32.000
6.01.03	Outros	-2.000	5.000	16.000
6.01.03.01	Outros Ajustes	-2.000	5.000	16.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-356.000	-287.000	2.253.000
6.02.01	Adições de imobilizados e intangíveis	-557.000	-409.000	-290.000
6.02.02	Adições em investimentos	-36.000	-1.000	-87.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	16.000	2.000	13.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	212.000	249.000	2.614.000
6.02.05	Dividendos recebidos	8.000	5.000	3.000
6.02.06	Empréstimos concedidos a partes relacionadas	0	-133.000	0
6.02.07	Juros recebidos de empréstimos com partes relacionadas	1.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.172.000	-504.000	-3.698.000
6.03.02	Captações	500.000	944.000	0
6.03.03	Amortizações de principal	-10.000	-13.000	-7.717.000
6.03.04	Amortizações de juros	-308.000	-265.000	-1.481.000
6.03.05	Dividendos/JSCP pagos a acionistas	-3.049.000	-1.034.000	-683.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	0	-2.000	0
6.03.09	Integralização de capital	0	0	6.313.000
6.03.10	Pagamento do principal dos arrendamentos	-186.000	-83.000	-130.000
6.03.11	Pagamento dos juros dos arrendamentos	-119.000	-51.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-716.000	2.573.000	-185.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.830.000	257.000	442.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.114.000	2.830.000	257.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.665.000	-1.124.000	0	-2.789.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.665.000	-584.000	0	-2.249.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-540.000	0	-540.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.211.000	-342.000	1.869.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.211.000	0	2.211.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-342.000	-342.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.087.000	-1.087.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.087.000	-1.087.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	0	4.681.000	0	-2.268.000	8.766.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-177.000	0	-177.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.897.000	-177.000	-1.423.000	8.649.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	0	1.379.000	-3.033.000	0	-1.653.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	-1.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	1.766.000	-2.469.000	0	-703.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-386.000	-564.000	0	-950.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.193.000	-503.000	2.690.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.193.000	0	3.193.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-503.000	-503.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-17.000	17.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-17.000	17.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	819.000	-1.118.000	0	-299.000
5.04.01	Aumentos de Capital	6.313.000	0	0	0	0	6.313.000
5.04.06	Dividendos	0	0	433.000	-433.000	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	386.000	-659.000	0	-273.000
5.04.08	Cisão	-6.313.000	0	0	-26.000	0	-6.339.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.151.000	564.000	1.715.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.151.000	0	1.151.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	564.000	564.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.000	-33.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.000	-33.000	0	0
5.07	Saldo Finais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	118.241.000	120.323.000	104.802.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	117.924.000	120.064.000	104.592.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	401.000	304.000	206.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-84.000	-45.000	4.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-95.300.000	-95.934.000	-83.037.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-88.527.000	-90.723.000	-78.079.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.102.000	-1.729.000	-1.952.000
7.02.04	Outros	-3.671.000	-3.482.000	-3.006.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-3.671.000	-3.482.000	-3.006.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	22.941.000	24.389.000	21.765.000
7.04	Retenções	-531.000	-411.000	-447.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-531.000	-411.000	-447.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.410.000	23.978.000	21.318.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.037.000	3.410.000	1.083.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.000	37.000	6.000
7.06.02	Receitas Financeiras	2.731.000	3.108.000	801.000
7.06.03	Outros	252.000	265.000	276.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.447.000	27.388.000	22.401.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.447.000	27.388.000	22.401.000
7.08.01	Pessoal	2.023.000	1.642.000	1.383.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	950.000	897.000	806.000
7.08.01.02	Benefícios	947.000	687.000	515.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	126.000	58.000	62.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.234.000	21.481.000	18.145.000
7.08.02.01	Federais	2.001.000	2.387.000	973.000
7.08.02.02	Estaduais	18.201.000	19.069.000	17.144.000
7.08.02.03	Municipais	32.000	25.000	28.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	979.000	1.072.000	1.722.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.01	Juros	810.000	712.000	1.368.000
7.08.03.02	Aluguéis	169.000	360.000	354.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.211.000	3.193.000	1.151.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	540.000	564.000	273.000
7.08.04.02	Dividendos	50.000	270.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.621.000	2.359.000	878.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	25.866.000	25.345.000	23.762.000
1.01	Ativo Circulante	12.225.000	12.803.000	10.703.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.362.000	3.057.000	483.000
1.01.03	Contas a Receber	4.475.000	5.327.000	5.528.000
1.01.04	Estoques	3.412.000	2.923.000	3.245.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.130.000	735.000	673.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.130.000	735.000	673.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	224.000	13.000	151.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	906.000	722.000	522.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	56.000	45.000	40.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	790.000	716.000	734.000
1.01.08.03	Outros	790.000	716.000	734.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	29.000	12.000	74.000
1.01.08.03.02	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	604.000	591.000	514.000
1.01.08.03.03	Outros	157.000	113.000	146.000
1.02	Ativo Não Circulante	13.641.000	12.542.000	13.059.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.371.000	6.236.000	6.754.000
1.02.01.04	Contas a Receber	592.000	1.155.000	376.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.512.000	2.361.000	3.703.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.905.000	1.863.000	3.162.000
1.02.01.07.02	Impostos e contribuições	607.000	498.000	541.000
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	153.000	180.000	182.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.114.000	2.540.000	2.493.000
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	1.173.000	1.051.000	1.000.000
1.02.01.10.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.926.000	1.467.000	1.469.000
1.02.01.10.06	Outros Realizáveis a Longo Prazo	15.000	22.000	24.000
1.02.02	Investimentos	47.000	33.000	36.000
1.02.03	Imobilizado	6.703.000	5.797.000	5.816.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.04	Intangível	520.000	476.000	453.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	25.866.000	25.345.000	23.762.000
2.01	Passivo Circulante	8.599.000	4.561.000	4.413.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	426.000	373.000	227.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	426.000	373.000	227.000
2.01.01.02.01	Salários, férias, encargos, prêmios e outras provisões	309.000	290.000	219.000
2.01.01.02.02	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	2.000	83.000	8.000
2.01.01.02.03	Programas de desligamento e reestruturação	115.000	0	0
2.01.02	Fornecedores	2.307.000	2.219.000	2.682.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.341.000	239.000	214.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.254.000	210.000	185.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	87.000	29.000	29.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.333.000	1.576.000	1.156.000
2.01.05.02	Outros	1.333.000	1.576.000	1.156.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	525.000	758.000	273.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições a recolher	316.000	345.000	278.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	492.000	473.000	605.000
2.01.06	Provisões	192.000	154.000	134.000
2.01.06.02	Outras Provisões	192.000	154.000	134.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	192.000	154.000	134.000
2.02	Passivo Não Circulante	8.501.000	11.098.000	10.523.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.434.000	5.333.000	4.498.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.703.000	5.314.000	4.455.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	731.000	19.000	43.000
2.02.04	Provisões	6.067.000	5.765.000	6.025.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.040.000	1.001.000	2.079.000
2.02.04.02	Outras Provisões	5.027.000	4.764.000	3.946.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	5.019.000	4.755.000	3.932.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	8.000	9.000	14.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.766.000	9.686.000	8.826.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.353.000	6.353.000	6.352.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.681.000	5.259.000	3.897.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.268.000	-1.926.000	-1.423.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	94.985.000	97.770.000	84.567.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-89.027.000	-91.914.000	-78.200.000
3.03	Resultado Bruto	5.958.000	5.856.000	6.367.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.605.000	-3.470.000	-4.245.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.017.000	-2.927.000	-2.952.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-868.000	-786.000	-835.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-722.000	244.000	-456.000
3.04.05.01	Tributárias	-108.000	-315.000	-172.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-614.000	559.000	-284.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.000	-1.000	-2.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.353.000	2.386.000	2.122.000
3.06	Resultado Financeiro	1.950.000	2.423.000	-557.000
3.06.01	Receitas Financeiras	2.528.000	2.959.000	376.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.528.000	2.959.000	376.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-578.000	-536.000	-933.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-449.000	-419.000	-1.231.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-129.000	-117.000	298.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.303.000	4.809.000	1.565.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.092.000	-1.616.000	-414.000
3.08.01	Corrente	-1.014.000	-126.000	-196.000
3.08.02	Diferido	-78.000	-1.490.000	-218.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.211.000	3.193.000	1.151.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.211.000	3.193.000	1.151.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.211.000	3.193.000	1.151.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,9	2,74	0,99
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99.02.01	ON	1,9	2,74	0,99

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.211.000	3.193.000	1.151.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-342.000	-503.000	564.000
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais - plano de pensão e saúde	-462.000	-603.000	609.000
4.02.02	IR e CSLL diferidos s/ perdas (ganhos) atuariais com planos de benefícios definidos	120.000	100.000	-45.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.869.000	2.690.000	1.715.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.869.000	2.690.000	1.715.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.899.000	3.328.000	1.270.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.099.000	2.857.000	3.449.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	2.211.000	3.193.000	1.151.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Planos de Pensão e Saúde	481.000	438.000	503.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-2.000	1.000	2.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	528.000	417.000	452.000
6.01.01.06	Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	519.000	522.000	545.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos	-17.000	-13.000	34.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	-1.944.000	-2.459.000	409.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.092.000	1.616.000	414.000
6.01.01.11	Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	79.000	42.000	-1.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	64.000	86.000	95.000
6.01.01.14	Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	109.000	-1.078.000	-11.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	-21.000	92.000	-144.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-197.000	466.000	-2.196.000
6.01.02.01	Contas a receber	3.583.000	1.728.000	-193.000
6.01.02.02	Estoques	-489.000	393.000	-533.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-98.000	-13.000	-7.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-48.000	-89.000	-87.000
6.01.02.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	-991.000	-597.000	-569.000
6.01.02.06	Outros ativos	-18.000	49.000	-106.000
6.01.02.07	Fornecedores	74.000	-560.000	38.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.213.000	-26.000	-96.000
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-429.000	-131.000	-225.000
6.01.02.10	Planos de pensão e saúde	-640.000	-198.000	-139.000
6.01.02.11	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-60.000	-17.000	-293.000
6.01.02.12	Programas de desligamento e reestruturação	115.000	0	0
6.01.02.13	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-53.000	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.14	Outros Passivos	70.000	-73.000	14.000
6.01.03	Outros	-3.000	5.000	17.000
6.01.03.01	Outros Ajustes	-3.000	5.000	17.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-373.000	-196.000	2.321.000
6.02.01	Adições de imobilizados e intangíveis	-595.000	-430.000	-298.000
6.02.02	Adições em investimentos	-36.000	-1.000	-2.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	16.000	2.000	13.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	242.000	233.000	2.608.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.221.000	-558.000	-3.763.000
6.03.02	Captações	530.000	964.000	0
6.03.03	Amortizações de principal	-122.000	-137.000	-7.812.000
6.03.04	Amortizações de juros	-361.000	-320.000	-1.541.000
6.03.05	Dividendos/JSCP pagos a acionistas	-3.049.000	-1.034.000	-683.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	-32.000	2.000	-8.000
6.03.09	Integralização de capital	0	0	6.313.000
6.03.10	Pagamento do principal dos arrendamentos	-110.000	-19.000	-32.000
6.03.11	Pagamento dos juros dos arrendamentos	-77.000	-14.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-695.000	2.574.000	-172.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.057.000	483.000	655.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.362.000	3.057.000	483.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000	0	9.686.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000	0	9.686.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.665.000	-1.124.000	0	-2.789.000	0	-2.789.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.665.000	-584.000	0	-2.249.000	0	-2.249.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-540.000	0	-540.000	0	-540.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.211.000	-342.000	1.869.000	0	1.869.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.211.000	0	2.211.000	0	2.211.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-342.000	-342.000	0	-342.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.087.000	-1.087.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.087.000	-1.087.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	0	4.681.000	0	-2.268.000	8.766.000	0	8.766.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000	0	8.826.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-177.000	0	-177.000	0	-177.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.897.000	-177.000	-1.423.000	8.649.000	0	8.649.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	0	1.379.000	-3.033.000	0	-1.653.000	0	-1.653.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	-1.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	1.766.000	-2.469.000	0	-703.000	0	-703.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-386.000	-564.000	0	-950.000	0	-950.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.193.000	-503.000	2.690.000	0	2.690.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.193.000	0	3.193.000	0	3.193.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-503.000	-503.000	0	-503.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-17.000	17.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-17.000	17.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000	0	9.686.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000	0	7.410.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000	0	7.410.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	819.000	-1.118.000	0	-299.000	0	-299.000
5.04.01	Aumentos de Capital	6.313.000	0	0	0	0	6.313.000	0	6.313.000
5.04.06	Dividendos	0	0	433.000	-433.000	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	386.000	-659.000	0	-273.000	0	-273.000
5.04.08	Cisão	-6.313.000	0	0	-26.000	0	-6.339.000	0	-6.339.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.151.000	564.000	1.715.000	0	1.715.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.151.000	0	1.151.000	0	1.151.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	564.000	564.000	0	564.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.000	-33.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.000	-33.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000	0	8.826.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	119.333.000	121.330.000	105.510.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	118.965.000	121.038.000	105.291.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	447.000	334.000	218.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-79.000	-42.000	1.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-96.339.000	-96.663.000	-83.552.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-89.219.000	-91.374.000	-78.541.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.202.000	-1.807.000	-2.005.000
7.02.04	Outros	-3.918.000	-3.482.000	-3.006.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-3.918.000	-3.482.000	-3.006.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	22.994.000	24.667.000	21.958.000
7.04	Retenções	-528.000	-417.000	-452.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-528.000	-417.000	-452.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.466.000	24.250.000	21.506.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.004.000	3.395.000	1.111.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.000	-1.000	-2.000
7.06.02	Receitas Financeiras	2.750.000	3.131.000	837.000
7.06.03	Outros	252.000	265.000	276.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.470.000	27.645.000	22.617.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.470.000	27.645.000	22.617.000
7.08.01	Pessoal	2.048.000	1.666.000	1.405.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	970.000	917.000	822.000
7.08.01.02	Benefícios	951.000	689.000	520.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	127.000	60.000	63.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.233.000	21.710.000	18.307.000
7.08.02.01	Federais	2.011.000	2.479.000	1.039.000
7.08.02.02	Estaduais	18.190.000	19.206.000	17.240.000
7.08.02.03	Municipais	32.000	25.000	28.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	978.000	1.076.000	1.754.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.01	Juros	809.000	720.000	1.399.000
7.08.03.02	Aluguéis	169.000	356.000	355.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.211.000	3.193.000	1.151.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	540.000	564.000	273.000
7.08.04.02	Dividendos	50.000	270.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.621.000	2.359.000	878.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2019

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi um marco importante na trajetória da BR, pois com a venda de 393.187.500 ações, o equivalente a 33,75% do capital total da Companhia, a Petrobras reduziu sua participação de 71,25% para 37,5%, fazendo da BR uma das maiores companhias privadas do Brasil. A privatização trouxe inúmeras possibilidades de potencializar sua agenda de 10 iniciativas para criação de valor, com maior agilidade, flexibilidade e foco.

Especificamente no quarto trimestre de 2019 lançamos nosso Plano de Transformação Organizacional, onde, conforme previsto na iniciativa de Gestão de Pessoas, buscamos alinhamento às melhores práticas de mercado. Aprovamos o organograma da Companhia para melhor execução do nosso plano de valor, criando diretorias e dando maior foco nas áreas de inteligência de mercado, marketing, conveniência e varejo, meios de pagamentos, além das áreas de tecnologia, jurídico e gestão de pessoas. Lançamos o Programa de Desligamento Optativo – PDO, que teve como objetivo apoiar o ajuste da composição da nossa força de trabalho através de uma solução estruturada e com as melhores opções para os empregados.

Além disso, tivemos importantes avanços na forma de contratação de nossos fretes. Renegociamos parte expressiva dos nossos contratos de transporte, permitindo otimizações nos percursos e importantes melhorias nos níveis de serviços prestados pelos nossos transportadores, com elevado potencial de redução de custos.

Avançamos, ainda, na gestão operacional buscando a captura das oportunidades e arbitragens no trading de produtos, ampliando ainda mais a representatividade de importações no nosso mix de vendas, o que também contribuiu para o aumento do lucro bruto. As importações de gasolina e diesel ultrapassaram no 4T19 a marca de 20% do total do suprimento desses produtos e tal sistemática de sourcing deverá permanecer na estratégia da BR.

Continuamos avançando com foco e entusiasmo na execução das nossas 10 iniciativas de criação de valor, reiterando o potencial de nossos ativos, pessoas, produtos e marcas, que vão gerar resultados consistentes e sustentáveis no longo prazo.

O desempenho da Companhia no ano de 2019 alcançou o EBITDA ajustado consolidado de R\$ 3.105 milhões o que representa um aumento de 21,4% em relação a 2018. Este valor equivale a um EBITDA unitário de R\$ 77/m³, representando um incremento de cerca de R\$

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

15/m³ na comparação com 2018. Esse aumento resulta, principalmente, do gradual reposicionamento de margens de comercialização, menores despesas operacionais, maiores receitas operacionais e menores provisões para perdas de crédito esperada (PCEs).

O volume total de vendas foi 5,3% inferior na comparação com o terceiro trimestre, principalmente em razão da redução das vendas de diesel -13%, parcialmente compensada pela venda de produtos ciclo otto 2,8% superior. Essa redução se justifica em função da maior seletividade no mix de vendas, sobretudo no segmento de grandes consumidores. Conscientes de que buscaremos sempre o equilíbrio de rentabilidade de nossos negócios no balanceamento correto de margens e volumes, mas sempre tendo no horizonte que a escala dos negócios e a liderança no market share são pilares importantes em nossa agenda de valor sustentável ao longo do tempo.

Em 2019 foram comercializados 129,1 milhões de m³ de combustíveis. O consumo de gasolina teve queda em 2019, diminuindo sua participação em 1,1 p.p. para 29,6% na matriz de consumo de combustíveis, além disso, também houve queda na participação de combustíveis de aviação em 0,3 p.p. Por outro lado, a forte alta do consumo de etanol implicou em aumento de sua participação na matriz energética. Já o consumo de diesel teve queda de 0,1p.p., diminuindo sua participação na matriz de consumo de combustíveis.

Este ano também foi especialmente importante no fortalecimento da Cultura de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e no conceito de interdependência. Tivemos resultados positivos com a redução dos acidentes e suas consequências para as pessoas e o meio ambiente. A Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) em 2019 foi de 0,38, uma queda de 33% em relação a 2018 (0,57), e ainda maior em comparação ao número de 2017 (0,82), o que mostra um excelente e contínuo aperfeiçoamento em termos de SMS.

Ampliamos também a nossa rede de postos e conquistamos mais 2 milhões de novos clientes para o programa de fidelidade Petrobras Premmia, ultrapassando a marca de 14 milhões de consumidores. Lançamos novos produtos da linha Lubrax – com tecnologia de ponta e especificações únicas – e fomos reconhecidos com premiações que confirmam o nosso lubrificante como o melhor e mais lembrado do mercado.

O Cartão do Caminhoneiro, produto inovador da Companhia, voltado inicialmente a autônomos e que funciona como pré-pago para a compra de diesel em postos da bandeira, está disponível em cerca de 300 postos nos principais corredores rodoviários do país, responsáveis por 50% do volume de diesel rodoviário comercializado pela BR. O caminhoneiro pode transferir valores para o cartão e convertê-los para litros de óleo diesel, a serem utilizados com preço garantido por até 30 dias na rede de postos credenciada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O produto tem como objetivo dar mais segurança, facilidade e garantia para os consumidores, atendendo uma demanda do mercado, de proteção em relação às oscilações do preço do óleo diesel e com preço competitivo. O cadastro pode ser feito no site, no app de celular (IOS e Android) ou via Call Center.

Acompanhando a tendência de crescimento do setor de biocombustíveis, lançamos, em agosto de 2019, o etanol aditivado Petrobras Grid, complementando a família de produtos aditivados dos Postos BR. Comercializado inicialmente na cidade de São Paulo, o produto já está disponível em diversas cidades de todo o estado, com excelente aceitação dos revendedores e consumidores.

Em Comunicação e Marketing, prosseguimos com nosso foco nos produtos de maior valor agregado com a campanha "Grid, a gasolina completa" acompanhada de uma promoção de vendas e campanhas de incentivo. A gasolina Podium contou com uma campanha de visibilidade em dezembro, nos principais mercados, reforçando seu posicionamento como o combustível mais avançado do mercado.

Mantivemos nossa forte presença no aplicativo Waze com mais de 2 milhões de navegações realizadas para nossos postos a partir da ferramenta.

Avançamos nos nossos compromissos firmados na Agenda de Sustentabilidade, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Ratificamos a nossa responsabilidade com a promoção dos direitos humanos e equidade de gênero, junto à nossa força de trabalho e nossa cadeia de valor, inclusive com iniciativas que fortaleçam o relacionamento comunitário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PERFIL

A Companhia foi constituída em 1971 para assumir as atividades de distribuição e comércio de produtos de petróleo e derivados, então realizadas pela sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Possuímos a maior capilaridade do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Brasil, servindo 7.817 postos de serviço com bandeira “BR” e, aproximadamente, 18,5 mil clientes dos segmentos de Grandes Consumidores, produtos de aviação e outros, conforme definidos a seguir. Para atender aos milhares de postos de serviço revendedores e de clientes consumidores, nos valem da capilaridade de nossa infraestrutura logística, atuando em todas as unidades federativas do país, contando com 44 bases operadas pela BR, participações em 17 bases conjuntas (pool com sócio (s)), 26 armazenagens conjuntas com outras distribuidoras, 8 armazenagens em portos e 4 operadores logísticos, totalizando 95 unidades operacionais. Possuímos ainda 11 depósitos de lubrificantes, 4 operadores logísticos de lubrificantes e atuamos em 90 aeroportos, todos estrategicamente distribuídos ao longo das cinco regiões brasileiras. Com essa plataforma, somos capazes de suprir eficientemente as demandas de todos os nossos clientes em qualquer município brasileiro.

Somos líderes no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no país em volume de vendas, com destaque para excelência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos em todos os segmentos operacionais, quais sejam:

- Rede de Postos

Consiste na rede de postos de serviços que ostentam a bandeira Petrobras, onde são comercializados combustíveis e lubrificantes, além de uma oferta de conveniência (BR Mania), troca de óleo (Lubrax +) e serviços diferenciados para segmento rodoviário (Siga Bem).

- Mercado Consumidor

Consiste na comercialização de combustíveis líquidos, óleos lubrificantes, Arla 32 e prestação de serviços associados aos nossos clientes do mercado consumidor.

- Mercado de Aviação

Consiste na comercialização de querosene de aviação (JET-A1) e gasolina de aviação (AVGAS 100) e prestação de serviços de abastecimento de aeronaves em aeroportos do país para companhias aéreas, aviação militar, clientes governo e aviação executiva, que operam no setor de transporte aéreo doméstico e internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Mercados Especiais (Coque, Produtos Químicos, Energia e Asfaltos)

No negócio de Produtos Químicos, atuamos no beneficiamento e na distribuição de produtos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas. Na comercialização de Energia, distribuimos o coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional e desenvolvemos projetos para comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, somos responsáveis pela operação da concessão de gás natural no estado do Espírito Santo.

SUSTENTABILIDADE

Em 2019 avançamos na nossa Agenda de Sustentabilidade, com: iniciativas de redução das emissões de gases de efeito estufa; redução dos impactos socioambientais da nossa infraestrutura; geração de impacto positivo na mobilidade das pessoas; e ampliação do uso de energias renováveis nos nossos negócios.

No que se refere ao relacionamento comunitário, realizamos ações em parceria com escolas, associações comunitárias e organizações locais dos setores público e privado. O Plano é integrado ao nosso Programa de Voluntariado Corporativo, em que a força de trabalho é estimulada a contribuir com o desenvolvimento local. Além disso, mantemos um canal de diálogo com as comunidades por meio do SAC e da Ouvidoria que também recebem manifestações desses públicos. Os principais tópicos e preocupações levantadas por meio destes canais se referem a questões de segurança, direitos humanos e demandas comunitárias.

Outra iniciativa que fortaleceu o relacionamento comunitário e estimulou o debate sobre direitos humanos foram as rodas de conversa promovidas com alunos do programa social do Circo Crescer e Viver, instituição local patrocinada pela BR.

Em 2019, reafirmamos nosso compromisso com os Princípios do Empoderamento das Mulheres e os princípios do Pacto Global da ONU, o qual passamos a integrar diretamente o rol de empresas participantes, assim como nossa filiação ao Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Como novos compromissos, aderimos à Coalizão Empresarial pela Equidade de Gênero e Raça do Instituto Ethos e CERRT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, ao Programa Na Mão Certa da Fundação Childhood Brasil e ao Programa Laço Amarelo do Observatório Nacional da Segurança Viária, visando maior aperfeiçoamento nos temas de equidade de gênero e raça, enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, e trânsito seguro, respectivamente.

Realizamos em junho, na nossa sede no Rio de Janeiro, o Fórum de Sustentabilidade da BR Distribuidora, que trouxe especialistas nos temas: sustentabilidade nos negócios, investimento sustentável, direitos humanos, relacionamento comunitário, mobilidade sustentável, diversidade, energias renováveis, inovação social e logística verde. O evento foi aberto ao público geral, com participação de empresas parceiras, organizações da sociedade civil, estudantes e da nossa força de trabalho.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com instituições parceiras, promovemos eventos de sensibilização e conscientização da força de trabalho e do público em geral. Em nossa sede, em maio, aconteceu o “Equidade de Gênero nas Organizações”; em agosto, o lançamento do Relatório da Situação de Paternidade no Brasil, elaborado pelo ONG Promundo. O evento contou com a presença do CEO da instituição, Gary Baker, e estimulou o debate sobre paternidade e equidade de gênero. Em dezembro organizamos o III Fórum WEPs Rio de Janeiro (Princípios de Empoderamento das Mulheres), juntamente com a ONU Mulheres.

Divulgamos conteúdos sobre direitos humanos e equidade de gênero para nossas unidades operacionais; instituições parceiras; motoristas, por meio do nosso Programa de Motorista DEZtaque; prestadores de serviço e comunidades do entorno.

Realizamos duas campanhas nas redes sociais. A primeira foi sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, com foco no enfrentamento da exploração sexual. Divulgamos a Turma do Disque 100, com personagens criados por estudantes de escolas públicas, vizinhas às nossas unidades. A segunda campanha foi a Campanha dos 21 Dias com postagens para as datas de Consciência Negra, Enfrentamento da Violência Doméstica, Laço Branco (homens pelo fim da violência doméstica), Luta contra AIDS e Proteção dos direitos humanos.

No tema da mobilidade, em 2019 finalizamos a primeira fase do Programa de Mobilidade Sustentável Corporativa com o diagnóstico dos padrões de deslocamento da nossa força de trabalho no Rio de Janeiro e em Duque de Caxias. Nosso programa foi selecionado para integrar o whitepaper de melhores práticas no Desafio de Mobilidade Corporativa do Fórum Econômico Mundial 2020.

A BR foi incluída pela primeira vez no índice de sustentabilidade da B3 (ISE B3). Além disso, fomos a única distribuidora de combustíveis selecionada para participar da Carteira 2020 do ISE B3 que marca 15 anos deste Índice de Sustentabilidade Empresarial. Esse resultado demonstra o compromisso da BR distribuidora em desempenhar as melhores práticas do mercado nos temas ambientais, sociais e de governança.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

No que se refere à Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, buscamos a sustentabilidade em nossas atividades e processos e nos comprometemos com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e com a minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios, alinhados ao nosso Plano Estratégico e PNG.

A Taxa de Acidentados Registráveis - TAR em 2019 (0,38) teve uma redução de 33% em relação à 2018 (0,57). Isto representa uma diminuição de cinco trabalhadores acidentados com lesão em 2019. Este resultado reflete a efetividade dos programas de prevenção de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a saúde e segurança dos trabalhadores.

Dentre os programas de segurança realizados em 2019 destacamos o Programa Compromisso com a Vida (PCV), com o objetivo de prevenir danos às pessoas e ao meio ambiente e fortalecer a cultura de segurança, meio ambiente e saúde (SMS) na Companhia com foco principal no fortalecimento da abordagem dos fatores humanos, na implantação das ações da Pesquisa de Percepção de Cultura de SMS, no aprimoramento de tecnologias para melhorias na gestão de riscos do transporte da frota leve e no desenvolvimento de treinamentos virtuais sobre segurança de processos, segurança no trânsito, fiscalização de contratos, tratamento de conduta em SMS, entre outros.

Por meio do Programa Obras Seguras, inspecionamos unidades operacionais reduzindo o risco de acidentes em obras, coordenamos o Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte, com ênfase no monitoramento da frota a serviço da BR, e ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que reconhece os motoristas pelo seu desempenho e manutenção dos indicadores de segurança e sustentabilidade socioambiental.

A taxa de frequência de acidentes de trânsito calculada por milhão de quilômetros rodados (TFAT) em 2019 foi de 0,05, tendo uma redução de 17% em relação à 2018 (0,06). Isto representa uma diminuição de três motoristas acidentados com lesão em 2019. Este resultado reflete a efetividade do programa de Gerenciamento de Risco do Transporte, implantado desde 2010 na BR.

Na gestão da segurança e contingência, atuamos em prevenção, redução da acidentalidade, controle dos riscos e prontidão para situações de emergência, bem como realizamos simulados de emergência em unidades operacionais e administrativas.

Na área ambiental, buscamos melhorar continuamente o desempenho da gestão através de ações que promovam a atuação sustentável. Trabalhamos constantemente para reduzir o uso dos recursos naturais e a geração de resíduos em nossos processos, minimizar as emissões atmosféricas, preservar a biodiversidade, prevenir e mitigar os passivos ambientais, desenvolver projetos que visam a eficiência energética e o fortalecimento da educação ambiental dentro da Companhia.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Gestão de Pessoas

A BR Distribuidora vive um momento relevante em sua história, marcado por um ciclo de grandes transformações, exigindo a tomada de um conjunto de ações visando à sustentabilidade do negócio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

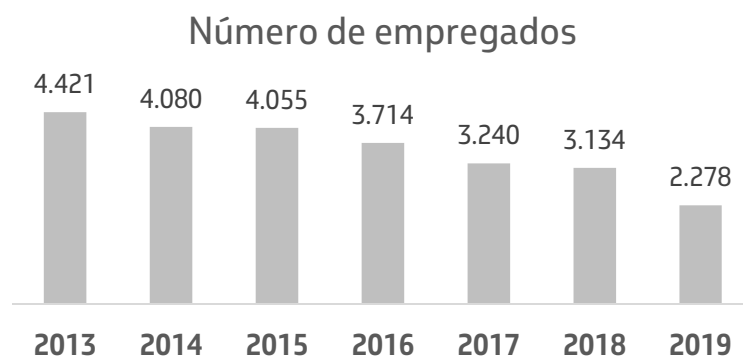
Em 2019 a realizamos diversas iniciativas voltadas para a gestão de pessoas. Foi implementado um novo modelo de avaliação de desempenho, pautado numa avaliação 270 graus para empregados e 360 graus para gestores. O novo modelo tem o objetivo de fortalecer o uso do feedback e acelerar o desenvolvimento dos comportamentos chave para o momento de transformação vivenciado pela BR, como protagonismo por parte de todos, aprendizado como uma necessidade constante e uma liderança transformadora que é pautada pelo desenvolvimento de relações de confiança.

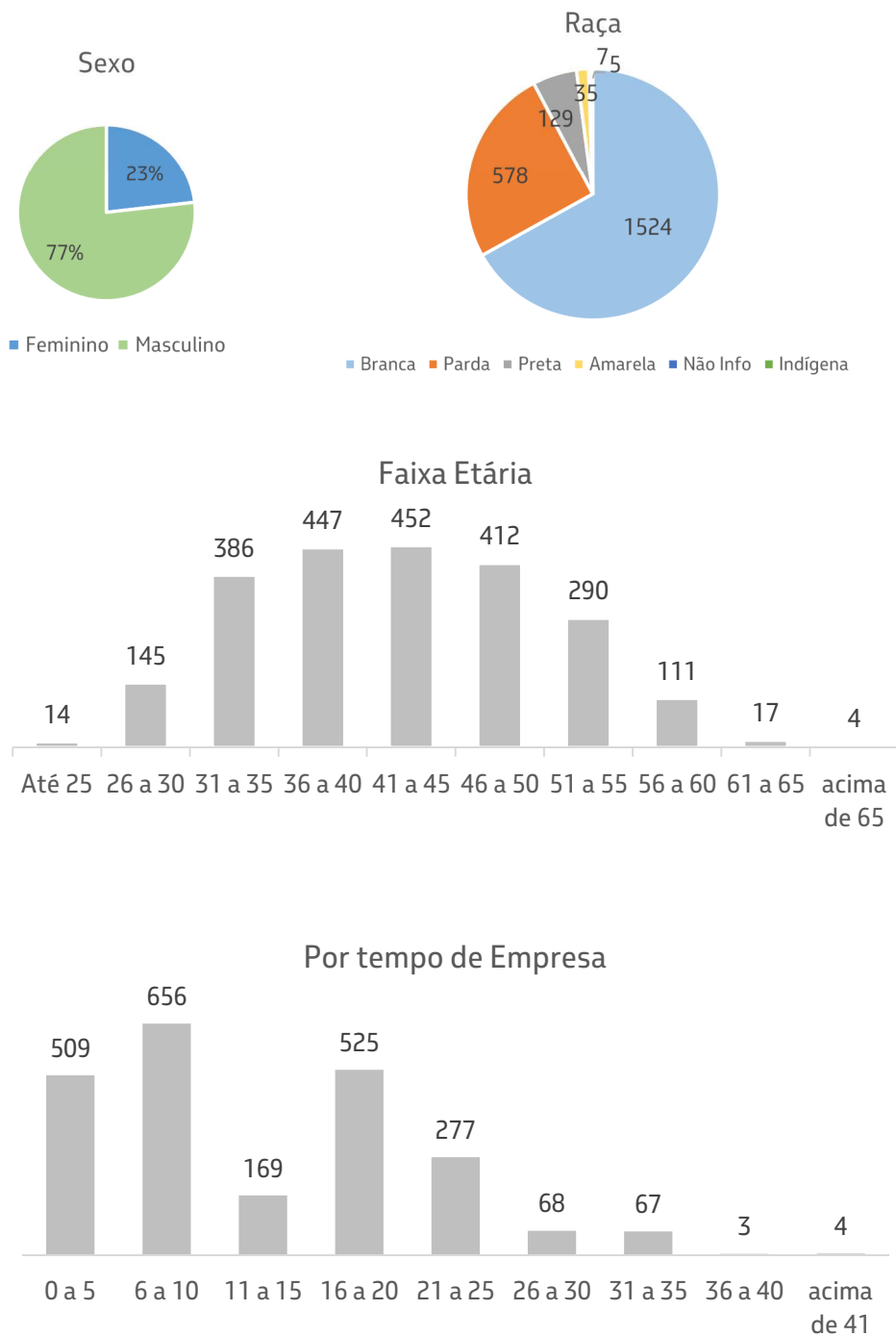
Em outubro de 2019, foram aprovados novos cargos e salários, vigentes a partir de 01/01/2020, com objetivo de aproximar as remunerações pagas aos patamares de mercado. Com isso, aproximadamente, 1030 empregados tiveram readequação salarial, realizada por meio de negociação individual, conforme previsto no artigo 444 da CLT.

Em 2019, lançamos o Programa de Desligamento Optativo - PDO, com objetivo de apoiar o ajuste da composição da nossa força de trabalho por meio de uma solução estruturada e com as melhores opções para os empregados. Em novembro de 2019, os empregados com contrato de trabalho vigente tiveram a oportunidade de se inscrever no programa. O total de empregados inscritos foi de 1.046, com 586 desligamentos realizados em 2019 e 337 saídas previstas para 2020. Foram registradas 123 exclusões e desistências ao programa. Adicionalmente ao PDO, a nossa estrutura organizacional foi reduzida em aproximadamente 140 posições de gestão. A conclusão dessa etapa foi um importante passo do Plano de Transformação Organizacional contribuindo para a agenda de criação de valor da companhia.

Fechamos 2019 com 2.274 empregados, uma redução de 860 empregados (27,4%) em relação a 2018. Esta otimização se deve a uma série de ações relacionadas à adequação do dimensionamento de pessoal considerando os indicadores de produtividade e mudanças dos processos da empresa.

Com relação ao perfil do efetivo, atualmente 1,5% dos empregados são PCD - Pessoas Com Deficiência. Abaixo alguns indicadores da evolução e do perfil do efetivo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para fortalecer a atração e a retenção de empregados, possuímos diversas ações com foco em benefícios e em programas de qualidade de vida. Entre eles, destacamos:

- Assistência Médica Supletiva (AMS): plano de assistência médica gerido pela Gerência de Serviços Compartilhados destinado a empregados, aposentados e pensionistas da companhia e seus respectivos dependentes, contemplando, em 31/12/2019, 17.404

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

beneficiários e uma rede credenciada de 7.944 profissionais, incluídos pessoa física e jurídica, em todo o país.

- Programas que visam à manutenção da qualidade de vida e saúde de seus empregados e dependentes como: Campanha de Vacinação Antigripal; Ações de conscientização: Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Programa Viver Bem (voltado para empregados que apresentam fatores de risco para doenças cardiovasculares), Alimentação Saudável, além de Orientações de Saúde através da intranet.

- Plano de previdência complementar para suplementação dos benefícios concedidos pelo INSS. O plano, administrado pela Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social), oferece aos empregados participantes e seus beneficiários uma série de vantagens, como suplementação da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de serviço e especial, suplementação da pensão por morte e do auxílio-doença, além de pecúlio por morte do participante (este, concedido ao seu dependente/designado);

- Benefícios educacionais cujo objetivo é de contribuir para a formação e a instrução dos dependentes dos empregados da companhia desde a creche até o ensino universitário. Em 2019, foram aplicados R\$ 18,1 milhões em benefícios educacionais.

Alinhado à estratégia da Companhia, implantamos um novo modelo de aprendizagem corporativa com propósito de oferecer soluções educacionais que impulsionem o protagonismo de carreira e o autodesenvolvimento.

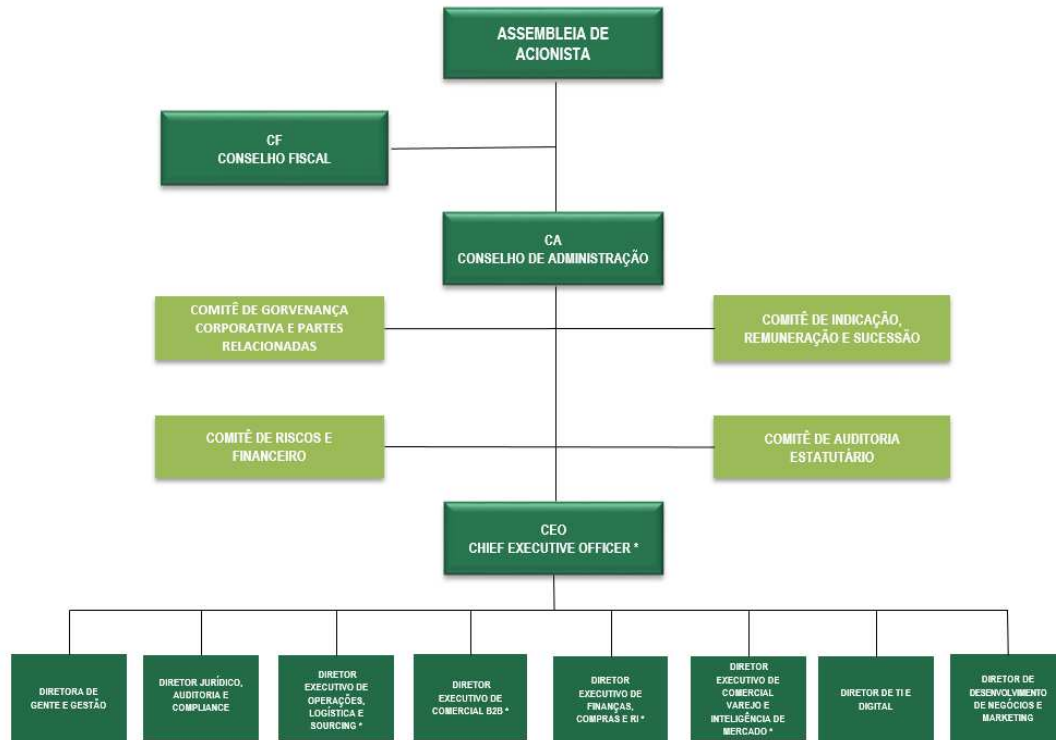
Ao longo de 2019, investimos em diversos programas de capacitação e desenvolvimento, nas modalidades interno, externo, à distância e treinamento no local de trabalho, totalizando mais de 14 mil participações em treinamento, com média de 6,5 por empregado, destas participações 68% foram à distância.

Dentre os programas de maior relevância, destacamos no Campus Virtual o lançamento da Academia de Liderança e a Jornada CRM Salesforce com mais de 30 cursos, na modalidade presencial, tivemos a capacitação da Rede de Instrutores Internos em metodologia voltada para o fortalecimento da gestão do conhecimento.

Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa da Companhia é formada por Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração e seus Comitês, e Diretoria Executiva.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



*Diretoria Executiva

O ano de 2019 foi de aperfeiçoamento e fortalecimento do modelo de governança corporativa. A Companhia teve como principal mudança no ano o fato de ter deixado de ser uma empresa estatal, passando a ser uma empresa privada, com a oferta secundária de ações da Petróleo Brasileiro S.A., que no final de julho deixou ter o controle da BR. Com isso, foi mantido o modelo de governança alinhado às melhores práticas e à estratégia da Companhia, bem como foram realizados ajustes e revisões dos instrumentos de governança, para exclusão de algumas exigências exclusivas de empresas estatais, previstas principalmente na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016, assim como houve a desvinculação do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3.

O Estatuto Social foi reformado, para adaptá-lo à nova condição da Companhia como empresa privada. Dentre as alterações que ocorreram na Assembleia Geral de 7 de junho de 2019, retira-se a menção ao interesse público que motivou a criação da BR, as menções à dispositivos da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16) e a previsão de eleição de um representante dos empregados para o Conselho de Administração.

O modelo de governança corporativa foi mantido, contando o Conselho de Administração com 4 (quatro) comitês de assessoramento: Governança Corporativa e Partes Relacionadas; Indicação, Remuneração e Sucessão; Riscos e Financeiro; e, Auditoria Estatutária.

Ainda em 2019, deu-se início ao aprimoramento da gestão das áreas que suportam a governança corporativa da Companhia. Com base no modelo de três linhas de defesa e tendo em vista a efetividade da prevenção, da detecção, da apuração e da correção desvios em geral, criou-se um Sistema de Gestão de Integridade que, sobremaneira, integra dados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e ações das áreas de Auditoria Interna, Ouvidoria, Controles Internos, Riscos e Conformidade e Ética. Esse Sistema de Gestão da Integridade tem representado uma evolução organizacional — que compreende um conjunto de arranjos institucionais, processos de trabalho, regulamentações, instrumentos de gerenciamento e controle — destinada a promover a integridade da corporação e de sua força de trabalho, sob a responsabilidade e a coordenação de uma área específica.

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, subscrita pelo Conselho de Administração, foi publicada em 31 de maio de 2019, quando a Companhia ainda era estatal. O documento é destinado ao público em geral, reunindo, de forma sintética, as principais informações relativas a compromissos com a consecução de políticas públicas, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da companhia.

Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos

Em razão da oferta pública de distribuição secundária de ações da BR Distribuidora, a Companhia deixou de integrar a Administração Pública Federal. Nesse contexto, a Gerência de Integridade (Auditoria, Compliance e Ouvidoria) vem atualizando as políticas e procedimentos de forma a alinhá-los às melhores práticas de mercado no que se refere à integridade corporativa, considerando o atual cenário de empresa privada.

O Programa de Integridade vem sendo atualizado através do aprimoramento dos mecanismos de prevenção, detecção e tratamento a eventos de fraude, corrupção e temas afins, tais como: (i) Política de Conformidade; (ii) normativo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT); (iii) processos de Due Diligence de Integridade de Contrapartes; (iv) Guia de Conduta; (v) Programa BR de Prevenção da Corrupção - PPC-BR; (vi) Apurações; (vii) Guia de Conduta Concorrencial e (viii) processo de Avaliação de Background Check de Integridade.

Até dezembro de 2019 integramos o Canal de Denúncia Petrobras, mantido por uma empresa independente, contratada pela Petrobras, garantindo o caráter sigiloso da denúncia e o anonimato do denunciante. Estimulamos nossos empregados e demais públicos de interesse a relatar irregularidades e transgressões às normas, se comprometendo a não retaliar quaisquer denúncias colocadas perante o Canal. Em janeiro de 2020, contratamos no nosso próprio “Canal de Ética” (nova denominação do Canal de Denúncias), operado pela mesma empresa especializada e independente.

Iniciamos, em agosto de 2019, a adequação dos nossos processos e atividades à Lei 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), com a designação formal do Ouvidor na função de Encarregado, realizando ações de disseminação para capacitação e conscientização da força de trabalho e da Alta Administração no tema.

No âmbito de riscos corporativos, foram implementadas ações para a melhoria do mapeamento e identificação dos riscos, como também no aperfeiçoamento do processo de emissão dos pareceres. Ao longo de 2019, a Matriz de Riscos Corporativos passou por

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

otimizações estruturais e de conteúdo, com destaque para o agrupamento de riscos afins e aprimoramento das descrições e causas dos riscos.

Adicionalmente, foi concretizado um importante avanço no esforço de mitigação dos riscos de maior severidade da Companhia, que consiste na elaboração de planos de ação para tratamento dos principais fatores que causam os riscos. Destaca-se, ainda, que, no intuito de facilitar o acompanhamento e melhorar a gestão sobre os riscos de maior severidade, a área de Riscos Corporativos e a área de Controles Internos realizaram um trabalho conjunto de associação e implementação de controles para esses riscos.

Ademais, foram elaboradas análises de risco qualitativas e quantitativas, incluindo negociações comerciais, construção de bases, investimentos e desinvestimentos, gestão das marcas, otimizações de compra de produtos e contratações, árvores de decisão para avaliação do risco jurídico e acordos tributários.

Com relação às iniciativas de controles internos, após a privatização foi revisitado o escopo de processos mapeados e de controles internos auto avaliados, bem como foram atualizadas as melhores práticas. Realizamos o assessoramento aos gestores para o aprimoramento dos controles internos destes processos de negócio e dos sistemas que os suportam, bem como o diagnóstico e eventuais planos de ação para oportunidades de melhorias em controles que permeiam mais de uma área na Companhia.

Cabe ressaltar que a área de Controles Internos contribui para o alcance dos nossos objetivos em conformidade com leis e regulamentos, garantindo razoável segurança à integridade dos Relatórios Financeiros.

Por fim, cumpre registrar que disseminamos a cultura de gestão de riscos, conformidade e controles internos, por meio de ações de comunicação e realização de treinamentos dirigidos aos administradores e à força de trabalho da Companhia.

MERCADO DE CAPITAIS

Abertura de Capital da Petrobras Distribuidora

Em 26 de julho de 2019, foi concluída a oferta secundária de ações da BR Distribuidora detidas pela sua controladora, a Petróleo Brasileiro S.A. A Petrobras colocou à venda 393.187.500 ações, o equivalente a 33,75% do capital total da companhia, reduzindo sua participação de 71,25% para 37,5%. O preço por ação foi fixado em R\$24,50 ("Preço por Ação"), perfazendo o montante total de R\$9.633.093.750,00. As ações apresentaram valorização de 22,7% entre a realização do follow on e o dia 30 de dezembro de 2019.

A privatização da BR foi um importante marco na história da Companhia que gera inúmeras possibilidades de potencializarmos nossa de criação de valor, com maior agilidade, flexibilidade e foco. Temos agora como objetivo a implantação de 10 iniciativas que deverão trazer um novo nível de rentabilidade para nossos negócios, um eficiente sistema de precificação, aquisição de produtos, otimização logística, gestão de despesas,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desenvolvimento e gestão de pessoas, marketing e relacionamento, gestão de ativos, conveniência, lubrificantes e serviços financeiros e de fidelidade.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia comunicou a aprovação pelo Conselho de Administração, a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referente ao exercício de 2019, sobre o patrimônio líquido da Companhia, e provisionado nas demonstrações contábeis do 4º trimestre de 2019.

O montante bruto desta antecipação será de R\$ 540.318.218,33, correspondentes a R\$ 0,463792462084373 por ação, do qual ainda será deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), na forma da legislação em vigor, com exceção dos acionistas comprovadamente imunes e/ou isentos, ad referendum da AGO.

O referido pagamento às ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como às demais ações escrituradas perante o Banco Bradesco S.A., será efetuado até o dia 30 de junho de 2020, com base na posição acionária de 04 de dezembro 2019 (inclusive). As ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-juros sobre capital próprio a partir de 05 de dezembro de 2019.).

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Guia de Conduta e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

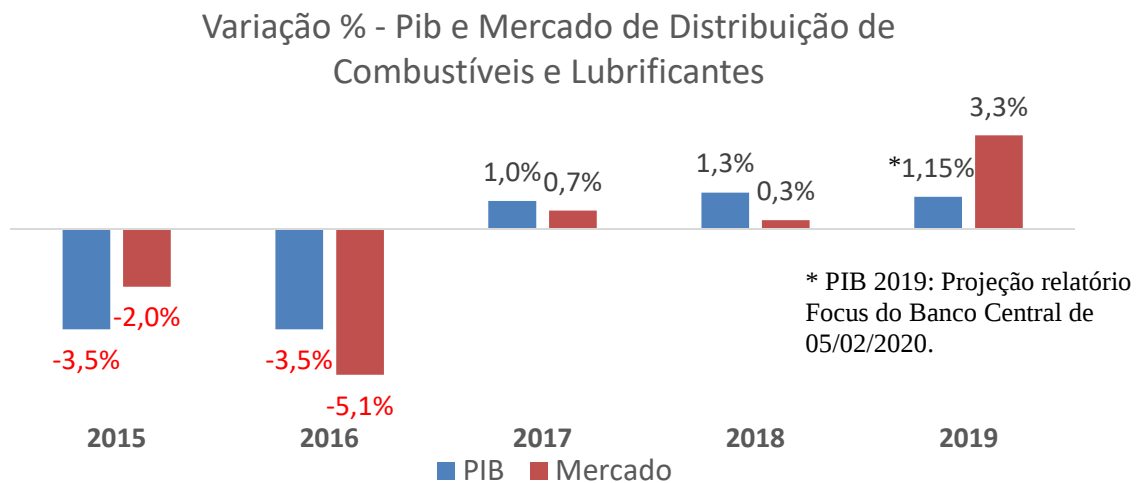
O artigo 23 - item XII do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

Durante o ano de 2019, a KPMG Auditores Independentes foi a responsável pelos trabalhos de auditoria externa na Petrobras Distribuidora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RESULTADOS E NEGÓCIOS****Análise do Mercado de Distribuição**

Em 2019, o mercado nacional de distribuição de combustíveis teve crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior.

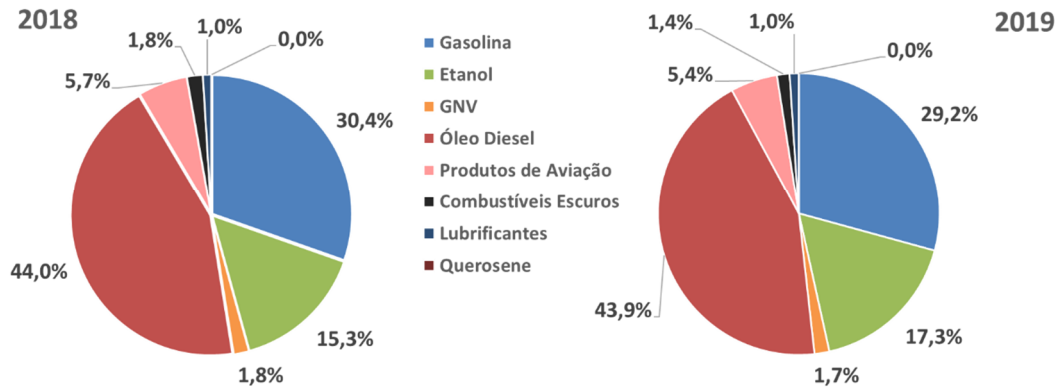
A ligeira retomada da atividade econômica e do consumo das famílias, aliada à estabilidade dos preços de combustíveis e um forte aumento no licenciamento de veículos leves, contribuiu para o aumento efetivo da demanda dos combustíveis.



Em 2019 foram comercializados 130,5 milhões de m³ de combustíveis e lubrificantes. O consumo de gasolina teve queda em 2019, diminuindo sua participação em 1,2 p.p. para 29,2% na matriz de consumo de combustíveis e lubrificantes. Além disso, também houve queda na participação de combustíveis de aviação em 0,3 p.p. *

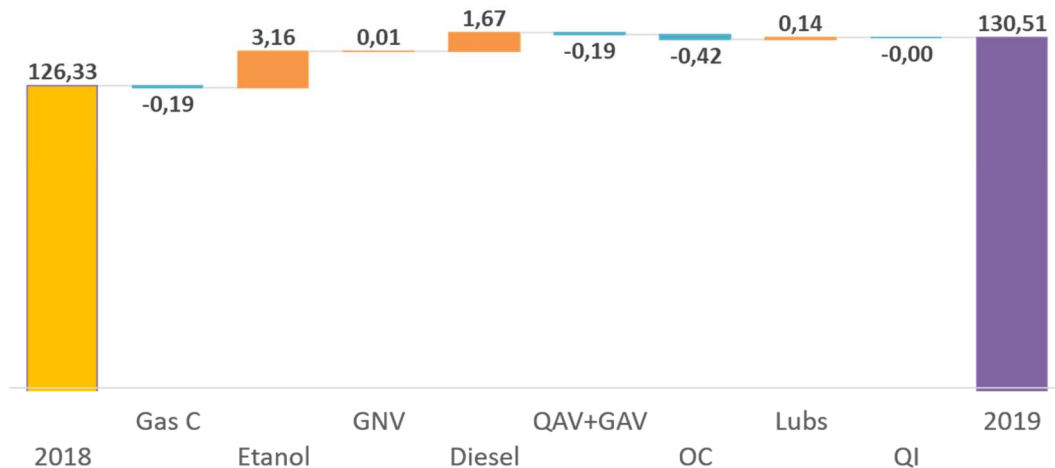
Por outro lado, a alta forte do consumo de etanol implicou em aumento de sua participação na matriz energética, conforme demonstrado no gráfico Participação dos Produtos – Mercado Global.

Houve diminuição de 0,1% da participação do consumo de diesel na matriz de consumo de combustíveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Participação dos Produtos – Mercado**

A alta de 3,3% no consumo de combustíveis e lubrificantes deve-se ao comportamento das vendas de etanol, dos lubrificantes e do óleo diesel, que subiram 16,3%, 11,5% e 3%, respectivamente. Cabe ressaltar que a variação positiva do diesel, deve-se, em parte, à queda de consumo causada pela greve dos caminhoneiros em 2018. Já o ciclo otto em gasolina equivalente (Gasolina, Etanol e GNV), teve alta de 3,7%, apesar da pequena queda de 0,5% do consumo de gasolina.

Mercado Total de Combustíveis e Lubrificantes: Variação por Produto 2018 x 2019
(milhão m³)



Quanto ao consumo de combustíveis escuros (OC), mercado onde temos participação majoritária, houve queda de 18,4% sobre 2018, sobretudo em função do menor despacho das térmicas a óleo combustível, impactando nossas vendas.

O consumo de combustíveis de aviação voltou a cair, após uma recuperação significativa em 2018 de 6,9%, tendo queda de 2,6% em 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2019, as importações de gasolina e de diesel realizadas por importadores autorizados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) cresceram em relação ao ano anterior, devido à finalização da subvenção do preço do diesel em 2018, tornando a paridade de preços favorável para realizações de importações em 2019.

A partir de setembro de 2019 foi implementado o novo percentual de biodiesel, que passou a ser de 11% (B11). A partir de março de 2020, o percentual mínimo obrigatório passará para 12%.

Em 2019, o Governo manteve a alíquota de PIS/Cofins para a gasolina (R\$ 0,7925 por litro) e etanol hidratado, dividido entre produtores (R\$ 0,1309 por litro) e distribuidoras (R\$ 0,1109). Em relação ao diesel e QAV, as alíquotas são, respectivamente, R\$ 0,3515 por litro e R\$ 0,0712 por litro. Sobre a gasolina também incide a tributação da CIDE-Combustíveis de R\$ 0,10 por litro.

Notas:

1. Os dados de mercado têm como fonte a ANP e estão sujeitos a revisão, caso ocorra alguma alteração por parte da mesma.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Análise do desempenho financeiro de 2019****Medições não contábeis – EBITDA, EBITDA Ajustado e margem EBITDA ajustado**

Desde 1º de janeiro de 2013, a Companhia calcula seu EBITDA, de acordo com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012.

O EBITDA ajustado é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da amortização das bonificações antecipadas a clientes, perdas de crédito esperadas do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, plano de incentivo ao desligamento, verbas rescisórias do Plano de Transformação Organizacional, gastos com anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras. A descrição de cada um desses ajustes encontra-se na nota explicativa de número 26 às Demonstrações Contábeis de 2019 e é parte integrante desta divulgação de resultados.

A margem EBITDA ajustada é um índice calculado por meio da divisão do EBITDA ajustado pelo volume de produtos vendidos. A Companhia utiliza a margem EBITDA ajustada por entender ser um bom indicador da rentabilidade de seus segmentos de negócios.

Reconciliação do EBITDA	Consolidado				
R\$ milhões	4T19	4T18	3T19	2019	2018
Composição do EBITDA					
Lucro Líquido	96	1.605	1.336	2.211	3.193
Resultado financeiro líquido	68	(1.847)	(1.579)	(1.950)	(2.423)
Imposto de renda e contribuição social	(96)	577	718	1.092	1.616
Depreciação e amortização	146	102	127	528	417
EBITDA	214	437	602	1.881	2.803
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Setor Elétrico (Sistema Isolado e Interligado)	-	(96)	(1)	(12)	(120)
Perdas e provisões com processos judiciais e administrativos	14	52	9	109	(991)
Amortização de bonificações antecipadas concedidas a clientes	139	134	135	513	522
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	330	76	(3)	311	92
Verbas Rescisórias (Plano de desligamento Optativo e Executivo)	173	-	-	173	-
Abono por repactuação salarial - Plano de Transformação Organizacional	55	0	0	55	0
Gastos com consultoria - Plano de Transformação Organizacional	11	0	0	11	0
Programa de Anistias Fiscais	4	4	-	4	193
Despesas tributárias sobre resultado financeiro	12	39	29	60	59
EBITDA AJUSTADO	952	646	771	3.105	2.558
Volumes de vendas (milhões de m³)	9.929	10.412	10.487	40.181	41.548
MARGEM EBITDA AJUSTADA (R\$/m³)	96	62	74	77	62

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Consolidado 2019

A receita líquida de vendas reduziu 2,8%, passando de R\$ 97.770 milhões em 2018, para R\$ 94.985 milhões em 2019. Esta redução é explicada, principalmente, pela redução de 3,3% nos volumes de produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 0,5% nos preços médios de realização.

O lucro bruto cresceu 1,7%, passando de R\$ 5.856 milhões em 2018, para R\$ 5.958 milhões em 2019, principalmente em função da maior seletividade no mix de vendas e constante trabalho nas margens de comercialização, além de maiores ganhos com a estratégia de suprimentos, parcialmente compensado pela queda de 3,3% do volume vendido. O reposicionamento do diesel, especialmente no mercado consumidor, além da menor demanda de combustíveis pelas térmicas e de dificuldades operacionais de um importante player da aviação nacional no primeiro semestre de 2019, somados à nova dinâmica do mercado de distribuição de combustíveis, com o aumento da representatividade dos produtos importados, foram determinantes para a redução do volume vendido.

As despesas operacionais totais aumentaram 32,8%, passando de R\$ 3.469 milhões em 2018, para R\$ 4.607 milhões em 2019. Destaca-se o aumento de R\$ 1.282 milhões em função do Termo de Acordo Extrajudicial (TAE) com o Estado do Mato Grosso e o Ministério Público de Mato Grosso, formalizado em setembro de 2018, e que resultou na quitação de passivo fiscal proveniente de processos administrativos provisionados anteriormente e que compunham o balanço da Companhia. Adicionalmente, em 2019 houve provisões e pagamentos de, aproximadamente, R\$570 milhões em razão do Plano de Transformação Organizacional. Em contrapartida, no exercício de 2019 houve menores gastos com Publicidade e Cultura em R\$ 82 milhões e com fretes em R\$ 32 milhões, além de maiores receitas operacionais entre as quais destacam-se: Termo de Encerramento de Pendências (TEP) com a Petrobras referente a serviços de armazenagem em R\$ 32 milhões; recuperação de créditos de INSS de R\$ 15 milhões; recuperação de créditos de PIS e COFINS incidentes sobre as amortizações do ativo intangível da concessão do gás do Espírito Santo de R\$ 9 milhões; e ressarcimento pela Petrobras em razão de não cumprimento de contrato de compra e venda de gás natural para mercado secundário R\$ 16 milhões. Além disso, houve redução de R\$ 112 milhões relacionada ao Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), uma vez que em 2018 houve o provisionamento de R\$92 milhões referente à reabertura do PIDV 2016 (R\$17 milhões) e à abertura do PIDV 2018 (R\$75 milhões) da Companhia, enquanto que em 2019 houve a reversão de R\$ 20 milhões em função das desistências dos programas anteriores. Destaca-se ainda a redução de R\$ 231 milhões de despesas tributárias, principalmente em razão de obrigações acessórias oriundas do TAE com o Estado do Mato Grosso em 2018, além de menores gastos com PIS/COFINS relacionados a valores recebidos dos Instrumentos de Confissão de Dívidas (ICDs) formalizados pela Companhia em 2018.

O resultado financeiro apresentou uma redução de R\$ 473 milhões, com uma receita líquida de R\$ 1.950 milhões em 2019, contra R\$ 2.423 milhões em 2018, principalmente em função da menor recuperação de créditos do sistema elétrico a partir dos Instrumentos de Confissão de Dívidas. Em 2018 recuperou-se R\$2.619 milhões com a remensuração do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

valor justo dos ICDs devido às privatizações das empresas Ceron, Eletroacre e Boa Vista, antigas controladas da Eletrobras (R\$ 1.524 milhões), associada à receita financeira decorrente dos recebimentos mensais das empresas Ceron, Eletroacre, Boa Vista e Amazonas Energia (R\$ 1.085 milhões), enquanto que, em 2019 houve a quitação do saldo devedor da Amazonas Energia (R\$ 1.446 milhões) e receitas financeiras com ICDs (R\$ 1.063 milhões), totalizando R\$ 2.209 milhões de resultado financeiro com ICDs em 2019.

Apesar da redução de 30,8% no lucro líquido do exercício, o resultado de R\$ 2.211 milhões é bastante relevante e reflete o empenho dedicado ao melhor gerenciamento do passivo da Companhia e reforça a trajetória de resultados positivos e de rentabilidade que marcam a história de sucesso da Companhia.

O EBITDA ajustado cresceu 21,4%, passando a R\$ 3.105 milhões em 2019, de R\$ 2.558 milhões em 2018, representando uma Margem EBITDA Ajustada de R\$ 77/m³ em 2019, aumento de 25,5% em relação a 2018, quando este indicador apresentou resultado de R\$ 62/m³. Destacam-se para o crescimento a adoção do IFRS 16, os menores gastos com publicidade e cultura e com fretes, as menores provisões de perdas de clientes esperadas para clientes fora do sistema elétrico, além de maiores receitas operacionais e maior lucro bruto.

Desempenho dos Segmentos de Negócios 2019

Rede de postos

Em 2019 aumentamos nossa rede de postos em 152 estações, intensificando nossa estratégia de expansão com rentabilidade e qualidade, aproveitando as oportunidades de embandeiramento de postos bandeira-branca e de implantação de novos negócios.

Dentro do segmento de Rede de Postos destacamos:

Lojas de Conveniência BR Mania

Em 2019 a BR Mania completou 25 anos, com crescimento de 4% na receita líquida, passando de R\$ 50 para R\$ 52 milhões.

As ações de saneamento da rede ocorridas em 2018 continuaram em 2019 e as metodologias de apuração das redes BR Mania e dos postos BR foram unificadas. A BR Mania fechou o ano com uma rede de 1.215 lojas, sendo 339 com BR Mania Café, 210 com BR Mania Padaria e 120 com o serviço de Sanduíches e Saladas.

A nova loja conceito da BR Mania, no Edifício Senado da Petrobras, foi inaugurada, passando a oferecer todos os produtos e serviços da BR Mania para a sua força de trabalho. A nova loja oferece também toda a experiência tecnológica e digital já implantada e testada na loja conceito do Edifício Lubrax, sede da BR Distribuidora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os acordos comerciais com a indústria e as novas parcerias trouxeram investimentos para a BR Mania, proporcionando ações promocionais à rede de franqueados em todo o ano.

Centros de lubrificação Lubrax+

Em 2019, o Lubrax+ ocupou o posto de 7ª maior franquia do Brasil, segundo ranking anual da Associação Brasileira de Franchising (ABF).

A rede Lubrax+ fechou o ano de 2019 com 1.668 unidades e uma receita líquida de R\$ 20 milhões, resultado 18% superior a 2018. A exemplo da BR Mania, a metodologia de apuração da rede Lubrax+ também foi alinhada à metodologia de apuração da rede de postos.

Expandimos os acordos comerciais com a indústria e fechamos parcerias com marcas fortes do segmento automotivo. Investimos no aumento da divulgação em mídia online e em um calendário promocional diversificado. O foco na maior eficiência dos processos internos e na agregação de valor ao franqueado, contribuíram para o aumento da rentabilidade da rede e da BR.

Desempenho da Rede de Postos

A receita líquida ajustada da Rede de Postos reduziu em 1,1%, passando a R\$ 56.524 milhões em 2019, de R\$ 57.130 milhões em 2018. Esta redução é explicada principalmente em função dos menores preços médios de realização (-2,1%) e a redução do volume de 0,4%.

O lucro bruto ajustado cresceu em 1,4%, passando a R\$ 3.270 milhões em 2019, de R\$ 3.077 milhões em 2018. Este crescimento é explicado principalmente pelo aumento de 0,5% do volume de vendido do ciclo otto.

As despesas operacionais totais ajustadas reduziram 16,7%, passando a R\$ 1.275 milhões em 2019, de R\$ 1.530 milhões em 2018, principalmente em razão da adoção da IFRS16 em 2019 (R\$ 87 milhões), menores gastos com Perdas de Créditos Esperadas (R\$ 9 milhões), menores gastos com publicidade e cultura (R\$ 81 milhões) e com Serviços Contratados (R\$ 25 milhões), além da receita oriunda do TEP com a Petrobras relacionada à BAVAP no 3T19 (R\$ 46 milhões).

O EBITDA ajustado apresentou aumento de 29,0%, passando a R\$ 1.995 milhões em 2019, de R\$ 1.547 milhões em 2018, em decorrência principalmente da redução de 16,7% das despesas operacionais. A margem EBITDA ajustada apresentou aumento de 29,5%, passando a R\$ 89/m³ em 2019, de R\$ 69/m³ em 2018.

A Rede de Postos representa aproximadamente 60% das Receitas Líquidas Ajustadas e 65% do EBITDA ajustado total da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

B2B

Somos líderes no mercado B2B com 41,5% de market share. Atendemos 80% das 100 maiores empresas do Brasil (Fonte: Revista Exame) com um portfólio amplo de combustíveis claros, óleo combustível, coque, energia, produtos químicos, lubrificante e aviação.

Em 2019, atendemos cerca de 18,5 mil clientes, resultando em 17,5 milhões de m³ de produtos vendidos. O EBITDA B2B acumulado, em 2019, aumentou 2,8% em relação a 2018.

Desde o semestre de 2019, a Companhia vem adotando iniciativas estratégicas com foco no aumento da rentabilidade, eficiência logística, reposicionamento em mercados e redução de despesas operacionais. O resultado dessas iniciativas pode ser percebido ao compararmos o 4TRI 2019 frente ao 4TRI 2018 onde há uma recuperação do lucro bruto (+5%) e EBITDA (+20,8%).

Mercado Grande Consumidor

Somos líderes no segmento de Grandes Consumidores com 37,8% de participação de mercado. Em 2019, atendemos cerca de 10 mil clientes, resultando em 9,34 milhões de m³ de produtos vendidos.

Os segmentos desse mercado, apresentaram, em 2019, uma diminuição no lucro bruto de aproximadamente 6,4% em relação a 2018. Esse resultado contribuiu para um EBITDA de R\$ 503 milhões, o que representou um decréscimo da ordem de 10,0% em relação ao ano anterior.

Analisando o resultado consolidado da área de mercado consumidor, tivemos uma redução de 6,4% no lucro bruto ajustado frente a 2018, passando a R\$ 1.241 milhões em 2019. O EBITDA ajustado apresentou redução de 10,0%, passando de R\$ 559 milhões em 2018 para R\$ 503 milhões em 2019. O impacto nos resultados pode ser justificado, principalmente, pela redução de 8,5% do volume de produtos vendidos e o menor despacho para térmicas, parcialmente compensado pelo aumento nas margens médias de comercialização e pela redução nas despesas operacionais ajustadas da ordem de 3,8% frente a 2018, passando para R\$ 738 milhões em 2019.

Entretanto, ao analisarmos os resultados, após a implantação do plano de transformação da Companhia, com a adoção das iniciativas estratégicas com foco em rentabilidade, já podemos observar no 4T2019 uma recuperação do segmento de mercado consumidor com um incremento de 13,4% no lucro bruto e de 14,8% no EBITDA, frente ao 4T2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de Aviação

Somos líderes no segmento de aviação com 51,5% de market share. Estamos presentes em 99 unidades distribuídas por todas as regiões do país e possuímos uma carteira de mais de 1600 clientes ativos.

Em 2019, realizamos, aproximadamente, 59 mil operações de abastecimento de aeronaves por mês, em atendimento aos nossos clientes em todo o território nacional.

O mercado apresentou queda na ordem de 2,8% em comparação a 2018. O fim das operações da Avianca, a partir de maio de 2019, movimentou o mercado para realocação dessa demanda, elevando os preços das passagens, sendo esse um dos principais motivos para a redução do volume em relação a 2018. Nesse contexto, o volume de vendas da BR, no segmento de aviação, sofreu uma redução de 7,3%. Parte dessa redução ocorreu devido a diluição do volume da Avianca entre as companhias aéreas que são atendidas, também, por outras congêneres.

A margem EBITDA ajustada alcançou R\$ 103/m3, 2,4% superior ao resultado de 2018. Apesar da melhora na margem, o EBITDA ajustado de 2019 foi de R\$ 373 milhões frente a R\$ 393 milhões em 2018. Esse resultado é reflexo da redução de 13% no lucro bruto ajustado, passando a R\$ 798 milhões em 2019, impactado principalmente pela redução do volume. Parte desse impacto no EBITDA ajustado foi compensado, parcialmente, pela redução de cerca de 18,9% nas despesas operacionais totais ajustadas.

Mercados Especiais (coque, produtos químicos, energia, asfaltos e lubrificantes)

No segmento de produtos especiais, a receita líquida ajustada aumentou em 1,2% em relação a 2018, passando de R\$ 6.228 milhões em 2018 para R\$ 6.300 milhões em 2019.

O lucro bruto ajustado aumentou em 9,7%, passando para R\$ 1.174 milhões em 2019 (R\$ 1.070 milhões em 2018), refletindo o aumento nas margens médias de comercialização em relação ao ano anterior.

O EBITDA ajustado, em 2019, apresentou um aumento de 17,4% em relação a 2018, passando para R\$ 929 milhões, frente a R\$ 791 milhões em 2018. A margem EBITDA ajustada aumentou 20,3%, passando de R\$ 158/m3 em 2018 para R\$ 190/m3 em 2019. Assim como o resultado do lucro bruto, a redução de 12,2% nas despesas operacionais ajustadas (R\$ 245 milhões em 2019) também colaborou para o bom desempenho do EBITDA em 2019.

Dentre os outros negócios, exercemos o papel de Concessionária para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado no estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado com o governo do Estado em dezembro de 1993. Ao final de 2019, atendíamos a mais de 60 mil usuários, contemplando a atuação em 13 municípios do território capixaba na região metropolitana, sul, norte e noroeste do Estado. A rede de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

distribuição existente é de 458 km, cujos investimentos totais realizados na Concessão são de R\$ 373,38 milhões, dos quais, R\$ 8,2 milhões foram realizados em 2019.

Fluxo de Caixa

As atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos da Companhia resultaram na redução do Caixa Livre para os Acionistas em 2019 quando comparado a 2018.

Cabe pontuar que houve entrada de recursos referente aos CCDs Eletrobras de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões em 2019 e a saída de R\$ 423 milhões com o pré-pagamento de dívida com a Petros, resultando na posição de caixa e aplicações de R\$ 2.362 em 31 de dezembro de 2019.

Endividamento

O endividamento bruto consolidado da Companhia alcançou no período findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 6.775 milhões, sendo 64,1% deste montante no passivo circulante, em função, principalmente, do vencimento em abril de 2020, das debêntures - Itaú no montante de R\$ 3.557 milhões. Nossa dívida bruta encerrou 2019 cerca de 20,9% acima da posição em 31 de dezembro de 2018.

Além disso, encerramos o exercício de 2019 com uma dívida líquida de R\$ 4.413 milhões, montante 87,3% acima da dívida líquida do exercício anterior de R\$ 2.356 milhões, em função, principalmente, da redução do caixa e aplicações no montante de R\$ 885 milhões, do reconhecimento dos arrendamentos mercantis em virtude da adoção do IFRS 16 - Leases que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2019, cujo montante em dezembro é de R\$ 799 milhões e da captação de R\$ 500 milhões de NCE (Nota de Crédito à Exportação).

Para o cálculo da dívida líquida, foi considerado o saldo da aplicação no FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) de R\$ 190 milhões.

O custo médio da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de 6,0% a.a. (7,0% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Capex e embandeiramentos**

Realizamos, juntamente com nossas controladas, R\$ 718 milhões em Capex, concentrados na manutenção das infraestruturas operacional e varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos em 2019.

Investimentos em Capex (R\$ Milhões)	2019	%
Ampliação e Melhorias de Terminais, Bases e demais instalações Operacionais	421	59%
Manutenção e Ampliação da Rede de Postos	88	12%
Ampliação da Fábrica de Lubrificantes	52	7%
Obras e Instalações em Clientes Consumidores	51	7%
Segurança, Meio Ambiente e Saúde	22	3%
Expansão da rede de Gás Natural / ES	17	2%
Tecnologia de Informação	6	1%
Outros Investimentos	59	8%
Total	718	100%

Para a expansão da rede de postos de serviços em 152 novas estações e renovações contratuais, a Companhia investiu R\$ 1.388 milhões em 2018, sendo R\$ 979 milhões em bonificações antecipadas, R\$ 322 milhões em bonificações por performance e R\$ 87 milhões em financiamentos em espécie a clientes.

Gestão de ativos investidos 2019**PORTOS**

Em 2019, em consórcio com a Raízen Combustíveis S.A. e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A, participamos de licitações de áreas Portuárias (Projeto - Porto Organizado). O consórcio sagrou-se vencedor nos portos de Vila Velha/ES e Cabedelo/PB sendo que, em Cabedelo, das quatro áreas que foram licitadas, três áreas foram arrematadas pelo Consórcio. E, para atender aos compromissos previstos nos Editais dos respectivos leilões públicos, foram constituídas quatro Sociedades de Propósito Específico – SPE, a saber: (i) Navegantes Logística Portuária S.A., sediada no Espírito Santo, constituída em 5 de agosto de 2019; a (ii) Nordeste Logística I S.A.; a (iii) Nordeste Logística II S.A. e a (iv) Nordeste Logística III S.A., sediadas no estado da Paraíba, constituídas em 19 de agosto de 2019.

STRATURA

Em cumprimento ao nosso cronograma de desinvestimentos, lançamos em agosto de 2019 a oportunidade de alienação de 100% da Stratura Asfaltos S.A., empresa controlada, que produz e comercializa produtos asfálticos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ES GÁS**

Em 22 de julho de 2019, foi constituída a Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS, sociedade de economia mista entre a BR Distribuidora (49% das ações ordinárias) e o estado do Espírito Santo (51% das ações ordinárias), tendo por objetivo a exploração dos serviços de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins. No entanto, conforme definido pela Lei Est. ES nº 10.955/18, a BR Distribuidora, apesar da constituição da ES GÁS, estaria responsável pela continuidade dos serviços distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, até a assunção da operação pela ES GÁS, a ocorrer durante o ano de 2020, com a assinatura do contrato de concessão a ser firmado.

CDGN

Em 26 de dezembro de 2019, celebramos com o MDC I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Pacífico Administração de Recursos Ltda, o contrato para a venda da totalidade de nossa participação societária, de 49%, na empresa CDGN Logística S.A. (CDGN). Esta operação de venda será submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A CDGN, com sua sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima que atua há 12 anos no mercado de logística de gás natural comprimido (GNC) atendendo clientes dos segmentos industrial e de distribuição de gás em todo o território nacional.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais**1.1 Contexto operacional**

A Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "BR") é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

1.2 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da "Operação Lava Jato", não tendo sido identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014 (R\$23). A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

De janeiro até dezembro de 2019, a Companhia reconheceu por meio de acordos de leniência celebrados com pessoas jurídicas, o ressarcimento de R\$ 3 (não houve recebimento em 2018). Estes recursos foram reconhecidos como outras receitas operacionais.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11 de março de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir do dia 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a adotar o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - *Leases*; IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*, cujos impactos estão apresentados na nota 2.2.1.

Adicionalmente, em 1º de janeiro de 2019, passou a vigorar a interpretação técnica IFRIC Interpretation 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB, que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A Companhia não identificou impactos referentes a esta norma.

2.2.1 IFRS 16 – “Arrendamentos”

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixou de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento operacionais e passou a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento.

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

A Companhia não adotou a isenção no reconhecimento para arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor.

Para fins de adoção inicial a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicou os seguintes expedientes:

- aplicou o pronunciamento aos contratos que foram identificados como arrendamento e que constavam na nota 18.2-Arrendamentos operacionais, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018;
- o passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da aplicação inicial;
- o ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não foram considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

As diferenças entre os passivos de arrendamento na data da aplicação inicial e os compromissos de arrendamentos operacionais divulgados em 31 de dezembro de 2018 estão apresentadas a seguir:

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

	Consolidado
Pagamentos mínimos estimados de arrendamentos operacionais em 31 de dezembro de 2018	795
(+) Ajustes de diferenças de taxas	116
(-) Contratos de curto prazo	(19)
(-) Contratos classificados como acordos de serviços	(126)
(+) Outros	5
Passivo de arrendamento mercantil reconhecido na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	771
	Passivo Circulante 88
	Passivo Não Circulante 683

Os direitos de uso reconhecidos no imobilizado em 1º de janeiro de 2019 referem-se às seguintes categorias de ativos:

	Consolidado
Terrenos	330
Edificações	441
Total	771

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que até 31 dezembro de 2018 eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais, estão agora apresentados como fluxos de caixa das atividades de financiamentos, representando os pagamentos de principal e juros. Essa alteração não gerou impactos na posição líquida do fluxo de caixa da Companhia, mas acarretou uma mudança dos recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais para o recurso líquido utilizado pelas atividades de financiamento (R\$ 153 no Consolidado e R\$ 166 na Controladora), em 31 de dezembro de 2019.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mesurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando taxas incrementais sobre empréstimos da Companhia na data de adoção inicial, determinadas, principalmente, pelos seguintes parâmetros:

- taxa de juros - taxa de desconto de 10,3% calculada com base na interpolação das curvas de swap DI x pré, para o período de até 20 anos.
- prazo - prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela *duration* do respectivo fluxo de pagamento;

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- garantia - estimativa do impacto da garantia reduzindo sinteticamente o *yield* observado nas curvas de captação da Companhia; e
- ambiente econômico similar - risco de crédito da Companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

2.3 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

- Perdas de crédito esperadas – notas 4.3.1 e 4.3.1.2
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível – nota 4.10
- *Impairment* de ativo imobilizado e intangível – nota 4.11
- Imposto de renda e contribuição social diferidos – nota 4.12
- Benefícios concedidos a empregados (planos de pensão e saúde) – nota 4.14
- Processos judiciais, administrativos e contingências – nota 4.15

3.1 Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 1.2, a Companhia realizou baixas contábeis de R\$ 23 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu a seguinte metodologia:

- 1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as empresas citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- 2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.
- 3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- 4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
- 5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente o percentual sobre os contratos celebrados com

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

empresas citadas nos depoimentos prestados em colaborações premiadas, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

A Companhia admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá. Entretanto não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas investidas, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

4.2 Base de consolidação e investimentos societários

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados integralmente nas demonstrações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

	Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante - %	
	2019	2018
Subsidiárias e controladas (nota 10)		
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A. - Stratura	100,00	100,00
Operação em conjunto (nota 10)		
Brasil Carbonos S.A. (*)	49,00	49,00

(*) A Brasil Carbonos é consolidada no percentual de 49%.

Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.3 Instrumentos financeiros**4.3.1 Ativos financeiros**

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Mensuração e reconhecimento das perdas de crédito esperadas (*Impairment*)

Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos (nota 29.4.1).

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (para a vida toda do instrumento).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Definição de inadimplência (default)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

4.3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

4.3.1.2 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, destacando-se as vendas com prazo de recebimento de 180 e 360 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita (nota 22). Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desconhecidos do contas a receber da Companhia.

Quando a Companhia é arrendadora em um contrato de arrendamento, um contas a receber de clientes é constituído por valor igual ao investimento líquido no arrendamento. A receita financeira é apropriada durante o prazo do contrato, refletindo a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido no arrendamento.

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

4.3.2 Passivos Financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, como no caso dos instrumentos financeiros derivativos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.3.2.1 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

São contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

4.3.2.2 Financiamentos

Estão reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Os juros pagos são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

4.3.2.3 Arrendamentos**Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso (nota 4.8.1) e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa, inicialmente

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Políticas contábeis aplicáveis até 1º de janeiro de 2019

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4.3.3 Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* de moeda e de *commodity* (nota 29.2.2.1 e nota 29.2.3). Esses instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Não foram identificados contratos com características que indiquem a existência de derivativos embutidos.

4.4 Estoques

Estão demonstrados da seguinte forma:

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- os derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido;
- os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

Os biocombustíveis compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

4.5 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contrato de fornecimento. As bonificações são apropriadas no resultado como redução da receita bruta (nota 22).

4.6 Ativos classificados como mantidos para venda

São classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

4.7 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados e atualizados de acordo com a natureza das correspondentes causas. Os depósitos referentes a tributos federais são atualizados de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Os depósitos trabalhistas recursais foram atualizados pela Taxa Referencial (TR) mais juros de 3% ao ano até 10 de novembro de 2017. A partir desta data, passou a ser atualizado pela TR mais juros de 6% ao ano. Os demais depósitos trabalhistas e de outras naturezas são atualizados pela TR mais juros de 6% ao ano.

4.8 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mensurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens, informadas na nota 4.10. Os terrenos não são depreciados.

4.8.1 Direitos de Uso**Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019**

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis até 1º de janeiro de 2019

Os ativos arrendados classificados como financeiros foram mensurados inicialmente por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram depreciados em função da vida útil, considerando a razoável certeza de obtenção da propriedade desses bens ao final do arrendamento.

4.9 Intangível

É representado pelos gastos com direitos e concessões, *goodwill* e *softwares*.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O *goodwill*, resultante da aquisição de controladas da área de distribuição de combustíveis, é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado, pelo método linear, em função da vida útil estimada dos bens. A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

A amortização do ativo intangível representado pela concessão de Gás Natural do Estado do Espírito Santo ocorre pelo prazo do contrato, com vencimento em 2043 (nota 12.2).

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos *softwares* são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.10 Revisão das vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível

A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação e amortização são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Em 2019, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, tendo como base laudos de avaliadores externos, identificando somente alteração na vida útil de Equipamentos de Proteção e Segurança de 23 para 22 anos.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

As vidas úteis econômicas estimadas são demonstradas a seguir:

		Em anos	
		2019	2018
Imobilizado	Edificações	60	60
	Beneficitorias	25	25
	Equipamentos e outros bens	7 a 31	7 a 31
Intangível	Direitos e concessões	10 a 33	10 a 33
	Softwares	9	9

4.11 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangível - "Impairment"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Em 2019, com base no julgamento da Administração, não foram identificados indicativos de perda de valor para esses ativos.

O *goodwill* tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. Neste caso, a Companhia é considerada como unidade geradora de caixa de acordo com a avaliação da Administração, com base em seu modelo de negócio.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, projetados para os anos de 2020 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 7,3% (5,78% em 2018).

As principais premissas são:

- Preço: curva de preço derivada do *Business Plan* da Companhia, considerando transações entre partes independentes;
- Volume: curvas de demanda de derivados do *Business Plan* da Companhia; e

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- Custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.

Os fluxos de caixa foram ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

No teste do *goodwill*, não foram identificados ajustes para redução ao valor recuperável.

4.12 Imposto de renda e contribuição social

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no *Business Plan*, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

4.13 Adiantamentos de clientes

Correspondem às obrigações contratuais decorrentes de antecipações recebidas dos clientes para futura entrega de produtos (passivos de contratos) e para constituição do fundo de *marketing*.

Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando da efetiva entrega dos produtos.

O fundo de *marketing* consiste na constituição de um fundo formado pela contribuição dos postos revendedores, onde cada revendedor se beneficia de todas as ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

Os valores do fundo são realizados por meio dos pagamentos das ações de *marketing*, não sendo registrados em resultado.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

4.13.1 Programa Petrobras Premmia

O Petrobras Premmia - Programa de fidelidade da Companhia, é um dos principais programas que são custeados pelos recursos disponíveis no fundo de *marketing*.

Esses recursos são utilizados para comprar lotes promocionais de diversas naturezas (milhas aéreas, eventos, produtos, entre outros) que são disponibilizados aos participantes do plano, sempre limitado a quantidade ofertada.

A Companhia por conta do programa, poderá também celebrar parcerias com outras empresas, em virtude das quais os participantes poderão obter descontos na aquisição de bens e/ou serviços oferecidos por estas.

Em nenhum caso, a Companhia responderá perante os participantes pelo cumprimento das obrigações assumidas por tais empresas nas parcerias mencionadas no item anterior.

As parcerias do Programa Petrobras Premmia, poderão ser extintas ou suspensas pela Companhia, a seu exclusivo critério, independentemente de prévio aviso aos participantes.

Os parceiros do programa são responsáveis pelos produtos e/ou serviços que por eles sejam disponibilizados para resgate.

4.14 Benefícios concedidos a empregados (planos de pensão e saúde)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Dentre as principais premissas utilizadas estão:

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capita*) da Companhia nos últimos cinco anos, que irá convergir à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 20.4

4.15 Processos judiciais, administrativos e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base na avaliação de seu corpo técnico e escritórios contratados.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os ativos e passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível.

4.16 Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposto pela Companhia, a remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no estatuto social da Companhia e nas leis vigentes. No caso da destinação dos

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

dividendos exceder ao mínimo obrigatório, esse excedente permanece registrado no patrimônio líquido na conta de Dividendos Adicionais Propostos, até a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas ou Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos são atualizados monetariamente, a partir do encerramento do exercício social até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido como no resultado do exercício.

4.17 Reconhecimento de receita de contrato com clientes

Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a comercialização de combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, gás natural e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da parte relacionada Petrobras (detentora de 37,5 % das ações da Companhia) e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termoeletricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

- bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

4.18 Receitas e despesas financeiras, monetárias e cambiais

São reconhecidas pelo regime de competência e estão representadas por juros de financiamentos a clientes, aplicações financeiras, atualizações monetárias sobre empréstimos, atualização monetária em operações com a Petrobras, variações cambiais e outras operações financeiras. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo.

4.19 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros.

Não há transferências entre as áreas de negócio.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas conforme nota 26.

5 Novos pronunciamentos contábeis

A seguir são apresentadas as novas normas que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção destas normas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	239	229	238	223
Aplicações financeiras				
No país	2.010	2.771	1.763	2.550
No exterior	113	57	113	57
Total	2.362	3.057	2.114	2.830

As aplicações financeiras correspondem, principalmente, a fundos de investimentos no país cujos recursos encontram-se aplicados em títulos públicos federais brasileiros e possuem liquidez imediata.

As aplicações financeiras no exterior referem-se a aplicações de recurso no *Overnight*.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7 Contas a receber, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Partes relacionadas (nota 30)				
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP	-	190	-	160
Setor elétrico - Sistema isolado	632	1.056	632	1.056
Clientes governo federal	93	121	93	121
Empresas da Companhia e do Sistema Petrobras	216	263	500	495
Total partes relacionadas	941	1.630	1.225	1.832
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber	6.390	7.156	6.217	6.974
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 7.2)	1.020	1.067	1.020	1.067
Total terceiros	7.410	8.223	7.237	8.041
Total das contas a receber (nota 7.1)	8.351	9.853	8.462	9.873
Recebíveis de contratos com clientes	7.061	7.844	6.889	7.664
Outras contas a receber	1.290	2.009	1.573	2.209
Precatórios	23	22	23	22
Arrendamentos a receber (nota 15)	20	23	20	23
Adiantamentos	-	-	283	230
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 30.2)	-	190	-	160
Financiamentos a receber	1.247	1.774	1.247	1.774
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(3.259)	(3.340)	(3.200)	(3.276)
Partes relacionadas	(25)	(31)	(25)	(31)
Total das perdas de crédito esperadas	(3.284)	(3.371)	(3.225)	(3.307)
Contas a receber - líquidas	5.067	6.482	5.237	6.566
Contas a receber (circulante), líquidas	4.475	5.327	4.649	5.413
Contas a receber (não circulante), líquidas	592	1.155	588	1.153

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Mutação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(3.371)	(5.955)	(3.307)	(5.912)
Ajuste adoção inicial CPC 48	-	(268)	-	(244)
Saldo inicial ajustado	(3.371)	(6.223)	(3.307)	(6.156)
(Adições)/Reversões, líquidas	(79)	(42)	(84)	(45)
Baixas	27	23	27	23
Desreconhecimento (*)	139	2.871	139	2.871
Saldo final	(3.284)	(3.371)	(3.225)	(3.307)
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.293)	(2.364)	(2.241)	(2.306)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(991)	(1.007)	(984)	(1.001)

(*) O montante de R\$ 139 refere-se ao desreconhecimento do contas a receber, pelo acordo celebrado junto ao Grupo Bolognesi. Não houve impacto no resultado..

As adições, baixas e reversões das perdas de créditos esperadas foram reconhecidas nas despesas de vendas (nota 24).

A Companhia apresenta R\$ 3.148 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e R\$ 3.073 na controladora (R\$ 3.178 no consolidado e R\$ 3.116 na controladora em 2018). A Companhia efetuou provisão para a totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	2019			2018		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas
Vencidos						
Até 3 meses	179	28	151	126	62	64
De 3 a 6 meses	49	18	31	57	12	45
De 6 a 12 meses	59	29	30	135	34	101
Acima de 12 meses	3.337	3.188	149	3.455	3.236	219
Total	3.624	3.263	361	3.773	3.344	429
A vencer	4.727	21	4.706	5.890	27	5.863
FIDC	-	-	-	190	-	190
Total	8.351	3.284	5.067	9.853	3.371	6.482

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora					
	2019			2018		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas
Vencidos						
Até 3 meses	167	26	141	100	57	43
De 3 a 6 meses	48	18	30	44	9	35
De 6 a 12 meses	57	27	30	127	31	96
Acima de 12 meses	3.276	3.135	141	3.403	3.186	217
Total	3.548	3.206	342	3.674	3.283	391
A vencer	4.914	19	4.895	6.039	24	6.015
FIDC	-	-	-	160	-	160
Total	8.462	3.225	5.237	9.873	3.307	6.566

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.2 Composição - Setor elétrico (Sistema isolado)

	A vencer	Vencido	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas
Sistema Eletrobras					
Eletrobras	630	-	630	(1)	629
Outros	-	1	1	(1)	-
	630	1	631	(2)	629
Sistema Petrobras	-	1	1	-	1
Terceiros					
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	-	826	826	(826)	-
Rio Amazonas Energia S/A	-	103	103	(103)	-
Cia Energética de Roraima	-	47	47	(47)	-
Outros	37	7	44	(7)	37
	37	983	1.020	(983)	37
Saldo em 31 de dezembro de 2019	667	985	1.652	(985)	667
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.121	1.002	2.123	(1.004)	1.119

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***7.3 Movimentação das contas a receber de clientes - Setor elétrico (Sistema isolado – Sistema Eletrobras e Terceiros)**

	Fornecimento corrente	CCD 2014 e 2013	CCD 2018	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14	94	1.010	1.118
Faturamento	336	-	-	336
Recebimento	(327)	(19)	(2.676)	(3.022)
Atualização monetária	-	5	56	61
(Constituição) reversão de perdas de crédito esperadas	15	3	1	19
Recuperação de créditos	-	-	2.154	2.154
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38	83	545	666

7.4 Resumo dos principais fatos ocorridos

A Companhia fornece óleo combustível e óleo diesel para concessionárias de distribuição de energia controladas pela Eletrobras e produtores independentes de Energia (PIE) integrantes de sistemas isolados de energia na região norte do país.

O custo do sistema isolado é reembolsado, em sua maior parte pela CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), um fundo setorial regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A CCC tem como fonte de recursos tarifas pagas por todas as concessionárias de distribuição e de transmissão de energia elétrica no contexto da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), um fundo destinado à promoção do desenvolvimento energético em todo o território nacional. No entanto, questões regulatórias e administrativas da CCC e CDE causaram reduções nos reembolsos da CCC a partir do ano de 2013, impactando diretamente os pagamentos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis às concessionárias do grupo Eletrobras.

A fim de regularizar esta situação, em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCDs 2014) pela Companhia e pela Petrobras com as subsidiárias da Eletrobras no montante de R\$ 5.344 (R\$ 5.194 refere-se à parcela da Companhia e R\$ 150 refere-se à parcela da Petrobras), abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014.

A Companhia realizou diversas medidas visando à proteção de seus direitos, incluindo ações de cobrança perante o Poder Judiciário para receber a totalidade dos créditos inadimplidos pós CCDs 2014, bem como suspensão de fornecimentos a prazo.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

No final de 2017, as distribuidoras de energia elétrica controladas pela Eletrobras foram incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, programa criado pelo governo federal que prevê novos investimentos em projetos de infraestrutura e de desestatização, e o processo de privatização das concessionárias de distribuição do grupo Eletrobras, foram realizadas novas negociações visando à composição de um acordo para equacionar as disputas judiciais e mitigar novas inadimplências.

Desta forma, a Petrobras e a Companhia celebraram com a Eletrobras e suas concessionárias de distribuição de energia, em 30 de abril de 2018, instrumentos contratuais para recomposição das garantias previstas nos CCDs 2014 e novos CCDs (CCDs 2018) abrangendo os recebíveis cobrados judicialmente. Adicionalmente, as partes também celebraram Instrumentos de Assunção de Dívidas, onde uma significativa parcela da dívida será assumida pela Eletrobras em caso de privatização das distribuidoras.

Os CCDs 2018 abrangem recebíveis sob disputas judiciais oriundos de fornecimentos de derivados de petróleo vencidos a partir de dezembro de 2014, num valor de R\$ 4.500, e preveem a liquidação financeira em 36 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas por 124,75% do CDI. Esse valor possui garantias corporativas da Eletrobras até a privatização das distribuidoras, sendo que o cenário de não privatização das distribuidoras é fator de perda das garantias.

Adicionalmente, a Companhia desreconheceu recebíveis que estavam sob disputas judiciais e com provisões para perdas, sem impacto no resultado. No contexto dos novos CCDs considerando as modificações substanciais em seus termos contratuais com base no acordo de 30 de abril de 2018, a Companhia avaliou o novo instrumento a valor justo igual a zero.

Com a conclusão em 2018 do processo de privatização das distribuidoras: Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Eletricidade do Acre (Eletroacre) e Boa Vista Energia, os instrumentos de assunção de dívida celebrados em 30 de abril de 2018, juntamente com os contratos de confissão de dívida, que estavam condicionados a uma eventual privatização, passaram a vigorar. No caso da Ceron e da Eletroacre, uma parcela da dívida foi assumida pela Eletrobras e no caso da Boa Vista, o contrato integral. Com isso, a Companhia reconheceu um contas a receber no montante total de R\$1.524 (R\$ 1.220 da Ceron, R\$ 163 da Boa Vista e R\$ 141 da Eletroacre), nas respectivas datas base de privatização.

A parcela da dívida que permaneceu na Ceron e na Eletroacre, foi quitada antecipadamente pela Energisa, com pagamentos em dezembro de 2018 no valor de R\$ 323 (Ceron) e em janeiro de 2019, no valor de R\$ 53 (Eletroacre).

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Em relação ao contrato com a Amazonas Energia, que não havia instrumento de assunção de dívida, não cabendo, portanto, qualquer saldo a Eletrobras, a Companhia, após a privatização ocorrida em 10 de abril de 2019, não reconheceu os impactos oriundos desse processo no segundo trimestre de 2019, em função das garantias apresentadas pela própria Amazonas Energia, não terem elementos que evidenciassem sua higidez.

Em 27 de setembro de 2019, após quitação antecipada da dívida, a Companhia reconheceu uma receita financeira no montante de R\$1.446. Este valor representa um deságio de 6% em relação ao saldo atualizado até a data do pagamento.

Desde a celebração dos Instrumentos de Confissão de Dívidas a Companhia recebeu o total de R\$ 4.282 até 31 de dezembro de 2019.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	452	405	452	405
Óleo diesel	1.265	1.040	1.265	1.040
Óleo combustível	242	223	242	223
Querosene de Aviação	218	218	218	218
Lubrificantes	158	137	158	137
Outros	151	154	147	149
Biocombustíveis	663	467	663	467
	3.149	2.644	3.145	2.639
Outros produtos	263	279	245	259
Total	3.412	2.923	3.390	2.898

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2019 e 2018.

A Companhia possui estoques dados em garantia conforme nota 27.1.2.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes**

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.983
Adições	597
Baixa / apropriação no resultado	(522)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.058
Adições	991
Baixa / apropriação no resultado	(519)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.530
Circulante	591
Não circulante	1.467
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.058
Circulante	604
Não circulante	1.926
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.530

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10 Investimentos

10.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controladas		Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto				Coligada
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Strutura	Brasil Carbonos	Brasil Supply (a)	Energética Camaçari Muricy II (a)	Pecém Energia (a)	ES Gas (a)	BRF Biorefinos (a)
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	201	40	13	-	2	1	2	1
Outros ativos circulantes	111	223	4	60	-	-	-	-
Ativo Não Circulante								
Ativo realizável a longo prazo	413	131	11	5	-	-	-	-
Imobilizado	442	35	94	370	1	2	-	21
Intangível	-	3	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo	1.167	432	122	435	3	3	2	22
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	120	30	-	80	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	299	119	3	52	1	1	-	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	741	-	-	312	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	61	-	223	-	-	-	-
Patrimônio Líquido								
Patrimônio Líquido atribuível a acionistas controladores	7	222	119	(232)	2	2	2	22
Total do Passivo	1.167	432	122	435	3	3	2	22
Resultados								
Receita operacional líquida	13	781	49	-	-	-	-	-
Lucro bruto	13	62	33	-	-	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	31	8	23	31	(1)	(1)	-	-
Percentual de participação no capital total- %	99,01%	100,00%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	60,34%	49,00%
Percentual de participação no capital votante- %	99,01%	100,00%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	49,00%	49,00%
Depreciação e amortização	-	(2)	(4)	-	-	-	-	-
Receita de juros	66	17	1	-	-	-	-	-
Despesa de juros	(1)	(16)	(1)	(1)	-	-	-	-
Despesas Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	-	(4)	(3)	-	-	-	-	-

(a) Posição: 30.11.2019

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

No terceiro trimestre de 2019 foram constituídas SPEs, em virtude do consórcio formado pela Companhia, pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e pela Raízen Combustíveis S.A. ter saído vitorioso dos Leilões Portuários da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A participação da Companhia no capital social inicial das empresas é de 33,33%. As SPEs criadas foram: Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A.. Em dezembro, foram realizados aportes de capital nas SPEs conforme nota 10.6.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

10.2 Descrição das atividades das controladas**a) Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM**

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

Por determinação regulatória, o FII FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

b) Stratura Asfaltos S.A.

Tem como atividades preponderantes a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, além da prestação de serviços administrativos e técnicos, inclusive de pavimentação e outros correlacionados, com sede na cidade de São Paulo.

As matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo são adquiridas, principalmente, da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

10.3 Descrição da operação em conjunto**Brasil Carbonos S.A.**

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada e com matriz estabelecida na cidade de Cosmópolis, São Paulo.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

A participação na Brasil Carbonos permite à Companhia desempenhar também o papel de operador logístico de coque verde de petróleo para o Sistema Petrobras, proporcionando a segurança operacional e confiabilidade ao processo de refino e escoamento da produção de sólidos das refinarias.

O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é comercializado pela própria Companhia diretamente aos seus clientes finais, utilizando-se para tal a estrutura operacional existente na Brasil Carbonos S/A., sem a necessidade de retorno do produto às bases ou terminais.

10.4 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto**a) Brasil Supply S.A.**

A Sociedade, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prestação de serviços logísticos; de importação e exportação, movimentação de cargas, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos; armazenagem e despacho de demais correlatos à espécie, entre outros serviços.

Em 02 de fevereiro de 2017 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Brasil Supply a abertura de processo de pedido de recuperação judicial. A participação acionária da Companhia na Brasil Supply é 0,38%.

b) Energética Camaçari Muricy II S.A. e Pecém Energética S.A.

Possuem por objetivo a construção, instalação, operação, exploração, manutenção e comercialização da energia elétrica gerada pelas Usinas Termelétricas Muricy II e pela Usina Termelétrica Pecém II, ambas as construções são na cidade de Dias D'Ávila - BA, e com sede em Salvador - BA. Estas empresas se encontram em fase pré-operacional.

c) Companhia de Gás do Espírito Santo

Sociedade de economia mista, tendo como sócios a BR e o Estado do Espírito Santo, com sede na cidade de Vitória, destinada à exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, de interesse público, em todo território do Estado do Espírito Santo. A expectativa é que a Companhia entre em operação até o final do primeiro semestre de 2020.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

d) Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A.,

São Sociedades por ações de capital fechado, com único e exclusivo objeto social a exploração, sob regime de arrendamento, de áreas de infraestrutura públicas para a movimentação e armazenagem de grãos líquidos, especialmente combustíveis.

As Companhias possuem prazos de duração indeterminados.

As áreas de exploração são:

Navegantes Logística Portuária S.A. - Porto Organizado de Vitória, Estado do Espírito Santo, denominada VIX30;

Nordeste Logística I S.A. - AI-01, localizada dentro do Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba;

Nordeste Logística II S.A. - AE-10, localizada dentro do Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba; e

Nordeste Logística III S.A. - AE-11, localizada dentro do Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba.

10.5 Descrição das atividades da coligada**BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.**

Tem por objetivo a construção e operação de planta de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) no Estado do Rio de Janeiro, operação e comercialização de coleta de OLUC para suprimento da planta de rerrefino, aquisição de OLUC e demais insumos necessários à operação da planta de rerrefino e compra e venda de óleo básico rerrefinado (OBR). A BRF encontra-se em fase pré-operacional.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10.6 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Negócios em conjunto													2019	2018
	Controladas		Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto								Coligada			
				Brasil Carbonos (a)	CDGN	Camaçari Muricy II	Pecém Energia	Gas ES	Navegantes	Nordeste I	Nordeste II		Nordeste III		
	Strutura	Fil											BRF Biorefinos		
No início do exercício	215	-	73	21	-	-	-	-	-	-	-	12	321	334	
Aportes	-	-	-	-	1	1	2	22	1	4	5	-	36	-	
Perda atuarial - Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	
Reclassificação para Ativo mantido para venda (b)	-	-	-	(24)	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	-	
Resultado de participações em investimentos	8	13	11	3	-	-	-	-	-	-	-	-	35	13	
Dividendos	-	(4)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(7)	
Amortização de mais valia de ativos	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	
Ajustes adoção CPC 48 - Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)	
No fim do exercício	222	9	78	-	1	1	2	22	1	4	5	11	356	321	

- (a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R\$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em dezembro de 2019, o saldo de R\$ 20 (R\$21 em 2018) está classificado no imobilizado, no Consolidado.
- (b) Em 26 de dezembro de 2019, a Companhia assinou contrato de venda da totalidade de sua participação na CDGN LOGÍSTICA S.A. para MDC I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Pacífico Administração de Recursos Ltda.

	2019	2018
Saldo provisão no início do exercício	15	40
Reversão (c)	(19)	(25)
Distribuição de resultado	4	-
Saldo provisão no fim do exercício	-	15

- (c) Valores registrados no resultado em "Resultado de participação em investimentos".

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11 Imobilizado

Custo do imobilizado	Consolidado							
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso			Total
					Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	324	3.720	5.037	808	65	20	33	10.007
Adições	-	1	90	272	-	-	-	363
Baixas	-	(26)	(137)	(13)	-	-	-	(176)
Transferências	(11)	69	178	(242)	-	-	-	(6)
Juros capitalizados	-	-	-	12	-	-	-	12
Saldo em 31 de dezembro de 2018	313	3.764	5.168	837	65	20	33	10.200
Adoção inicial CPC 06 (R2) - IFRS 16	-	-	-	-	330	441	-	771
Saldo em 1º de janeiro de 2019	313	3.764	5.168	837	395	461	33	10.971
Adições	-	1	141	370	77	25	12	626
Baixas	(1)	(2)	(115)	(1)	-	-	-	(119)
Transferências	68	80	217	(262)	(65)	(11)	(30)	(3)
Juros capitalizados	-	-	-	9	-	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2019	380	3.843	5.411	953	407	475	15	11.484
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(1.131)	(3.035)	-	-	(12)	(13)	(4.191)
Depreciação	-	(126)	(244)	-	-	-	(2)	(372)
Baixas	-	26	132	-	-	-	-	158
Transferências	-	1	1	-	-	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(1.230)	(3.146)	-	-	(12)	(15)	(4.403)
Depreciação (a)	-	(129)	(245)	-	(69)	(42)	(3)	(488)
Baixas	-	1	107	-	-	-	-	108
Transferências	-	(4)	(13)	-	-	5	14	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.362)	(3.297)	-	(69)	(49)	(4)	(4.781)
Saldo do imobilizado								
Em 31 de dezembro de 2018	313	2.534	2.022	837	65	8	18	5.797
Em 31 de dezembro de 2019	380	2.481	2.114	953	338	426	11	6.703

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora							
					Direitos de uso			
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	317	3.336	4.949	440	66	338	33	9.479
Adições	-	-	90	253	-	-	-	343
Baixas	-	(26)	(138)	(13)	-	-	-	(177)
Transferências	(10)	70	179	(242)	-	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	307	3.380	5.080	438	66	338	33	9.642
Adoção inicial CPC 06 (R2) - IFRS 16	-	-	-	-	406	441	-	847
Saldo em 1º de janeiro de 2019	307	3.380	5.080	438	472	779	33	10.489
Adições	-	1	140	334	81	25	12	593
Baixas	(1)	(1)	(113)	(1)	-	-	-	(116)
Transferências	67	82	217	(261)	(64)	(10)	(29)	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	373	3.462	5.324	510	489	794	16	10.968
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(1.089)	(2.997)	-	-	(42)	(13)	(4.141)
Depreciação	-	(119)	(241)	-	-	(6)	(1)	(367)
Baixas	-	26	133	-	-	-	-	159
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(1.182)	(3.105)	-	-	(48)	(14)	(4.349)
Depreciação (a)	-	(121)	(242)	-	(76)	(49)	(3)	(491)
Baixas	-	1	104	-	-	-	-	105
Transferências	-	(4)	(15)	-	-	5	14	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.306)	(3.258)	-	(76)	(92)	(3)	(4.735)
Saldo do imobilizado								
Em 31 de dezembro de 2018	307	2.198	1.975	438	66	290	19	5.293
Em 31 de dezembro de 2019	373	2.156	2.066	510	413	702	13	6.233

- (a) Em 2019, em relação à depreciação dos direitos de uso, os montantes de R\$ 112 (Consolidado) e R\$ 120 (Controladora) referem-se à depreciação dos ativos reconhecidos de acordo com a nova prática do CPC 06 (R2) (IFRS 16).

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

Os ativos de direito de uso incluem, principalmente, terrenos utilizados como postos de combustíveis, unidades administrativas e edificações. As informações referentes aos passivos de arrendamentos encontram-se na nota 15.

A Companhia possui imobilizados dados em garantia conforme nota 27.1.2.

11.1 Imobilizado por vida útil estimada

Vida útil estimada	Consolidado	
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens
até 10 anos	9	306
11 a 20 anos	-	1.513
21 a 30 anos	1.885	86
30 anos em diante	587	209
Total	2.481	2.114

11.2 Direito de uso por prazo contratual

Prazo contratual	Consolidado		
	Direito de uso		
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos
até 10 anos	198	7	11
11 a 20 anos	113	382	-
21 a 30 anos	27	37	-
Total	338	426	11

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12 Intangível

Consolidado				
Custo do intangível	Direitos e Concessões	Softwares (a)	Goodwill (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	368	423	29	820
Adições (c)	9	58	-	67
Baixas	(1)	-	-	(1)
Transferências	1	1	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2018	377	482	29	888
Adições (c)	10	73	-	83
Transferências	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	388	555	29	972
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(92)	(275)	-	(367)
Amortização	(12)	(33)	-	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(104)	(308)	-	(412)
Amortização	(12)	(28)	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(116)	(336)	-	(452)
Saldo do intangível				
Em 31 de dezembro de 2018	273	174	29	476
Em 31 de dezembro de 2019	272	219	29	520

Controladora				
Custo do intangível	Direitos e Concessões	Softwares (a)	Goodwill (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	364	423	29	816
Adições (c)	8	58	-	66
Transferências	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2018	372	482	29	883
Adições (c)	10	72	-	82
Transferências	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	383	554	29	966
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(90)	(275)	-	(365)
Amortização	(11)	(33)	-	(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(101)	(308)	-	(409)
Amortização	(12)	(28)	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(113)	(336)	-	(449)
Saldo do intangível				
Em 31 de dezembro de 2018	271	174	29	474
Em 31 de dezembro de 2019	270	218	29	517

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

- (a) A Companhia apresenta saldo de R\$ 83 de *software* em desenvolvimento (R\$ 68 em 2018).
- (b) *Goodwill* de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012, entretanto a operação relacionada a este ágio permaneceu na Companhia.
- (c) Do total de R\$ 73 de adições de *softwares* (R\$ 58 em 2018), R\$ 22 correspondem a desenvolvimento interno (R\$ 28 em 2018).

12.1 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia tem assinado com o Governo do Estado do Espírito Santo contrato de concessão para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado, firmado pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

Em 13 de dezembro de 2018, foi sancionada pelo Governador do Estado a Lei nº 10.955/2018, que autoriza o Poder Executivo a criar a sociedade de economia mista denominada Companhia de Gás do Espírito Santo (ES GÁS) a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo a Petrobras Distribuidora S/A sócia dessa empresa.

Em 22 de julho de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Constituição da Companhia de Gás do Espírito Santo ("ES Gás"), sociedade de economia mista entre o estado do Espírito Santo e a Companhia. A empresa ES GÁS, que sucederá a Companhia no exercício de Concessão, encontra-se em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2019.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 2019 é de R\$ 267 (R\$ 268 em 2018).

A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois até o presente momento, o valor contábil existente em 31 de dezembro de 2019 está garantido pela indenização prevista nas Leis 10.493/2016 e 10.955/2018.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***13 Fornecedores**

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores				
No país	1.676	2.167	1.700	2.199
No exterior	631	52	631	52
Total	2.307	2.219	2.331	2.251

O saldo de Fornecedores no país está composto, principalmente, de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e contratação de serviços (inclusive fretes) e o saldo de Fornecedores no exterior representa, principalmente, a importação de óleo diesel.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14 Financiamentos

14.1 Por Instituição Financeira

	Indexador	Taxa de juros contratual	Vencimento	Consolidado		Controladora	
				2019	2018	2019	2018
Banco Rendimento	DI (CDI) Over - CETIP	0,6% a.m.	jan-20	30	-	-	-
Banco IBM	CDI	CDI - 0,37% a.a.	set-20	19	35	19	35
Banco Itaú - Debêntures	CDI	111,57% do CDI a.a.	abr-20	3.557	3.567	3.557	3.567
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI 73)	IPCA	6,84% a.a.	fev-23	309	360	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI 99)	IPCA	4,09% a.a.	fev-25	208	229	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI 100)	IPCA	4,98% a.a.	fev-32	344	349	-	-
Debêntures - Certificados de Recebíveis de Agronegócios (CRA) - 9ª Série	CDI	98% do CDI a.a.	jul-22	487	485	487	485
Debêntures - Certificados de Recebíveis de Agronegócios (CRA) - 10ª série	CDI	100% do CDI a.a.	jul-24	206	206	206	206
Debêntures - Certificados de Recebíveis de Agronegócios (CRA) - 11ª série	IPCA	IPCA + 5,59% a.a.	jul-25	294	287	294	287
NCE	CDI	CDI + 0,85% a.a.	nov-20	503	-	503	-
Outros				-	6	-	-
Total				5.957	5.524	5.066	4.580
Circulante				4.254	210	4.104	94
Não circulante				1.703	5.314	962	4.486

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14.2 Obrigações contratuais (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais (não financeiras) relacionadas aos contratos de financiamento, que foram plenamente atendidas em 31 de dezembro de 2019, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis em prazos acordados com as instituições; não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; e outras cláusulas.

14.3 Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Total	Total
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	29	156	185	78
Adição (entrada de novos empréstimos)	20	-	20	-
Provisionamento de juros	2	-	2	1
Amortização de principal	(39)	(98)	(137)	(13)
Amortização de juros	(11)	(309)	(320)	(265)
Transferência entre curto e longo prazo	22	428	450	293
Variações monetárias	-	10	10	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	23	187	210	94
Não Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	39	4.416	4.455	3.550
Adição (entrada de novos empréstimos)	-	944	944	944
Provisionamento de juros	1	278	279	279
Transferência entre curto e longo prazo	(22)	(428)	(450)	(293)
Variações monetárias	-	86	86	6
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	18	5.296	5.314	4.486
Saldo total em 31 de dezembro de 2018	41	5.483	5.524	4.580

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Total	Total
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	23	187	210	94
Adição (entrada de novos empréstimos)	530	-	530	500
Provisionamento de juros	5	150	155	4
Amortização de principal	(15)	(107)	(122)	(10)
Amortização de juros	(11)	(350)	(361)	(308)
Transferência entre curto e longo prazo	19	3.813	3.832	3.824
Variações monetárias	-	10	10	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	551	3.703	4.254	4.104
Não Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	18	5.296	5.314	4.486
Provisionamento de juros	1	143	144	294
Transferência entre curto e longo prazo	(19)	(3.813)	(3.832)	(3.824)
Variações monetárias	-	77	77	6
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	-	1.703	1.703	962
Saldo total em 31 de dezembro de 2019	551	5.406	5.957	5.066

14.3.1 Conciliação dos financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	5.524	4.640
Fluxo de caixa		
Adições	530	964
Pagamentos (*)	(483)	(457)
Alterações não caixa		
Juros / Variação monetária	386	377
Saldo final	5.957	5.524

(*) Inclui pagamentos de principal e juros.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14.4 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

								Consolidado	Controladora
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total	Total
Financiamentos em Reais (R\$):									
Indexados a taxas flutuantes	4.254	128	609	143	262	349	212	5.957	5.066
Taxa média dos Financiamentos em Reais	5,14%	6,88%	7,13%	6,92%	6,92%	7,00%	4,98%	6,42%	6,91%
Total em 31 de dezembro de 2019	4.254	128	609	143	262	349	212	5.957	5.066

Os valores justos dos financiamentos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas dos indexadores (ou proxies) dos respectivos financiamentos e pelo risco de crédito da Companhia (Nível 2). O valor justo dos financiamentos em 2019 é de R\$ 6.040 (R\$ 5.081 na Controladora).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 29.2.1.1.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***14.5 Custos de transação**

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. O valor apropriado em 2019 e os saldos a apropriar nos próximos exercícios estão apresentados a seguir:

	2018	Amortizações	2019	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 anos em diante	Total
Banco Itaú	(2)	1	(1)	1	-	-	-	1
Debêntures - CRA	(16)	4	(12)	3	4	3	2	12
	(18)	5	(13)	4	4	3	2	13

15 Arrendamentos

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, com naturezas distintas, cujas principais operações dizem respeito a arrendamentos de terrenos para postos de combustíveis, bases de distribuição de combustíveis, unidades administrativas e edificações. Parte desses arrendamentos são celebrados com a controlada FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda. Adicionalmente, a Companhia é arrendatária de equipamentos da controlada em conjunto CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel S.A. e Fiat Automóveis Ltda.

Os ativos de direitos de uso decorrente das operações de arrendamentos estão demonstrados na nota 11.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A seguir estão apresentados os fluxos de recebimentos e pagamentos dos arrendamentos:

Compromissos estimados	Consolidado						Controladora	
	Recebimentos			Pagamentos			Recebimentos	Pagamentos
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente	Valor presente
2020	7	(2)	5	106	(19)	87	4	199
2021	7	(3)	4	164	(76)	88	4	119
2022	7	(3)	4	146	(67)	79	4	113
2023	7	(3)	4	125	(60)	65	4	104
2024	3	(1)	2	102	(52)	50	2	94
2025 em diante	2	(1)	1	652	(203)	449	2	757
Em 31 de dezembro de 2019	33	(13)	20	1.295	(477)	818	20	1.386
Circulante			4			87	4	199
Não circulante			16			731	16	1.187
Em 31 de dezembro de 2019			20			818	20	1.386
Circulante			4			29	4	131
Não circulante			19			19	19	432
Em 31 de dezembro de 2018			23			48	23	563

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R\$ 128 e R\$ 41, respectivamente (Consolidado e Controladora). Os pagamentos de parcelas variáveis representam 68% no Consolidado e 42% na Controladora em relação aos pagamentos fixos realizados.

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado						
2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
130	103	101	85	80	635	1.134

15.1 Taxas de desconto

As taxas nominais médias de desconto utilizadas pela Companhia estão apresentadas a seguir:

Prazos contratuais	Taxa média de desconto (% a.a.)
Até 5 anos	8,09%
5 a 10 anos	9,69%
10 a 15 anos	10,16%
15 a 20 anos	10,22%
20 a 25 anos	7,41%

15.2 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro abaixo apresenta o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação do arrendamento.

	Consolidado	
	2019	
	Fluxo de caixa nominal	Fluxo a valor presente
Contraprestação	867	457
PIS/COFINS	80	47

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***15.3 Movimentação dos arrendamentos**

	Consolidado	Controladora
	Total	Total
Circulante		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	29	126
Provisionamento de juros	4	56
Pagamento de principal e juros	(33)	(134)
Variações monetárias	-	5
Transferência entre curto e longo prazo	29	78
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	29	131
Não Circulante		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	43	474
Provisionamento de juros	2	-
Variações monetárias	3	36
Transferência entre curto e longo prazo	(29)	(78)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	19	432
Saldo total em 31 de dezembro de 2018	48	563

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Circulante		
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	29	131
Adoção inicial IFRS 16	88	96
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	117	227
Adições (entrada de novos contratos)	18	20
Provisionamento de juros	78	137
Pagamento de principal e juros	(187)	(305)
Variações monetárias	1	5
Transferência entre curto e longo prazo	60	115
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	87	199
Não Circulante		
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	19	432
Adoção inicial IFRS 16	683	751
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	702	1.183
Adições (entrada de novos contratos)	86	90
Adições/baixas por transferência	2	3
Variações monetárias	1	26
Transferência entre curto e longo prazo	(60)	(115)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	731	1.187
Saldo total em 31 de dezembro de 2019	818	1.386

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15.4 Conciliação dos arrendamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72
Pagamentos	(33)
Alterações não caixa	
Juros / Variação monetária	9
Saldo em 31 de dezembro de 2018	48
Adoção inicial IFRS 16	771
Saldo em 1º de janeiro de 2019	819
Pagamentos	(187)
Alterações não caixa	
Aquisições de direito de uso	104
Juros / Variação monetária	80
Adições/baixas por transferência	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	818

15.5 Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2019

O Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2019 determina a apresentação dos saldos de passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e depreciação com base no fluxo de caixa descontado, incluindo a projeção de inflação futura, diferentemente do que preconiza o CPC 06 (R2), cujo cálculo é feito considerando fluxo de caixa não inflacionado. Assim sendo, segue quadro comparativo com ambas mensurações para atendimento ao Ofício CVM, que busca resguardar a fidedignidade destes valores aos investidores.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	
	<u>CPC 06 (R2)</u>	<u>Ofício CVM</u>
Passivo de Arrendamento (*)	799	970
Direito de uso	775	906
Despesa Financeira	73	91
Depreciação	112	129

(*) Refere-se aos contratos impactados pela revisão do IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento, não estão sendo considerados nesta apresentação.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***16 Adiantamentos de clientes**

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Fundos de marketing (a)	113	126	113	126
Adiantamentos de clientes (nota 21.2)	161	163	155	161
Outros	11	10	11	10
Total	285	299	279	297

- (a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17 Tributos

17.1 Impostos e contribuições

	Consolidado						
	Ativo				Passivo		
	2019			2018	2019		2018
	Circulante	Não Circulante	Total		Circulante	Total	
ICMS	821	604	1.425	1.164	186	186	192
IPI	9	-	9	6	-	-	-
PIS / COFINS	29	-	29	17	71	71	57
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	30	30	29
Outros impostos	47	3	50	33	28	28	22
Total	906	607	1.513	1.220	315	315	300

O acréscimo do ativo no período refere-se, principalmente, a: (i) aumento do saldo credor de ICMS do estado de Goiás (R\$ 125) no ano de 2019; (ii) aumento do saldo de Ressarcimento de ICMS ST (R\$ 51), principalmente nos estados de Maranhão e Pernambuco; e (iii) aumento do saldo de estoque líquido dos produtos com ICMS Substituição Tributária na refinaria (R\$ 26).

A Companhia tem expectativa de recebimento e/ou compensação dos valores apresentados.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.2 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistia.

Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	2019		
			Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
MT	Lei nº 10.977/19 e do Decreto nº 216/19	Remissão de 75% incidente sobre o total dos juros, da multa moratória e da penalidade decorrente do descumprimento c/ou inadimplemento de obrigação principal e de 75% do valor total da penalidade decorrente do descumprimento de obrigação acessória	11,0	4,8	6,2
Outras anistias			0,8	0,3	0,5
Total			11,8	5,1	6,7

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	2018		
			Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
TO	3.346/18	Redução de 90% dos débitos cujos montantes totais decorram exclusivamente de multa ou juros ou de ambos.	18	11	7
MT	Lei Estadual MT n° 10.433/16 e Decreto Estadual n° 1630/18	Quitação de 9 processos administrativos, com redução de 75% sobre o montante de multa e juros. (*)	405	188	217
RJ	Lei Complementar n° 182/18	Quitação do passivo referente a processos judiciais por descumprimento de obrigações acessórias.	11	5	6
GO	Lei 20.342/2018	Redução de multa em 98% para os créditos tributários que não sejam oriundos de penalidades pecuniárias e de 50% para juros.	0,3	0,1	0,2
RS	Decreto n.º 54.346/2018	Quitação de passivo, com redução de até 85% da multa e em até 40% dos juros.	3	1	2
Total			437	205	232

(*) Ver nota 27.1

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

(a) Movimentação

Origem do registro dos impostos diferidos	Consolidado						Controladora	
	2017	Reconhecido no		2018	Reconhecido no		2019	2019
		Resultado	Patrimônio Líquido		Resultado	Patrimônio Líquido		
Contas a receber	1.024	(1.040)	91	75	(37)	-	38	22
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	638	89	-	727	98	-	825	825
Imobilizado	8	(44)	-	(36)	(43)	-	(79)	(76)
Arrendamentos	(63)	(9)	-	(72)	(1)	-	(73)	(73)
Programa de incentivo ao desligamento voluntário	3	25	-	28	(27)	-	1	1
Processos judiciais	707	(367)	-	340	13	-	353	353
Benefício Pós Emprego	660	41	100	801	(43)	120	878	876
Prejuízos fiscais	60	(59)	-	1	(1)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	131	(131)	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(110)	(13)	-	(123)	(13)	-	(136)	(136)
Hedge	35	(11)	-	24	15	-	39	39
Participações nos lucros ou resultados	9	14	-	23	(23)	-	-	-
Outros	60	15	-	75	(16)	-	59	59
Total	3.162	(1.490)	191	1.863	(78)	120	1.905	1.890
 Imposto de renda diferido	 2.325			 1.369			 1.401	 1.390
Contribuição social diferida	837			494			504	500
 Impostos diferidos ativos	 3.657			 2.398			 2.357	 2.339
Impostos diferidos passivos	(495)			(535)			(452)	(449)

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***(b) Estimativa de realização**

Período	Imposto de renda e CSLL diferidos	
	Consolidado	Controladora
2020	433	428
2021	209	206
2022	170	166
2023	132	129
2024	97	96
2025	72	73
2026	61	60
2027	31	32
2028	24	24
2029	676	676
31 de dezembro de 2019	1.905	1.890
31 de dezembro de 2018	1.863	1.845

(c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2019 e 2018 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido antes dos impostos	3.303	4.809	3.297	4.805
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(1.123)	(1.635)	(1.121)	(1.634)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
· (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	(47)	(89)	(33)	(78)
· Juros sobre o capital próprio	184	192	184	192
· Incentivos fiscais	18	6	18	6
· Despesas com benefício pós emprego de saúde A.M.S.	(92)	(78)	(92)	(78)
· Outros itens	(32)	(12)	(42)	(20)
Imposto de renda e contribuição social	(1.092)	(1.616)	(1.086)	(1.612)
IR e CSLL correntes	(1.014)	(126)	(1.012)	(124)
IR e CSLL diferidos	(78)	(1.490)	(74)	(1.488)
	(1.092)	(1.616)	(1.086)	(1.612)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	33,1%	33,6%	32,9%	33,5%

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***18 Salário, férias, encargos, prêmios e participações**

Os saldos relativos aos principais benefícios de curto prazo, concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Provisão de férias	104	143	103	141
Salários, encargos e outras provisões	96	40	95	40
Abono por repactuação salarial	55	-	55	-
Prêmio por desempenho	53	40	53	40
Participação nos lucros ou resultados	1	67	-	67
Total	309	290	306	288

18.1 Abono por repactuação salarial

Em dezembro de 2019, a Companhia provisionou o valor de R\$ 55 para pagamento de abono em função da implantação de novos cargos e salários, uma vez que aproximadamente, 1.030 empregados tiveram redução salarial, realizada por meio de negociação individual, conforme previsto no artigo 444 da CLT.

Esse valor se refere a 50% do valor total de bônus previsto. O valor restante deverá ser pago em 2021, dependendo do atingimento de metas.

O provisionamento da segunda parcela do abono não foi realizado em 2019.

18.2 Prêmio por desempenho**18.2.1 Pagamento de prêmios a empregados**

Em dezembro de 2019, a Companhia provisionou, com base na melhor estimativa, o montante de R\$ 49 para pagamento de prêmio por desempenho aos empregados referente ao Exercício de 2019.

18.2.2 Pagamento de prêmio aos membros da Diretoria Executiva

Em dezembro de 2019, a Companhia provisionou o montante de R\$ 3 como prêmio aos membros da Diretoria Executiva, a ser pago com base no percentual aferido de cumprimento das metas dos indicadores corporativos e de unidade de negócios. O valor provisionado se refere ao pagamento da parcela à vista do programa (60%), a ocorrer

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

em 2020. O valor restante (40%) deverá ser pago em quatro parcelas diferidas nos anos posteriores (2021 a 2024).

18.3 Participações nos lucros ou resultados - PLR

Não foi celebrado nenhum instrumento de acordo com as representações dos empregados para a PLR referente ao exercício de 2019.

18.4 Novo Plano de Cargos e Salários (PCS)

Em 10 de junho de 2019, a Companhia apresentou a seus empregados um novo Plano de Cargos e Salários (PCS), visando a ajustar as iniciativas de carreira às suas necessidades de negócio atuais e futuras, tendo como pilares fortalecer a meritocracia e favorecer a mobilidade.

A adesão ao PCS foi voluntária e ocorreu no período de 17 de junho até 31 de julho de 2019, exceto em casos específicos quando ocorreu prorrogação do prazo. A Companhia concedeu um abono aos empregados que aderiram ao PCS com o intuito de obter o maior número de adesões ao novo plano num valor total de R\$ 48.

19 Planos de desligamento**19.1 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV**

A Companhia implementou alguns programas de incentivo ao desligamento voluntário no período de outubro de 2016 a 31 de dezembro de 2018, conforme descrito a seguir:

	Inscritos	Desligados	Excluídos e Desistentes	Empregados Ativos
PIDV BR - 2016	1.105	(755)	(347)	3
PIDV BR - 2018	234	(138)	(93)	3
Total	1.339	(893)	(440)	6

A movimentação da provisão em 2019 está apresentada a seguir:

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Saldo em 31 de dezembro de 2017	8
Desistências	(16)
Reabertura do Programa-Reinscrições	31
Atualização / ajustes	1
Utilização por desligamento	(16)
Provisão PIDV BR 2018	75
Saldo em 31 de dezembro de 2018	83
Desistências	(38)
Indenizações retidas	3
Atualização / ajustes	(3)
Utilização por desligamento	(60)
Complemento Provisão PIDV BR 2018	17
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2

Os empregados que permanecem inscritos no programa após a última data de desligamento se enquadram em hipóteses estabelecidas no Regramento do PIDV BR, que tratam dos casos de empregados que tiveram seus contratos de trabalho suspensos ou que mesmo após seu efetivo desligamento, estão aguardando resultado de apuração da Comissão Interna de Averiguação - CIA ou da Controladoria Geral da União - CGU em que seus nomes estejam envolvidos. O pagamento das indenizações previstas no saldo remanescente da provisão será realizado conforme tais casos sejam concluídos, sendo que para o segundo grupo, há a possibilidade de eliminação do programa, situação na qual o participante não fará jus ao recebimento da indenização.

19.2 Programa de Desligamento Optativo – PDO

A Companhia implementou um programa de desligamento optativo (PDO) em novembro de 2019. Para este programa, foi reconhecido um contas a pagar no valor de R\$ 241, tendo sido pago o valor de R\$ 153 em dezembro de 2019.

O PDO BR 2019 será encerrado em 12 de maio de 2020. Os desligamentos, em geral, têm previsão de conclusão em 03 de março de 2020, exceto para casos específicos, conforme previsto no regramento.

19.3 Reestruturação da Companhia

Em virtude da reestruturação da Companhia, a estrutura organizacional foi reduzida em aproximadamente 140 posições de gestão. Os desligamentos decorrentes dessa reestruturação não estão contemplados nos programas citados nos itens 19.1 e 19.2 acima, por não serem voluntários ou optativos. Para tal, foi reconhecido um contas a pagar no valor de R\$ 91, tendo sido pago o valor de R\$ 64 em dezembro de 2019.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***20 Benefícios concedidos a empregados**

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Passivo				
Plano de pensão Petros Repactuado	1.764	1.575	1.764	1.575
Plano de pensão Petros Não Repactuado	576	694	576	694
Plano de pensão Petros II	18	70	15	66
Planos de saúde AMS	2.850	2.569	2.850	2.569
Outros Planos	3	1	-	-
Total	5.211	4.909	5.205	4.904
Circulante	192	154	192	154
Não circulante	5.019	4.755	5.013	4.750

20.1 Planos de pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

(a) Plano Petros Repactuados e Não repactuados

Os Planos Petros Repactuados e Não Repactuados (anteriormente Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP) são planos de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que asseguram aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e são direcionados atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Fundação Petros é procedida em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Em 2019, a Companhia recolheu cerca de R\$ 107 a título de contribuições patronais (normais e extraordinárias) para os planos (PPSP-R e PPSP-NR). As contribuições esperadas (parte patronal) para 2020 somam R\$ 92.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

A duração média do passivo atuarial dos planos (PPSP-R e PPSP-NR), em 31 de dezembro de 2019, é de 14,30 anos e 11,95 anos, respectivamente (13,08 anos e 11,69 anos em 31 de dezembro de 2018).

Quitação dos Termos de Compromisso Financeiro (TCFs)

Em 28 de junho de 2019, a Companhia realizou o pré-pagamento no valor de R\$ 424 referente aos Termos de Compromissos Financeiros (TCFs) oriundos do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) que fora celebrado com a Petros, Petrobras e diversas entidades sindicais em 2006, totalizando um montante de pagamento no ano de 2019 de R\$ 436. Tal acordo tinha como contexto a busca de uma solução para o reequilíbrio do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP). Os TCFs foram assinados em 2008, prevendo o pagamento total da dívida em até 20 anos (até 2028) com correção de IPCA + 6% a.a.

Cisão do PPSP em PPSP-R e PPSP-NR (Repactuados e Não Repactuados)

Em 15 de fevereiro de 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) autorizou a cisão do PPSP, que ocorreu em 1º de abril de 2018, com a divisão em dois novos planos independentes: PPSP - Repactuados (PPSP-R) e PPSP - Não Repactuados (PPSP-NR), conforme a opção exercida por cada participante no processo de repactuação do regulamento, ocorrida em 2007 e 2012.

A movimentação dos planos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	2018				
	Consolidado				
	Petros	PPSP - Repactuados	PPSP - Não Repactuados	Outros	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	4.397	-	-	1	4.398
Custo dos juros	102	-	-	-	102
Custo do serviço corrente	5	-	-	-	5
Contribuições de participantes	8	-	-	-	8
Benefícios pagos	(80)	-	-	-	(80)
Saldo em 31 de março de 2018	4.432	-	-	1	4.433
Transferência decorrente da cisão	(4.432)	3.304	1.128	-	-
Custo dos juros	-	229	78	-	307
Custo do serviço corrente	-	15	1	-	16
Contribuições de participantes	-	16	4	-	20
Benefícios pagos	-	(180)	(157)	-	(337)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência (*)	-	(81)	57	-	(24)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	-	215	70	-	285
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	-	1	17	-	18
Obrigação atuarial no fim do exercício em 31 de dezembro de 2018	-	3.519	1.198	1	4.718
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativos do plano no início do exercício	2.470	-	-	-	2.470
Receitas de juros	57	-	-	-	57
Contribuições pagas pela empresa	16	-	-	-	16
Contribuições de participantes	8	-	-	-	8
Benefícios pagos	(80)	-	-	-	(80)
Saldo em 31 de março de 2018	2.471	-	-	-	2.471
Transferência decorrente da cisão	(2.471)	1.825	646	-	-
Receitas de juros	-	127	45	-	172
Contribuições pagas pela empresa	-	72	21	-	93
Contribuições de participantes	-	16	4	-	20
Benefícios pagos	-	(180)	(157)	-	(337)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	-	84	(55)	-	29
Ativos do plano no fim do exercício em 31 de dezembro de 2018	-	1.944	504	-	2.448
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações	-	3.519	1.198	1	4.718
(-) Valor justo dos ativos do plano	-	(1.944)	(504)	-	(2.448)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2018	-	1.575	694	1	2.270
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.927	-	-	1	1.928
(*) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	-	51	199	-	250
(*) Custos incorridos no período	5	15	1	-	21
(-) Pagamento de contribuições	(16)	(72)	(21)	-	(109)
(*) Juros líquidos sobre passivo líquido	45	102	33	-	180
Transferência decorrente da cisão	(1.961)	1.479	482	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	1.575	694	1	2.270

(*) Inclui efeito das contribuições extraordinárias dos participantes em função do equacionamento do déficit com plano de pensão Petros conforme nota explicativa 20.1.

Nova cisão do PPSP-R e PPSP-NR para segregação da massa Pré-70

Em dezembro de 2019, a Petros submeteu à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) a proposta de Cisão dos planos Petros do Sistema Petrobras-Repactuados (PPSP-R) e Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR), para segregação da massa denominada Pré-70, que tem forma de custeio diferenciada.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Os participantes da massa denominada Pré-70 – exclusiva da Petrobras – contam com acordo firmado por aquela Patrocinadora, que assumiu o compromisso por eventuais desequilíbrios atuariais decorrentes da condição específica desse grupo. No entanto, essa garantia não se aplicava aos demais participantes (denominados Não Pré-70), o que evidenciou a necessidade de cindir os planos de origem, para segregar a massa dos Pré-70. Com a Cisão, os planos PPSP-R e PPSP-NR passaram a comportar exclusivamente os participantes denominados Não Pré-70.

O grupo Pré-70 é formado pelos empregados e ex-empregados da patrocinadora Petrobras, admitidos anteriormente a 1º de julho de 1970, que se inscreveram no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) até 1º de janeiro de 1996 e se mantiveram ininterruptamente vinculados à Patrocinadora de origem até a obtenção da condição de Assistidos, incluindo aqueles que, em razão de decisão judicial, passaram a atender a essas condições retroativamente, bem como os respectivos Beneficiários dos Participantes assim qualificados.

Este grupo, antes da cisão, representava cerca de 21% do total de participantes do PPSP-R e 35% do PPSP-NR. Com a segregação dos Pré-70 foram criados dois outros novos planos denominados PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70, patrocinados exclusivamente pela Petrobras – Petróleo Brasileiro SA. A Companhia não é patrocinadora desses novos planos, uma vez que não tem participante (ativo ou assistido) nessa condição.

A PREVIC aprovou a Cisão dos planos de origem, para segregação do grupo Pré-70, conforme decisão registrada nas portarias nº 1.119 e 1.120 daquele Órgão, de 27 de dezembro de 2019, e publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2019, tendo sido fixada a data efetiva da cisão em 31 de dezembro de 2019. A referida cisão foi aprovada pelo Conselho de Administração da BR em reunião levada a efeito em 29 de novembro de 2019, Ata CA nº 808.

Equacionamento do déficit acumulado em 2015 (PED 2015)

Em março de 2018 teve início o Plano de Equacionamento de Déficit (PED) do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), decorrente do déficit acumulado em 2015, por meio do recolhimento de contribuições extraordinárias pelos participantes e pelas patrocinadoras por um período de cerca de 18 anos. Considerando que no primeiro ano uma grande parte dessas contribuições foi suspensa por força de decisões judiciais, concedidas em caráter de tutela de urgência (liminares), no ano de 2018 os valores recolhidos do PED ficaram aquém do previsto, sendo que a parte da empresa

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

somou R\$ 45. Todavia, com a suspensão das liminares, a Companhia desembolsou, em 2019, R\$ 66 a título de contribuições extraordinárias do PED (parte patronal).

Novo Plano de Equacionamento de Déficit (Novo PED) – PPSP-R e PPSP-NR

Em função dos déficits acumulados em 2018 terem superado o limite legal, será necessário que a Fundação Petros implemente um novo plano de equacionamento até março de 2020, conforme prazo estendido pela PREVIC, no dia 27 de dezembro de 2019.

A Fundação Petros vem trabalhando na implementação do Novo PED, uma alternativa de plano de equacionamento em vigor (PED 2015) com o objetivo de buscar o reequilíbrio dos planos PPSP-R e PPSP-NR, que inclui o déficit de 2015 e o de 2018, além de reduzir o impacto financeiro das contribuições extraordinárias mensais dos participantes.

A solução inclui alteração de alguns direitos e mudanças no regulamento dos dois planos, destinados aos participantes ativos e assistidos não pertencentes ao Grupo Pré-70. Os valores a serem equacionados e as condições de pagamento, aprovados internamente, seguirão para a Petros submeter a proposta final à PREVIC.

Eventual necessidade de recálculo do passivo atuarial será avaliada após aprovação do Novo PED. A previsão é que a aprovação ocorra ainda no primeiro trimestre de 2020 para implementação da cobrança com as novas alíquotas de contribuição a partir de abril.

(b) Plano Petros 2

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, com o compromisso por parte das patrocinadoras de assumir o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O Plano Petros 2 está aberto para novas adesões, sem o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de crédito unitário projetado. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2019, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 46 (R\$ 44 em 2018).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa até 31 de março de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

O plano de custeio que entra em vigor a partir de 01 de abril de 2020 será aprovado na reunião do CD de 27 de março e sendo aprovado o novo plano de custeio, a suspensão passará a ser até 31 de março de 2021.

As contribuições esperadas das patrocinadoras, para 2019, são de R\$ 50, referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2019 é de 23,64 anos (42,48 anos em 31 de dezembro de 2018).

(c) Plano Petros 3 (PP-3)

Em 28 de maio de 2019 a Companhia aprovou a proposta do novo plano de previdência complementar – PP3, com característica de contribuição definida a ser oferecido para adesão individual e voluntária exclusivamente aos participantes do Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados (PPSP-R) e do Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR).

Após aprovação das patrocinadoras, o PP-3 foi submetido à PREVIC, sendo que o órgão fiscalizador indicou, em 05 de setembro de 2019, a necessidade de fazer ajustes no processo de criação do novo plano. Após analisar todas as recomendações e realizar as alterações necessárias a Petros reencaminhará o processo à PREVIC para nova avaliação.

A previsão é que o PP-3 seja disponibilizado ao público-alvo no segundo trimestre de 2020. Até 31 de dezembro de 2019 não houve nenhum impacto contábil ocasionado pelo PP-3.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.2 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, da avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso de técnicas de diversificação como mecanismo de redução de risco total da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer (i) às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional e (ii) à supervisão realizada pelos órgãos reguladores.

A Fundação Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de cinco anos, sendo revisadas anualmente. O modelo de ALM - *Asset and Liability Management* é utilizado para minimizar os descasamentos entre a carteira de investimentos e as obrigações atuariais dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de risco de mercado, adotando-se nas simulações o horizonte de até 5 anos.

Segmento	PPSP-R		PPSP-NR		Petros 2	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Renda fixa	20%	100%	20%	100%	-	100%
Renda variável	-	45%	-	45%	-	45%
Investimentos estruturados	-	20%	-	20%	-	20%
Imóveis	-	10%	-	10%	-	10%
Empréstimos a participantes	-	15%	-	15%	-	15%
Investimentos no exterior	-	10%	-	5%	-	10%

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

Categoria do Ativo	Consolidado					
	2019				2018	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Recebíveis	-	281	281	7%	224	9%
Renda fixa	1.755	744	2.499	62%	1.601	61%
Títulos privados	-	-	-		-	
Títulos públicos	1.755	-	1.755		1.345	
Fundos de renda fixa	-	460	460		194	
Outros investimentos	-	284	284		62	
Renda variável	777	43	820	20%	455	17%
Ações à vista	777	-	777		429	
Outros investimentos	-	43	43		26	
Investimentos estruturados	-	54	54	1%	49	2%
Imóveis	-	217	217	5%	171	7%
	2.532	1.339	3.871	97%	2.500	96%
Empréstimos a participantes	-	131	131	3%	110	4%
	2.532	1.470	4.002	100%	2.610	100%

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

20.3 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2019 é de 18,43 anos (21,73 anos em 31 de dezembro de 2018).

20.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado									
	2019					2018				
	Planos de Pensão					Planos de Pensão				
	Petros Repactuado	Petros Não Repactuado	Outros	Petros 2	Plano de saúde - AMS	Total	Planos BD ^(a)	Petros 2	Plano de saúde - AMS	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	3.519	1.198	1	232	2.569	7.519	4.398	158	2.121	6.677
Custo dos juros	308	104	-	21	231	664	409	15	200	624
Custo do serviço corrente	18	3	-	7	39	67	21	6	29	56
Contribuições de participantes	22	4	-	-	-	26	28	-	-	28
Benefícios pagos	(205)	(91)	-	(10)	(98)	(404)	(417)	(8)	(89)	(514)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência (b)	322	54	-	(11)	(361)	4	(24)	31	(107)	(100)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	669	179	-	56	591	1.495	285	30	411	726
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(10)	17	-	(44)	(121)	(158)	18	-	4	22
Obrigação atuarial no fim do exercício	4.643	1.468	1	251	2.850	9.213	4.718	232	2.569	7.519
Movimentação do valor justo dos ativos do plano										
Ativos do plano no início do exercício	1.944	504	-	162	-	2.610	2.470	141	-	2.611
Receitas de juros	186	49	-	15	-	250	229	13	-	242
Contribuições pagas pela empresa	446	97	-	-	-	543	109	-	-	109
Contribuições de participantes	22	4	-	-	-	26	28	-	-	28
Benefícios pagos	(205)	(91)	-	(10)	-	(306)	(417)	(8)	-	(425)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	486	329	-	64	-	879	29	16	-	45
Ativos do plano no fim do exercício	2.879	892	-	231	-	4.002	2.448	162	-	2.610
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações	4.643	1.468	1	251	2.850	9.213	4.718	232	2.569	7.519
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.879)	(892)	-	(231)	-	(4.002)	(2.448)	(162)	-	(2.610)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	1.764	576	1	20	2.850	5.211	2.270	70	2.569	4.909
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo no início do exercício	1.575	694	1	70	2.569	4.909	1.928	17	2.121	4.066
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	495	(79)	-	(63)	109	462	250	45	308	603
(+) Custos incorridos no período	18	3	-	7	39	67	21	6	29	56
(-) Pagamento de contribuições	(446)	(97)	-	-	(98)	(641)	(109)	-	(89)	(198)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	122	55	-	6	231	414	180	2	200	382
Saldo no final do exercício	1.764	576	1	20	2.850	5.211	2.270	70	2.569	4.909

(a) Inclui a movimentação dos planos PPSP, PPSP-R e PPSP-NR.

(b) Inclui efeito das contribuições extraordinárias dos participantes em função do equacionamento do déficit com plano de pensão Petros conforme nota explicativa 20.1.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(b) Componentes do benefício definido

	2019						Controladora
	Consolidado						
	Plano de Pensão			Saúde			
	Petros	Petros Repactuados	Petros Não Repactuados	Petros 2	AMS	Total	
Custo do serviço	-	18	3	7	39	67	66
Juros líquidos sobre o passivo líquido	-	122	55	6	231	414	414
Custo do exercício	-	140	58	13	270	481	480
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio das atividades operacionais	-	3	-	-	3	6	6
Diretamente no resultado	-	40	7	10	84	141	140
Relativa aos inativos:	-	97	51	3	183	334	334
Custo do exercício	-	140	58	13	270	481	480

	2018						Controladora
	Consolidado						
	Plano de Pensão			Saúde			
	Petros	Petros Repactuados	Petros Não Repactuados	Petros 2	AMS	Total	
Custo do serviço	5	15	1	6	29	56	56
Juros líquidos sobre o passivo líquido	45	102	33	2	200	382	382
Custo do exercício	50	117	34	8	229	438	438
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio das atividades operacionais	1	1	-	-	2	4	4
Diretamente no resultado	11	31	4	7	64	117	117
Relativa aos inativos:	38	85	30	1	163	317	317
Custo do exercício	50	117	34	8	229	438	438

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***(c) Análise de sensibilidade**

A variação de 1% nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

Consolidado					
	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares
	Pensão		Saúde		Saúde
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p. - 1 p.p.
Obrigações atuariais	(643)	896	(338)	415	436 (360)
Custo do serviço e juros	2	6	(6)	6	41 (33)

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2019				2018			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	AMS	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	AMS
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	8,16%	8,13%	8,25%	8,21%	9,11%	9,08%	9,22%	9,15%
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,47%	5,58%	6,19%	conforme plano previdenciário
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares (2)	n/a	n/a	n/a	10,63% a 3,50% a.a	n/a	n/a	n/a	10,53% a 4,00% a.a
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013	EX-PETROS 2020	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	EX-PETROS 2013	EX-PETROS 2013	EX-PETROS 2017	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	EX-PETROS 2013
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo americana desagravada em 40%	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo americana desagravada em 40%	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	IAPB 1957 (forte)	AT 49 Masculina Homens	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	IAPB 1957 (forte)	AT 49 Masculina
	Homens - 58 anos	Homens - 60 anos		PPSP -R - 58 anos PPSP-NR - 60 anos Petros 2 - 59 anos Mulheres	Homens - 57 anos	Homens - 58 anos		Homens - 57 anos
	Mulheres - 56 anos	Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 56 anos	Mulheres - 56 anos	Mulheres - 56 anos	1ª elegibilidade	Mulheres - 56 anos

(1) Considerando uma curva de inflação projetada com base no mercado em 4,31% para 2020 e atingindo 3,50% de 2023 em diante.

(2) Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***(e) Perfil de vencimento da obrigação****Perfil de vencimento da obrigação**

	2019				
	Plano de Pensão				Saúde
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Outros	AMS
31/12/2020	244	99	11	-	100
31/12/2021	240	95	11	-	105
31/12/2022	232	91	11	-	109
31/12/2023	222	87	11	-	105
31/12/2024 ou posterior	3.705	1.096	207	1	2.431
Total	4.643	1.468	251	1	2.850

21 Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 6.353 (R\$ 6.353 em 2018), está composto por 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

A Companhia poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social até o limite de R\$ 7.000 (sete bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias.

21.2 Reservas de lucros**(a) Reserva legal**

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Reserva estatutária

Constituída com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

a destinação da reserva legal, da reserva para contingência, do dividendo obrigatório, da reserva de lucros a realizar e da reserva de retenção de lucros, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(d) Reserva de incentivo fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

21.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2019, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2019, sem prejuízo de outras eventuais distribuições, no valor de R\$ 540.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

	2019
Lucro líquido do exercício	2.211
Apropriação	
Reserva legal	(111)
Reserva de Incentivo Fiscais	-
Lucro básico para determinação dos dividendos / Juros sobre capital próprio	2.100
Juros sobre capital próprio / dividendos - Registrados no passivo circulante	
Equivalentes a 25% do lucro básico	525
Registrados no patrimônio líquido	
Juros sobre capital próprio	-
Dividendos adicionais propostos	534
Equivalentes a aproximadamente 25% do lucro básico	
Composição dos Juros sobre capital próprio, dividendos e dividendos adicionais	
Juros sobre o capital próprio	540
Dividendo adicional proposto	534
Dividendos	50
Total de dividendos / juros sobre capital próprios distribuídos	1.124
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(65)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	1.059
Dividendos / Juros sobre capital por ação	0,91

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2019 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

21.3.1 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	758	273
Adição	2.789	1.653
Pagamento	(3.049)	(1.034)
Imposto de renda retido na fonte	(85)	(176)
Atualização	112	42
Saldo final	525	758

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

21.5 Resultado por ação

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido	2.211	3.193
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária	1,90	2,74

22 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	52.482	53.003	52.482	53.003
Gasolina	34.172	35.601	34.172	35.601
Óleo combustível	3.974	4.675	3.974	4.675
Querosene de aviação	9.981	10.805	9.981	10.805
Lubrificantes	2.105	2.031	2.105	2.031
Asfalto	1.015	951	-	-
Coque	2.230	2.314	2.230	2.314
Outros derivados	1.101	1.245	1.100	1.245
Etanol	9.426	8.315	9.426	8.315
Gás natural	2.344	2.136	2.344	2.136
Produtos de Suplly-House (a)	1.209	1.185	1.209	1.185
Serviços, energia e outros	86	73	61	51
	120.125	122.334	119.084	121.361
Juros embutidos no preço dos produtos	(290)	(347)	(290)	(347)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(513)	(522)	(513)	(522)
Bonificação por desempenho (b)	(323)	(255)	(323)	(255)
Prêmios e descontos sobre vendas	(249)	(328)	(249)	(328)
Receita bruta	118.750	120.882	117.709	119.909
Encargos de vendas	(23.765)	(23.112)	(23.529)	(22.895)
Receita de vendas	94.985	97.770	94.180	97.014

- (a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.
- (b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***22.1 Obrigações de desempenho restantes**

A Companhia possui contratos de vendas de produtos ou serviços, vigentes e assinados até 31 de dezembro de 2019, com prazos superiores a 1 ano, onde os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos encontram-se definidos, ou seja, há uma quantidade pré-estabelecida de bens ou serviços prometidos ao cliente para os próximos exercícios, com seus respectivos termos de pagamentos.

A seguir estão apresentados os valores totais de preços alocados às obrigações de desempenho que não se encontram satisfeitas em 31 de dezembro de 2019, tendo como base volumes de vendas comprometidos entre as partes, bem como preços praticados em vendas recentes, sendo esses sujeitos às variações no valor de commodities, taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Consolidado
Receitas de Vendas	349.891
Diesel	146.731
Gasolina automotiva	158.553
Outros derivados de petróleo	12.968
Subtotal de derivados	318.252
Gás natural	3.354
Etanol, nitrogenados e renováveis	27.134
Serviços e outros	922
Mercado interno	349.662
Exportações	229
Mercado externo	229

A tabela acima não inclui informações sobre contratos com clientes com duração igual ou inferior a um ano, como por exemplo, vendas no mercado spot, além de contratos que não estabeleçam volumes.

22.2 Passivos de contratos

Os saldos de passivos de contratos, os quais são apresentados em Adiantamento de Clientes (nota 16), referem-se principalmente a adiantamentos para futuras vendas de combustíveis claros, produtos de aviação e gás natural e energia, os quais serão reconhecidos como receita mediante a efetiva entrega.

O total de receitas reconhecidas em 2019 que foram incluídas no saldo de passivos de contrato no início do exercício foi de R\$ 131.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

23 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Abono por repactuação salarial	(55)	-	(55)	-
Despesas de aluguéis	(44)	(121)	(44)	(121)
Participações nos lucros ou resultados	(14)	(82)	(13)	(82)
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 27.1)	(109)	991	(108)	991
Plano de cargos e salários	(48)	-	(48)	-
Planos de pensão e saúde - inativos	(334)	(317)	(334)	(317)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário (nota 19.1)	21	(92)	21	(92)
Programas de desligamento e reestruturação (nota 19.2 e 19.3)	(332)	-	(332)	-
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	252	265	252	265
Receita de armazenagem conjunta	161	94	161	94
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	45	55	45	55
Relações institucionais e projetos culturais	(91)	(170)	(91)	(170)
Resultado com alienação/baixa de ativos de natureza permanente	17	13	12	13
Prêmio por desempenho (nota 18.2)	(52)	(90)	(52)	(90)
Outros	(31)	13	(31)	14
Total	(614)	559	(617)	560

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24 Despesas por natureza

	Consolidado											
	2019						2018					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(89.219)	-	-	-	-	(89.219)	(91.374)	-	-	-	-	(91.374)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(94)	(1.574)	(188)	(54)	-	(1.910)	(86)	(1.670)	(216)	(130)	-	(2.102)
Despesas com pessoal	(52)	(752)	(557)	(822)	-	(2.183)	(48)	(676)	(484)	(587)	-	(1.795)
Perdas de crédito esperadas e perdas com títulos incobráveis	-	(79)	-	-	-	(79)	-	(42)	-	-	-	(42)
Depreciação e amortização	(12)	(454)	(62)	-	-	(528)	(12)	(365)	(40)	-	-	(417)
Variação dos estoques (*)	489	-	-	-	-	489	(322)	-	-	-	-	(322)
Relações institucionais e projetos culturais	-	-	-	(91)	-	(91)	-	-	-	(170)	-	(170)
Tributárias	(1)	6	-	70	(108)	(33)	(1)	-	-	52	(315)	(264)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(109)	-	(109)	-	-	-	991	-	991
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	252	-	252	-	-	-	265	-	265
Outras	(138)	(164)	(61)	140	-	(223)	(71)	(174)	(46)	138	-	(153)
Total	(89.027)	(3.017)	(868)	(614)	(108)	(93.634)	(91.914)	(2.927)	(786)	559	(315)	(95.383)

(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora											
	2019						2018					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(88.527)	-	-	-	-	(88.527)	(90.723)	-	-	-	-	(90.723)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(88)	(1.550)	(178)	(54)	-	(1.870)	(78)	(1.644)	(206)	(130)	-	(2.058)
Despesas com pessoal	(45)	(745)	(544)	(822)	-	(2.156)	(40)	(668)	(472)	(587)	-	(1.767)
Perdas de crédito esperadas e perdas com títulos incobráveis	-	(84)	-	-	-	(84)	-	(45)	-	-	-	(45)
Depreciação e amortização	(9)	(461)	(61)	-	-	(531)	(8)	(364)	(39)	-	-	(411)
Variação dos estoques (*)	492	-	-	-	-	492	(326)	-	-	-	-	(326)
Relações institucionais e projetos culturais	-	-	-	(91)	-	(91)	-	-	-	(170)	-	(170)
Tributárias	(1)	6	-	70	(106)	(31)	(1)	-	-	52	(312)	(261)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(108)	-	(108)	-	-	-	991	-	991
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	252	-	252	-	-	-	265	-	265
Outras	(122)	(159)	(59)	136	-	(204)	(58)	(168)	(50)	139	-	(137)
Total	(88.300)	(2.993)	(842)	(617)	(106)	(92.858)	(91.234)	(2.889)	(767)	560	(312)	(94.642)

(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(299)	(281)	(298)	(280)
Arrendamentos	(78)	(6)	(137)	(56)
Absorção de financiamentos ressarcíveis em espécie	(10)	(25)	(10)	(25)
Comissões bancárias	(43)	(53)	(43)	(53)
Impostos	(10)	(37)	(10)	(36)
Outras	(9)	(17)	(4)	(13)
	(449)	(419)	(502)	(463)
Receitas				
FIDC	49	46	48	45
Juros por atraso de clientes	120	126	107	117
Financiamentos a clientes	58	67	58	67
Depósitos judiciais	41	38	41	37
Resultado Hedge de Commodities	(40)	25	(40)	25
Recuperação de créditos - Setor elétrico - Sistema Isolado	2.154	2.619	2.154	2.619
Aplicações financeiras	98	32	86	19
Outras	48	6	55	8
	2.528	2.959	2.509	2.937
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado	61	6	61	6
Depósitos	5	3	5	3
Impostos	6	13	6	13
Outras	4	6	4	6
	76	28	76	28
Passiva				
Arrendamentos	(2)	(3)	(31)	(41)
Atualização de dividendos a pagar	(112)	(42)	(112)	(42)
Empréstimos e financiamentos	(78)	(84)	(6)	(6)
Impostos	(2)	(56)	(2)	(56)
Outras	(1)	-	(1)	-
	(195)	(185)	(152)	(145)
Variações cambiais				
Hedge	(5)	9	(5)	9
Caixa e bancos	(1)	11	(1)	11
Clientes	4	18	4	18
Fornecedores	(26)	(10)	(26)	(10)
Aplicações financeiras	12	8	12	8
Outros	6	4	6	3
	(10)	40	(10)	39
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(129)	(117)	(86)	(78)
Resultado financeiro	1.950	2.423	1.921	2.396

Os encargos dos financiamentos (juros e variação monetária) totalizaram R\$ 386 (nota 14.3) no exercício (R\$ 377 em 2018), sendo R\$ 377 reconhecidos no resultado (R\$ 365 em 2018) e R\$ 9 como juros capitalizados (R\$ 12 em 2018).

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

26 Informações por segmento

A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/mercado dos seus clientes, resultando na segregação das atividades em Rede de Postos; Mercado Consumidor; Mercado de Aviação; Mercados Especiais e Segmento Corporativo, conforme apresentado a seguir:

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Mercado Consumidor

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Mercado de Aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Mercados Especiais

Os demais segmentos relacionados à venda de produtos químicos, asfalto e à geração de energia foram agregados, como segmentos operacionais reportáveis, por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis individuais.

Corporativo

São alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

O resultado consolidado das receitas com clientes no Brasil é de R\$ 93.860 (R\$ 96.307 em 2018), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R\$ 1.638 (R\$ 1.985 em 2018).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Em função da mudança na comercialização de lubrificantes dos clientes atacadistas e supertroca da Rede de Postos para Mercados Especiais, os dados de 2018 para ambos os segmentos estão reapresentados. O montante do Ebitda reclassificado entre os segmentos foi de R\$ 149, sem alteração no resultado no Consolidado.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/19

	Rede de Postos	Mercado Consumidor	Mercado de Aviação	Mercados Especiais	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	56.524	23.701	8.973	6.300	-	95.498	(513)	(a)	94.985
Custo dos produtos vendidos	(53.254)	(22.460)	(8.175)	(5.126)	-	(89.015)	(12)	(b)	(89.027)
Lucro bruto	3.270	1.241	798	1.174	-	6.483	(525)		5.958
Despesas									
Vendas, gerais e administrativas	(1.523)	(747)	(444)	(308)	(175)	(3.197)	(688)	(c)	(3.885)
Tributárias	(5)	(1)	(3)	(12)	(23)	(44)	(64)	(d)	(108)
Outras receitas (despesas), líquidas	253	10	22	75	(499)	(139)	(475)	(e)	(614)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	2	2	-		2
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	1.950	(f)	1.950
EBITDA Ajustado	1.995	503	373	929	(695)	3.105			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							198		3.303

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/18

	Rede de Postos	Mercado Consumidor	Mercado de Aviação	Mercados Especiais	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total
Receita de Vendas	57.130	25.348	9.586	6.228	-	98.292	(522) (a)	97.770
Custo dos produtos vendidos	(54.053)	(24.022)	(8.669)	(5.158)	-	(91.902)	(12) (b)	(91.914)
Lucro bruto	3.077	1.326	917	1.070	-	6.390	(534)	5.856
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(1.674)	(767)	(524)	(302)	(161)	(3.428)	(285) (c)	(3.713)
Tributárias	(4)	-	(2)	(8)	(49)	(63)	(252) (d)	(315)
Outras receitas (despesas), líquidas	148	-	2	31	(521)	(340)	899 (e)	559
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	2.423 (f)	2.423
EBITDA Ajustado	1.547	559	393	791	(732)	2.558		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							2.251	4.809

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações contábeis

(a) Receita de Vendas

Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes

As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.

(513)

(522)

(b) Custo dos produtos vendidos

Depreciação e amortização

(12)

(12)

(c) Vendas, gerais e administrativas

Depreciação e amortização

(516)

(405)

Perdas de crédito esperadas

Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.

12

120

Verbas Rescisórias de planos de desligamentos

(173)

-

Gastos com consultoria - Plano de Transformação Organizacional

(11)

-

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações contábeis	2019	2018
(d) Impostos		
Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente.	(4)	(193)
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(60)	(59)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(109)	991
Planos de desligamento (nota 19)		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pelo contas a pagar e pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas aos planos, respectivas reversões em função de desistências, além dos gastos com desligamentos decorrentes da reestruturação da Companhia.	(311)	(92)
Abono por repactuação salarial - Plano de Transformação Organizacional	(55)	-
(f) Resultado Financeiro, líquido	1.950	2.423
Total	198	2.251

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

26.1 Desagregação da Receita

	Consolidado				
	2019				
	Rede de Postos	Mercado Consumidor	Mercado de Aviação	Mercados Especiais	Total
No país					
Norte	5.019	3.126	595	111	8.851
Nordeste	13.721	4.568	1.483	475	20.247
Centro Oeste	6.487	2.192	1.043	66	9.788
Sudeste	21.430	9.874	3.685	5.225	40.214
Sul	9.867	3.854	621	418	14.760
No exterior	-	87	1.546	5	1.638
Total	56.524	23.701	8.973	6.300	95.498

	Consolidado				
	2018				
	Rede de Postos	Mercado Consumidor	Mercado de Aviação	Mercados Especiais	Total
No país					
Norte	4.961	3.411	583	102	9.057
Nordeste	13.738	5.464	1.511	510	21.223
Centro Oeste	6.519	2.324	1.023	75	9.941
Sudeste	21.748	10.112	3.885	5.082	40.827
Sul	10.164	3.959	701	435	15.259
No exterior	-	78	1.883	24	1.985
Total	57.130	25.348	9.586	6.228	98.292

Em função da mudança na comercialização de lubrificantes dos clientes atacadistas e supertroca da Rede de Postos para Mercados Especiais, os dados de 2018 para ambos os segmentos estão reapresentados. O montante da receita reclassificado entre os segmentos foi de R\$ 803, sem alteração no resultado no Consolidado.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

27 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências**27.1 Processos judiciais e administrativos provisionados**

Em 25 de setembro de 2018, a Companhia assinou Termo de Acordo Extrajudicial (TAE) com o Estado do Mato Grosso e o Ministério Público do Estado, com a devida participação e aprovação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA-MT), relacionado a um passivo fiscal no montante de R\$ 1.372, sendo R\$ 405 decorrente do programa de anistia e o restante em função do TAE. O valor líquido de Imposto de Renda é de R\$ 906.

Esse acordo resultou na quitação do referido passivo fiscal por meio de um desembolso de R\$ 217 através do Programa de Anistia do Estado instituído pela Lei 10.433/16 e Decreto 1.630/18 (nota 17.1 de 31 de dezembro de 2018) e R\$ 155 de multa civil sobre infrações tributárias através do TAE. Adicionalmente, a Companhia, por meio do Termo de Acordo Extrajudicial, se aproveitaria de parte do montante desembolsado (R\$ 103) em créditos escriturais de ICMS no Estado, com compensação em 24 (vinte e quatro) meses nas operações futuras com o Estado. Até o final do ano de 2019, a Companhia já se aproveitou das 16 parcelas perfazendo um total de R\$ 67.

A Companhia e suas investidas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

(i) descumprimento de obrigações tributárias acessórias (R\$ 59 em 2019 e R\$ 49 em 2018);

(ii) divergência de estoque (R\$ 64 em 2019 e R\$ 33 em 2018);

(iii) cobrança de ICMS em virtude de não inclusão do ICMS – Substituição Tributária em sua base de cálculo (R\$ 49 em 2019 e R\$ 44 em 2018);

(iv) suposto recolhimento a menor de ICMS por uso de créditos de ICMS adquiridos quando da tomada de serviços de frete associados a operações não tributadas (R\$ 38 em 2019 e R\$ 7 em 2018); e

(v) suposto recolhimento a menor de ICMS-ST em operações de revenda de produtos de aviação (R\$ 31 em 2019 e R\$ 28 em 2018).

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Processos Cíveis

(i) processo movido por Valpar em que se discute o suposto descumprimento de Contrato de Transporte e de Mútuo pela Companhia, acarretando prejuízos e inviabilizando a operação de postos da autora (R\$ 92 em 2019 e R\$ 89 em 2018);

(ii) processo movido por Dislub que alega interrupção unilateral do contrato de distribuição por parte da Companhia. Requer a rescisão do contrato com a liberação das garantias e a condenação ao pagamento da multa contratual, indenização a título de perdas e danos e danos morais (R\$91 em 2019 e R\$ 83 em 2018).

Processos Trabalhistas

(i) Subsidiaridades – pedidos de condenação subsidiária da Companhia ao pagamento de verbas trabalhistas devidas aos empregados das empresas prestadoras de serviço (R\$ 83 em 2019 e R\$ 76 em 2018);

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR (R\$ 51 em 2019 e R\$ 60 em 2018);

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras despesas, líquidas.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Entretanto, dada as características das provisões judiciais de longo prazo, não é possível estimar um cronograma referente à saída desses recursos.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado									
	2019					2018				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	213	323	453	12	1.001	1.400	238	432	9	2.079
Adição, líquida de reversão	94	71	(83)	5	87	(1.316)	127	31	2	(1.156)
Utilização (*)	(17)	(25)	(28)	-	(70)	-	(52)	(35)	-	(87)
Atualização	9	1	10	2	22	129	10	25	1	165
Saldo final	299	370	352	19	1.040	213	323	453	12	1.001

	Controladora									
	2019					2018				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	213	323	453	12	1.001	1.399	238	432	9	2.078
Adição, líquida de reversão	94	70	(83)	5	86	(1.315)	127	31	2	(1.155)
Utilização (*)	(17)	(26)	(27)	-	(70)	-	(52)	(35)	-	(87)
Atualização	9	2	9	2	22	129	10	25	1	165
Saldo final	299	369	352	19	1.039	213	323	453	12	1.001

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R\$ 17 em 2019 (Consolidado e Controladora), conforme nota 27.2 (R\$ 48 em 2018).

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***27.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados**

	Consolidado					
	2019			2018		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	370	135	235	323	121	202
Causas fiscais	299	93	206	213	8	205
Causas cíveis	352	61	291	453	59	394
Causas ambientais	19	1	18	12	1	11
Total	1.040	290	750	1.001	189	812

27.1.2 Garantias

Parte dos estoques e do imobilizado da Companhia servem como garantias em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré.

	Consolidado	
	2019	2018
Estoques	209	243
Imobilizado	16	17
	225	260

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	718	189	88	5	1.000	977
Adição, líquida de reversão	16	32	13	-	61	61
Utilização (a)	-	(38)	(10)	-	(48)	(48)
Atualização monetária / juros (b)	34	1	3	-	38	37
Outros	-	-	4	(4)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	768	184	98	1	1.051	1.027
Adição, líquida de reversão	61	30	7	-	98	98
Utilização (a)	(1)	(14)	(2)	-	(17)	(17)
Atualização monetária / juros (b)	35	5	-	-	40	39
Outros	-	-	1	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	863	205	104	1	1.173	1.148

(a) Por pagamento de processos judiciais.

(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

A Companhia mantém R\$ 290 (R\$ 189 em 2018) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 27.1.1); R\$ 575 (R\$ 551 em 2018) associados a contingências possíveis; R\$ 88 (R\$ 100 em 2018) associados a contingências remotas; R\$ 185 (R\$ 171 em 2018) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R\$ 35 (R\$ 40 em 2018) referem-se a outros.

27.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

Natureza	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais	8.480	7.707	8.420	7.647
Cíveis	2.532	2.473	2.525	2.465
Trabalhistas	695	441	695	441
Ambientais	154	127	153	127
Total	11.861	10.748	11.793	10.680

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal	2019	2018
Autor: Estado do RJ		
1) Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. O Estado do Rio de Janeiro conferiu benefício fiscal reduzindo a alíquota de ICMS sobre querosene de aviação. Essa redução foi considerada inconstitucional. Hoje o Estado do Rio de Janeiro cobra essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas.	1.329	1.265
Autores: Estados de GO, RJ, RR, SC, SP e TO		
2) Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.569	1.445
Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, SE e SP e o Distrito Federal		
3) Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	918	973
Autores: Estados do AP, BA, GO e SP, Discos e Transportadora Amazônia Diesel Ltda		
4) Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de limitares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	851	729
Autores: Estados do AM, CE e PE		
5) Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	519	433
Autor: Estado de PE		
6) Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento. Discute-se se as normas contidas no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991, que previam a possibilidade de tomada e manutenção de créditos fiscais de ICMS, foram ou não tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996.	522	394
Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MS, MT, PA, PB, PI, RJ, RN, RO e SC, o Distrito Federal e a União		
7) Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	371	338
Autor: União		
8) Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	664	614
Autor: Estado do RJ		
9) Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda.	292	265
Autor: Estado do RJ		
10) Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	108	102
Autor: União		
11) Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados.	170	158

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal	2019	2018
Autores: Estado do BA, CE, GO, MG, PB, PI, RO e SP		
12) Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	81	113
Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MA, PA, PE, PI, RJ, RO, RS e SP		
13) Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	113	94
Autor: União		
14) Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços à Companhia.	38	41
Autores: Estados do AM, CE, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PE, PI, RJ e RO e União		
15) Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	60	72
Autores: Estados do MT e PA		
16) Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	81	68
Autor: União		
17) Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	29	43
Autor: União		
18) Processos em que a Companhia é autuada como responsável solidária pelo recolhimento de contribuições previdenciárias.	54	52
Autores: Estado do PA, União e Município de Sorocaba		
19) Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	155	84
Autores: Estados do PR e SP		
20) Guerra fiscal entre Unidades da Federação relativa a benefícios fiscais na origem e possibilidade de creditamento em operações interestaduais.	73	57
Autor: Estado de Mato Grosso		
21) Processo no qual se discute a exigência de ICMS em razão de a empresa ter vendido a cliente, formalmente localizado no Estado do Pará, quantidade de produto superior à capacidade de consumo daquele. Assim, considerando o Estado, que o produto permaneceu em Mato Grosso.	50	42
Autores: Estados do AM, GO, MT e SC		
22) Não Retenção ou Retenção a Menor do ICMS nas vendas da Companhia para adquirentes industriais, que utilizam combustível como insumo à industrialização.	43	41
Autor: União		
23) Processos em que a Companhia é autuada quanto às verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	56	28
Autores: CE, MG, PA, PE, PI, RJ, RO, RR, SE e TO, o Distrito Federal e Expresso Miracema Ltda		
24) Processos em que há cobrança de ICMS não categorizada nos demais perfis existentes	55	32
Autor: União		
25) Processos relativos a compensações de saldo credor e/ou pagamento a maior de Impostos Federais não homologados pela RFB.	45	-
Processos diversos de natureza fiscal	234	224
Total	8.480	7.707

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível	2019	2018
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..		
Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis.		
1) Situação atual: Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	962	826
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências.		
Situação atual: Em 10 de abril de 2019, o Tribunal Colegiado do CADE finalizou o julgamento, e por maioria de votos (3 a 2), a Companhia foi absolvida pelo CADE da acusação de formação de cartel. Por unanimidade, contudo, a Companhia e a IPP foram condenadas pelo CADE, por suposto exercício de influência negativa na cadeia econômica de revenda. Em setembro de 2019 a Companhia ajuizou ação anulatória do débito, com oferta de garantia, perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Nesse processo foi proferida decisão concedendo efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto pela BR, suspendendo a multa administrativa oriunda da decisão do CADE até ulterior decisão do juízo competente. Foi ainda determinado, na mesma decisão, que o CADE se abstenha de inscrever no CADIN e em qualquer cadastro de proteção ao crédito, o nome da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	67	288
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração		
Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte.		
Situação atual: Autos conclusos ao ministro relator, no STJ, para apreciar Embargos de Declaração da União. O valor em discussão atualizado é R\$1,6 bilhão, conforme proposta de acordo apresentada pela Rede Forte. No fim de 2017, a Rede Forte enviou carta ao mercado estimando a condenação em R\$8 bilhões – nada obstante ter se manifestado em juízo a respeito de sua iliquidez. No entendimento dos advogados que patrocinam a causa em favor da Companhia, o valor seria de R\$281 (em 31 de dezembro de 2019). Tal diferença decorre da necessidade de se promover uma liquidação da sentença, fazendo com que o risco atual não possa ser definido com precisão pelos advogados externos.	281	271
Autor: Francisco Messias Cameli		
Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL).		
4) Situação atual: Encontra-se pendente de julgamento a apelação da Companhia interposta contra a sentença que julgou a ação principal, eis que já houve decisão do conflito de competência pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Os autos foram conclusos ao Relator para a elaboração de relatório.	191	185
Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda.		
A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais.		
5) Situação atual: Aguardando o julgamento do Recurso de Apelação da Companhia, e do recurso Adesivo da DISCOM.	206	187
Autor: Borborema Energética S.A.		
O autor alega erro na formação do preço da Companhia quando da elaboração do contrato o qual não teria observado a competente Resolução da ANEEL. A Companhia alega que praticou adequadamente os preços da Resolução ANEEL e que a formação de seu preço observou o reajuste previsto em tal resolução.		
6) Situação atual: Sentença julgou procedente o pedido da Borborema para condenação da Companhia. Apelação da BR interposta para seguir a discussão no caso, ainda pendente de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.	215	155

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível		2019	2018
Autor: Único Combustíveis Ltda.			
7)	O autor ajuizou ação postulando indenização pela responsabilidade da Companhia na rescisão do contrato de fornecimento de combustíveis. A Companhia se defendeu afirmando que o autor, e não ela, deu causa à rescisão. Situação atual: Ação com trânsito em julgado desfavorável à Companhia, em fase de execução. A Companhia apresentou recurso sustentando que o critério de margem bruta/líquida para fins de apuração dos lucros cessantes foi equivocadamente utilizado pelo perito, o que foi acolhido em decisão do Superior Tribunal de Justiça. Autos foram reenviados ao Tribunal de Justiça do Paraná para nova avaliação do critério de cálculos empregado na liquidação impugnada pela Companhia.	71	-
Autor: Feijó, Cavagnoli & Cia. Ltda.			
8)	Autor pede liquidação de sentença a partir de critérios contábeis que a Companhia entende inapropriados. A Companhia alega que o laudo pericial se limite aos postos de gasolina objeto da lide, para fins de apuração do valor do fundo de comércio e dos lucros cessantes. Situação atual: Publicação de pauta para julgamento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sobre a necessidade de dedução das despesas operacionais do montante a ser apurado como sendo o valor auferido com a venda de combustíveis.	-	41
Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda			
9)	Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor, além dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada. Situação atual: Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.	45	39
Autor: Derivados de Petróleo Santa Isabel Ltda.			
10)	Ação de indenização por danos morais e materiais. O autor reivindicava a sustação de protestos de duplicatas mercantis e indenização por danos morais e materiais, sob a alegação de que os títulos protestados teriam sido emitidos indevidamente pela Companhia (notas fiscais e duplicatas com o objetivo de cobrar ICMS), causando-lhe expressivos prejuízos em suas órbitas patrimonial e extrapatrimonial. Situação atual: Julgamento favorável do Agravo de Instrumento da Companhia contra a decisão que havia determinado o pagamento, sob pena de penhora, com base em critério equivocado. Recurso provido para determinar a liquidação dos danos materiais pelo procedimento comum, mantida apenas a condenação em danos morais, estes líquidos. Acórdão disponibilizado, riscos ajustados conforme decisões do TJ-BA e do juízo de 1ª instância determinando pagamento da parcela que entende devida pelos danos morais - tal decisão será impugnada.	-	147
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
11)	Trata-se de investigação administrativa de suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, com pedido de adoção de medida preventiva, deflagrada por GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP Situação atual: Investigação ainda em curso. Em 30/12/2019 a BR apresentou petição prestando informações em atenção ao Ofício nº 8479/2019/CGAA4/SGA1/SG/CADE.	82	-
Processos diversos de natureza cível		412	334
Total		2.532	2.473

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Processos de natureza trabalhista

Descrição dos processos de natureza trabalhistas	2019	2018
Autores: Diversos		
1) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	305	216
Autores: Diversos		
2) Ações judiciais nas quais os ex-empregados das empresas contratadas da Companhia pleiteiam a condenação subsidiária da Companhia ao pagamento dos seus créditos trabalhistas. (*)	58	100
Autores: Diversos		
3) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da BR pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos aos agentes nocivos, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e do Emprego.	60	46
Autores: Diversos		
4) Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos combustíveis derivados de petróleo contratados pela Companhia. (*)	89	-
Autores: Diversos		
5) Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas contratadas para efetuar a prestação de serviços pleiteando direito à isonomia salarial em relação a outros empregados.	41	-
Processos diversos de natureza trabalhista	142	79
Total	695	441

(*) A forma de apuração foi alterada no segundo trimestre de 2019. Antes, ambos os perfis compunham um só perfil (subsidiariedade) cujo valor, em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 100.

d) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental	2019	2018
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás		
1) Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
Situação atual: Processo em fase de perícia, com discussões sobre os quesitos e a habilitação do expert designado pelo juízo.	100	84
Processos diversos de natureza ambiental	54	43
Total	154	127

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

27.4 Processos judiciais – recuperação de tributos**27.4.1 ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS**

A Companhia ajuizou, em 2017, ação em face da União para ver excluído o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em março de 2017, em princípio, sem a possibilidade de modificação do mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS.

A União opôs embargos de declaração em outubro de 2017 buscando modular o efeito da decisão, ainda pendente de julgamento.

A companhia obteve decisão favorável no Tribunal Regional Federal da 2ª Região em fevereiro de 2019, esta desafiada por Recurso Extraordinário da União que está suspenso até o julgamento final do paradigma pelo STF.

Tendo em vista que ainda pendem discussões judiciais acerca da metodologia de cálculo para apuração do crédito, o ativo contingente não pôde ser estimado.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

28 Compromissos contratuais**a) Contratos "take or pay" de compras**

A Companhia possui compromissos mínimos de compras de gás natural com a Petrobras para o período de 31 de dezembro de 2019 a 2025 de aproximadamente 1.110 milhões de m³, que corresponde a um valor total restante estimado de R\$ 1.160. Adicionalmente, possui compromissos para o período de cinco anos, num valor estimado de R\$ 67 com a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS), de R\$ 47 com a Gás de Alagoas S.A. (ALGAS) e de R\$ 51 com a Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (SULGAS).

Compras de derivados de petróleo, para o período de 3 anos, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 207 com a Petrobras e R\$ 48 com a Refinaria de Petróleo Riograndense;

b) Contratos "take or pay" de serviços

A Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 757, até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Serviço de transporte ferroviário para o período de 2 anos, ao valor estimado de R\$ 29 com VLI Multimodal S.A. e de R\$ 32 com a Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Prestação de serviços de beneficiamento, pela Brasil Carbonos, nas plantas de Taubaté/SP e Cosmópolis, cujo saldo contratual remanescente refere-se a aproximadamente 17.160 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R\$ 472, até outubro de 2033.

Serviço de Armazenagem, para o período de 3 anos, ao valor estimado de R\$ 87 com Ageo Terminais e de R\$ 56 com Cattalini Terminais.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de *hedge* definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		Nível Hierarquia	Consolidado		Controladora	
	Notas	Valor Justo	2019	2018	2019	2018
Custo amortizado						
Ativos						
Caixa e bancos	6		239	229	238	223
Aplicações financeiras	6		2.123	2.828	1.876	2.607
Contas a receber	7		5.044	6.460	5.214	6.544
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	30.1.1		-	-	144	136
NTN-P (Outros ativos realizáveis a longo prazo)			2	2	2	2
			7.408	9.519	7.474	9.512
Custo amortizado						
Passivos						
Fornecedores	13		2.307	2.219	2.331	2.251
Financiamentos	14		5.957	5.524	5.066	4.580
Cessão de direitos creditórios	30.2		-	31	-	-
			8.264	7.774	7.397	6.831
Valor justo por meio do resultado						
Ativos						
Precatórios (Contas a receber - Não Circulante)	7	2	23	22	23	22
Hedge Commodities (Outros - Ativo Circulante)		1	3	50	3	50
Hedge Cambial (Outros - Ativo Circulante)		2	6	1	6	1
			32	73	32	73
Valor justo por meio do resultado						
Passivos						
Hedge Commodities (Outros - Passivo Circulante)		1	19	-	19	-
Hedge Cambial (Outros - Passivo Circulante)		2	22	6	22	6
			41	6	41	6

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

29.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

29.2 Risco de mercado**29.2.1 Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia está associado, principalmente, ao CDI e ao IPCA, que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários-CRI, Nota de Crédito de Exportação e Debêntures dos Certificados de Recebíveis de Agronegócios-CRA).

29.2.1.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia e suas investidas consolidadas, atualmente não utilizam instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

			Consolidado		
		Risco	Cenário I - provável	Cenário II - possível (*)	Cenário III - remoto (*)
Exposição em 31 de dezembro de 2019		CDI	4,19%	5,23%	6,28%
		IPCA	3,22%	4,02%	4,82%
		SELIC	4,27%	5,34%	6,41%
		IGPM	3,94%	4,92%	5,91%
		INPC	3,28%	4,10%	4,92%
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI - 100%	1.762	CDI	74	92	111
Aplicações financeiras - SELIC	154	SELIC	7	8	10
Financiamentos a receber - CDI- 100%	68	CDI	3	4	4
Financiamentos a receber - CDI - 124,75%	546	CDI	29	36	43
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	254	IGPM	10	13	15
Financiamentos a receber - INPC	92	INPC	3	4	5
Financiamentos a receber - SELIC	83	SELIC	4	4	5
Instrumentos financeiros passivos					
Debêntures - CDI - 111,57%	(3.557)	CDI	(166)	(208)	(249)
Debêntures - CRA 9ª série - CDI - 98%	(487)	CDI	(20)	(25)	(30)
Debêntures - CRA 10ª série - CDI - 100%	(206)	CDI	(9)	(11)	(13)
Debêntures - CRA 11ª série - IPCA	(294)	IPCA	(9)	(12)	(14)
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI) - IPCA	(861)	IPCA	(28)	(35)	(42)
Nota de Crédito a Exportação (NCE) - CDI - 100%	(503)	CDI	(21)	(26)	(32)
Resultado financeiro líquido, conforme estimativas					
Ganho/(perda)			(123)	(156)	(187)

Critérios

Cenário provável - considera a projeção das taxas para 2020, conforme Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil. Em relação ao CDI, foi utilizada como fonte a CETIP.

(*) Cenário II e III - consideram uma deterioração da taxa projetada no cenário provável de 25% e 50%, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade foi considerada apenas a deterioração da taxa de juros em relação ao saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019, considerando este constante.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

29.2.2 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros e da importação de produtos, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

29.2.2.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para *hedge* de estoques e (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro. No primeiro caso, o objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. No segundo caso, o objetivo é proteger o custo do produto importado. No terceiro caso, o objetivo é alinhar o custo do estoque ao nível de mercado. Já no quarto caso, ainda em fase inicial, é a garantia de preço do Cartão do Caminhoneiro.

Entre janeiro e dezembro de 2019 foram contratadas operações de *hedge* para: (i) exportação no total de US\$ 394 milhões, (ii) para fixação de preço para clientes de aviação de US\$ 8 milhões, (iii) para importação no total de US\$ 1,326 milhões e (iv) *hedge* de estoques no total de US\$ 694 milhões. Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido no mesmo período, o percentual de *hedge* contratado representou 99%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou *hedge* cambial, entre janeiro e dezembro de 2019, para 100% das cargas onde há exposição cambial.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações quanto das importações.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial entre janeiro e dezembro de 2019 geraram um resultado positivo para a Companhia de R\$ 6.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM no. 550 de 2008.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Vencimento
	USD (Milhões)		R\$ (Milhões)		
	2019	2018	2019	2018	
Posição Comprada	-	25	-	(1)	1T19
Posição Comprada	-	1,5	-	-	2T19
Posição Comprada	-	1,5	-	-	3T19
Posição Comprada	223	-	(22)	-	1T20
Posição Comprada	2	-	-	-	2T20
Posição Vendida	-	92	-	(4)	1T19
Posição Vendida	77	-	6	-	1T20
Posição Vendida	2	-	-	-	2T20

O hedge cambial, registrado a valor justo, está classificado como Nível 2.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2019, os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data. O valor justo no cenário provável é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco (*)	Cenário Provável em 31.12.2019	Cenário Possível (Δ de +25%)	Cenário Remoto (Δ de +50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valorização do Real frente ao Dólar	(6)	(162)	(309)

(*) A Companhia tem mais posição comprada do que vendida em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***Em Reais milhões**

	Exposição em 31/12/2019	Risco	Consolidado		
			Cenário I - provável	Cenário II - possível (*)	Cenário III - remoto (*)
				25%	50%
Ativos					
Disponibilidades	113	Dólar / Real	2	28	57
Contas a receber	106	Dólar / Real	2	27	53
Depósito margem garantia	89	Dólar / Real	2	22	45
Passivos					
Fornecedores	(631)	Dólar / Real	(11)	(158)	(316)
Impacto no resultado					
Ganho/(perda)			(5)	(81)	(161)

Critérios

Cenário provável - Variação de 1,72% do Real frente ao Dólar. Fonte: Focus.

(*) Cenário II e III - consideram um impacto no cenário provável de 25% e 50%, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade foi considerada apenas a deterioração do dólar em relação ao saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019, considerando este constante.

29.2.3 Gerenciamento de risco de preços

Atualmente a política de preços da Petrobras para diesel e gasolina, além de levar em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações para acompanhar esse movimento.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros. Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de *commodity* e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de *hedge* para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Conforme política de gestão de risco todas as operações com derivativos de *commodity* possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Contratos (em centavos por galão)				(em milhões de reais)		
Tipo	Quantidade	Preço Médio de venda	Fechamento em 31.12.2019	MTM (Valor do Contrato)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Possível (Δ de 50%)
RBOB (Gasolina)	872	665	681	(6)	(68)	(131)
HO (Diesel)	2.128	819	815	3	(179)	(361)

Foi utilizada a Ptax Venda de 31/12/2019 (4,0307) para cálculo dos números descritos acima.

O valor justo do derivativo de *commodity* está classificado como nível 1.

Estas operações exigem depósito de margens de garantia cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 89 (R\$ 6 em 2018).

29.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

Até a realização do Follow On, em 25 de julho de 2019, o excesso de caixa era aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Após o Follow On a Companhia buscou bancos parceiros para fazer as aplicações das sobras de caixa com rendimentos atrelados ao CDI.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Mantém-se, ainda, espaço para estruturas financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

O fluxo nominal do principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Período	Consolidado		
	Principal	Juros	Total
2020 (*)	4.175	233	4.408
2021	124	88	212
2022	611	82	693
2023	139	55	194
2024	264	47	311
2025 em diante	561	73	634
Total	5.874	578	6.452

(*) Vencimento debêntures Itaú em abril de 2020.

O fluxo dos pagamentos de arrendamentos está apresentado na nota 15.

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante.

29.4 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

29.4.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela administração para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações de *hedge*, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis esta detalhada na nota 7.

A carteira da Companhia somava aproximadamente R\$ 15,1 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente. Considerando o histórico do setor elétrico (nota 7.4), a Companhia optou pela elaboração de uma matriz separada para análise das perdas deste setor.

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Cientes						
Rede de Postos	0,24%	71,85%	77,86%	82,43%	86,04%	100,00%
Mercado Consumidor	0,10%	23,70%	36,35%	51,78%	60,58%	100,00%
Mercado de Aviação	0,28%	20,81%	76,75%	84,70%	93,50%	100,00%
Mercados Especiais	0,11%	34,82%	51,44%	69,44%	83,04%	100,00%
Térmicas do sistema isolado						
Sistema Eletrobras	0,13%	8,03%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%

29.4.2 Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e Valores Mobiliários	
	2019	2018	2019	2018
Aaa	1.442	-	-	-
brA-1+	-	284	-	-
brAAA	468	-	2	2
Aaa.br	-	2.713	-	-
brAA+	-	2	-	-
Aa1.br	338	-	-	-
Scm rating (*)	114	58	-	-
	2.362	3.057	2	2

(*) Os ratings listados na tabela possuem referência em Escala Nacional e a ausência de classificação indica que a respectiva instituição financeira não está classificada segundo esse critério pelas agências S&P e Moody's. O rating em Escala Global neste caso é BBB+ em 2019 e em 2018.

29.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos e buscando manter um adequado perfil de endividamento.

Na análise da estrutura de capital, a Companhia se utiliza do indicador Endividamento líquido/EBITDA Ajustado¹. A descrição dos ajustes do EBITDA é demonstrada na nota 26.

	Consolidado	
	2019	2018
Financiamentos (nota 14)	5.957	5.524
Arrendamentos (nota 15)	818	48
Cessão de direitos creditórios (nota 30.2)	-	31
Endividamento total	6.775	5.603
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(2.362)	(3.057)
Menos: Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 7)	-	(190)
Endividamento líquido	4.413	2.356
EBITDA Ajustado	3.105	2.558
Índice Endividamento líquido/EBITDA ajustado ¹	1,4	0,9

¹ Métrica gerencial, não contábil.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

29.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 14.4.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

30 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.1 Transações comerciais e outras operações

30.1.1 Por operação

Consolidado						
2019						
		Ativo			Passivo	
			Não		Não	
	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante
						Total
Resultado						
Receitas	2.391					
Variações monetárias e cambiais líquidas	(15)					
Receitas (despesas) financeiras líquidas	375					
Outras receitas e despesas	121					
Ativo						
Contas a receber (nota 7), sem FIDC		737	204	941		
Títulos e valores mobiliários (*)		-	2	2		
Caixa e equivalentes de caixa		569	-	569		
Depósitos judiciais		-	907	907		
Passivo						
Fornecedores					732	-
Dividendos / Juros sobre capital próprio					191	-
Adiantamento de clientes					38	-
Arrendamentos					6	65
Em 31.12.2019	2.872	1.306	1.113	2.419	967	65
Janeiro a dezembro/2018	5.463					
Em 31.12.2018		3.478	1.535	5.013	1.823	19

(*) Classificados em Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora							
2019							
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas	2.408						
Variações monetárias e cambiais líquidas	(44)						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	323						
Outras receitas e despesas	121						
Ativo							
Contas a receber (nota 7), sem FIDC		1.021	204	1.225			
Títulos e valores mobiliários (*)		-	2	2			
Caixa e equivalentes de caixa		563	-	563			
Dividendos		8	-	8			
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	144	144			
Depósitos judiciais		-	882	882			
Passivo							
Fornecedores					761	-	761
Dividendos / Juros sobre capital próprio					191	-	191
Adiantamento de clientes					38	-	38
Arrendamentos					117	521	638
Em 31.12.2019	2.808	1.592	1.232	2.824	1.107	521	1.628
Janeiro a dezembro/2018	5.389						
Em 31.12.2018		3.700	1.647	5.347	1.980	432	2.412

(*) Classificados em Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As compras efetuadas com a Petrobras totalizaram R\$ 56.801 (R\$ 71.467 em 2018), com a Refinaria de Petróleo Riograndense R\$ 579 (R\$ 524 em 2018) e com as Distribuidoras de Gás R\$ 341 (R\$ 290 em 2018).

A Companhia possui contratos mínimos de compra com a Petrobras, conforme mencionado na nota 28 (a). Adicionalmente, a Companhia possui contratos com a Petrobras para o período de 5 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R\$ 43.206.

Em 2018, a Companhia realizou contratos de mútuo com a Stratura, por meio dos quais emprestou um valor total de R\$ 133. Os valores são corrigidos a taxa de 115,8 % do CDI.

A Companhia assumiu compromissos de aportes de capital, no ano de 2020, nas empresas Muricy II e Pecém, no valor de R\$ 20 e R\$ 18, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui fianças prestadas em favor da Petrobras referente ao Repetro, no montante de R\$ 422.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.1.2 Por empresa

	Consolidado									
	Resultado		Ativo				Passivo			
			2019				2019			
	2019	2018	Circulante	Não circulante	Total	2018	Circulante	Não circulante	Total	2018
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	329	2.561	427	204	631	1.055	-	-	-	-
Controladas - Sistema Petrobras										
Petrobras	1.687	1.684	200	-	200	235	878	49	927	1.708
Transpetro	45	37	10	-	10	11	35	-	35	26
Outras	48	75	6	-	6	9	2	-	2	2
	1.780	1.796	216	-	216	255	915	49	964	1.736
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia e Sistema Petrobras										
Termocabo	12	56	-	-	-	6	-	-	-	-
Petrocoque	88	67	-	-	-	-	-	-	-	-
Logum Logística	1	-	-	-	-	-	1	-	1	11
CDGN	(4)	(3)	-	-	-	-	5	16	21	24
Outras	32	31	1	-	1	1	8	-	8	18
	129	151	1	-	1	7	14	16	30	53
Coligadas do Sistema Petrobras (*)										
Suape II	2	331	-	-	-	-	-	-	-	-
Braskem	-	18	-	-	-	1	-	-	-	12
Outras coligadas	-	14	-	-	-	1	-	-	-	-
	2	363	-	-	-	2	-	-	-	12
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	-	-	-	2	2	2	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	126	69	569	907	1.476	3.571	-	-	-	6
Clientes - Governo Federal	506	523	93	-	93	121	38	-	38	35
	632	592	662	909	1.571	3.694	38	-	38	41
Total	2.872	5.463	1.306	1.113	2.419	5.013	967	65	1.032	1.842

(*) Em 31 de dezembro de 2019, estas empresas deixaram de ser consideradas partes relacionadas.

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Resultado		Ativo			Passivo			Controladora	
			2019			2019				
	2019	2018	Circulante	Não circulante	Total	2018	Circulante	Não circulante	Total	2018
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	329	2.561	427	204	631	1.055	-	-	-	-
Controladas da Companhia e Sistema Petrobras										
Petrobras	1.688	1.684	200	-	200	234	873	49	922	1.708
Stratura	27	13	1	144	145	137	-	-	-	-
Transpetro	45	37	10	-	10	11	35	-	35	26
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(89)	(88)	291	-	291	232	141	456	597	572
Outras	47	76	6	-	6	10	2	-	2	2
	1.718	1.722	508	144	652	624	1.051	505	1.556	2.308
Operação em conjunto										
Brasil Carbonos	-	-	-	-	-	2	4	-	4	4
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia e Sistema Petrobras										
Termocabo	12	56	-	-	-	6	-	-	-	-
Petrocoque	88	67	-	-	-	-	-	-	-	-
Logum Logística	1	-	-	-	-	-	1	-	1	11
CDGN	(4)	(3)	-	-	-	-	5	16	21	24
Outras	32	32	1	-	1	1	8	-	8	18
	129	152	1	-	1	7	14	16	30	53
Coligadas do Sistema Petrobras (*)										
Suape II	2	331	-	-	-	-	-	-	-	-
Braskem	-	18	-	-	-	1	-	-	-	12
Outras coligadas	-	14	-	-	-	1	-	-	-	-
	2	363	-	-	-	2	-	-	-	12
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	-	-	-	2	2	2	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	124	68	563	882	1.445	3.534	-	-	-	-
Clientes - Governo Federal	506	523	93	-	93	121	38	-	38	35
	630	591	656	884	1.540	3.657	38	-	38	35
Total	2.808	5.389	1.592	1.232	2.824	5.347	1.107	521	1.628	2.412

(*) Em 31 de dezembro de 2019, estas empresas deixaram de ser consideradas partes relacionadas.

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.2 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber (nota 7)	-	190	-	160
Total classificado no ativo circulante	-	190	-	160
Cessões de direitos performados e não performados	-	(31)	-	-
Total classificado no passivo circulante	-	(31)	-	-
Receita financeira FIDC-NP	49	46	48	45
Despesa financeira FIDC-NP	(1)	(3)	-	(2)
Resultado financeiro	48	43	48	43

A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC NP Petrobras é de 105% do CDI; não há IOF e IR na operação.

As aplicações em cotas do FIDC-NP estão classificadas no ativo circulante, no contas a receber. A taxa de remuneração é de 100% do CDI. Sobre a remuneração incide IR. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio de tabela regressiva.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas.

Após a conclusão do *follow on*, na data de 25 de julho de 2019, a Companhia deixou de ter acesso ao FIDC, tendo sido resgatadas todas as aplicações existentes.

Notas Explicativas**Petrobras Distribuidora S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.2.1 Movimentação do fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	31	26	-	-
Adição	13	2.335	-	2.278
Baixas	(45)	(2.333)	-	(2.280)
Juros	1	3	-	2
Saldo final	-	31	-	-

30.3 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Companhia foram as seguintes:

Remuneração	Controladora	
	2019	2018
Remuneração por empregado		
Menor remuneração	3.980	3.768
Remuneração média	15.769	15.106
Maior remuneração	73.325	73.325
Remuneração por dirigente da Companhia (maior)	111.201	111.201
(Valores expressos em reais)		

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora					
	2019			2018		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Benefícios de curto prazo	11,3	1,2	12,5	11,3	1,6	12,9
Benefícios pós-emprego	0,7	-	0,7	0,8	-	0,8
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	0,1	-	0,1	0,1	-	0,1
Total	12,1	1,2	13,3	12,2	1,6	13,8

No exercício de 2019, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração. No Consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R\$ 17 (R\$ 18 em 2018).

Notas Explicativas

31 Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra incêndio para as instalações, equipamentos e produtos totalizava R\$ 711. A cobertura para a responsabilidade civil totalizava R\$ 4.111, sendo R\$ 4.031 para operações de abastecimentos de aeronaves e R\$ 80 para operações e poluição ambiental. A cobertura para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia, totalizava R\$ 75.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32 Eventos subsequentes

Gestão de Passivos - Captações de Empréstimos

Em 03 de março de 2020, a Companhia concluiu as negociações referentes à captações de recursos no valor total de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. Essas captações fazem parte da estratégia de adequação do perfil de dívidas da Companhia, com vistas ao aumento do prazo médio, diversificação de credores e instrumentos, sobretudo em face da concentração de vencimentos que acontecerá no dia 15 de abril de 2020, também no valor de aproximadamente R\$3,5 bilhões

As captações foram diversificadas em diferentes instrumentos, com as seguintes instituições financeiras: Itaú Unibanco S.A., Citibank SA, JP Morgan Chase Bank N.A., The Bank of Nova Scotia e Banco MUFG Brasil S.A. Os instrumentos utilizados incluíram Notas de Crédito à Exportação ("NCE"), Empréstimos diretos externos em moeda estrangeira e, ainda, o aditamento e prorrogação de parte da debênture vincenda em abril de 2020. Todas as operações de empréstimo em moeda estrangeira (NCE e Empréstimos diretos), foram integralmente hedgeadas tanto em valor quanto em vencimentos. O custo all-in médio dessas operações pós-swap foi de CDI + 0,78% a.a.

O prazo médio dos novos instrumentos é de 4 anos. Com isto, a estratégia de refinanciamento possibilitará o alongamento do prazo médio da Dívida da companhia, atualmente de aproximadamente 1,0 ano, para o novo patamar de 3,4 anos.

Notas Explicativas

Efeito do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 no qual destaca a importância de as Companhias Abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis.

Na data de emissão destas Demonstrações Contábeis a Companhia não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis, principalmente aqueles relacionados na Nota Explicativa de número 3.

Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19.

A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

Notas Explicativas**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

EDY LUIZ KOGUT
Presidente

ALEXANDRE FIRME CARNEIRO
Conselheiro

CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI
Conselheiro

CLAUDIO ROBERTO ELY
Conselheiro

LEONEL DIAS DE ANDRADE NETO
Conselheiro

MARIA CAROLINA LACERDA
Conselheiro

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Conselheiro

PEDRO SANTOS RIPPER
Conselheiro

RICARDO CARVALHO MAIA
Conselheiro

Notas Explicativas

DIRETORIA EXECUTIVA

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Presidente

ANDRÉ CORRÊA NATAL
Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

FLAVIO COELHO DANTAS
Diretor Executivo de Comercial, Varejo e
Inteligência de Mercado

MARCELO CRUZ LOPES
Diretor Executivo de Comercial B2B

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo de Operações, Logística e
Sourcing

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSIÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS
REFERENTE AO ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O
EXERCÍCIO DE 2020

Apresentamos à deliberação desta Assembleia Geral Ordinária a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2020, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976.

O *Business Plan* da Petrobras Distribuidora S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, considera, para o exercício de 2020, gastos de R\$1.619.130.336,53 (um bilhão, seiscentos e dezenove milhões, cento e trinta mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios, conforme detalhamento a seguir:

Destinação dos recursos	Em R\$
Infraestrutura Logística e SMS para atendimento ao mercado	421.400.000,00
Infraestrutura logística em clientes	132.400.000,00
Transformação digital e automação	198.900.000,00
Manutenção e expansão da rede de postos	866.430.336,53
Total	1.619.130.336,53

Fonte dos recursos	Em R\$
Retenção do lucro líquido de 2019	975.875.865,90
Recursos próprios e de terceiros	643.254.470,63
Total	1.619.130.336,53

Assim, para atendimento ao artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, propomos a esta Assembleia Geral Ordinária a aprovação do montante de R\$1.619.130.336,53 (um bilhão, seiscentos e dezenove milhões, cento e trinta mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), correspondente aos gastos orçados para 2020 com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petrobras Distribuidora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual de operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Petrobras Distribuidora S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Benefícios concedidos a empregados – Passivo decorrente de planos de pensão e saúde
Conforme Notas Explicativas nº 4.14 e 20 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

O passivo decorrente desses planos de pensão e saúde é determinado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, contratado pela Companhia, de acordo com o método de crédito unitário projetado, com referência em

premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como estimativas embasados em dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

Devido ao alto grau de julgamento por parte da Companhia para determinação das estimativas e premissas atuariais, bem como a geração dos dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, utilizados para mensurar o passivo decorrente desses planos de pensão e saúde consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave adotados pela Companhia associados ao processo de mensuração do passivo decorrente desses planos de pensão e saúde e às divulgações relacionadas.

Realizamos procedimentos sobre as informações das bases de dados utilizadas nos cálculos para mensurar o passivo decorrente desses planos de pensão e saúde, com base em amostragem, bem como obtivemos informações sobre a competência técnica e experiência do atuário independente responsável pelo cálculo atuarial, contratado pela Companhia.

Com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do cálculo para mensurar o passivo decorrente desses planos de pensão e saúde, e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como: taxa de desconto, crescimento salarial, rotatividade do plano de pensão e saúde, tabela de mortalidade e invalidez e custos médicos.

Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nossos testes revelaram deficiências na efetividade operacional dos controles internos relacionados com a obtenção dos dados utilizados na mensuração do passivo decorrente desses planos de pensão e saúde. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto aos dados utilizados na mensuração do passivo decorrente desses planos de pensão e saúde.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos do passivo decorrente desses planos de pensão e saúde, e demais valores refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ- 112835/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 e suas respectivas notas explicativas, o Relatório Anual da Administração e a destinação do resultado do Exercício 2019 com proposta de distribuição de dividendos e proposta de orçamento de capital para 2020.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2020.

JOÃO VERNER JUENEMANN
Presidente

BRUNO PASSOS DA SILVA MELO
Conselheiro

MARIA SALETE GARCIA PINHEIRO
Conselheira

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da
Petrobras Distribuidora S.A.

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria da Petrobras Distribuidora S.A. ("BR") passou à condição de Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), em 31 de agosto de 2017. A partir de 25 de julho de 2019, com a nova condição societária da BR, o Comitê de Auditoria Estatutário manteve sua condição de órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

Em conformidade com o Estatuto Social e com os normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 308/99 e alterações subsequentes e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; e (iv) as transações com partes relacionadas.

É importante enfatizar que os administradores da BR são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais (doravante "demonstrações contábeis") da BR sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta responsabilidade é da administração e dos auditores independentes. No cumprimento de suas responsabilidades descritas no Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

2. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, prevendo a composição do Comitê, formado por 3(três) a 5(cinco) membros, que não terão suplentes, os quais devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria, ou no setor de atuação da Companhia.

Atualmente, o CAE é constituído pelos seguintes membros: Conselheira Maria Carolina Ferreira Lacerda (Coordenadora), Conselheiro Alexandre Firme Carneiro, ambos nomeados em 24 de setembro de 2019, Conselheiro Edy Luiz Kogut e Conselheiro Mateus Affonso Bandeira, nomeados em 01 de novembro de 2019 e Membro Externo Elionor Farah Jreige Weffort, nomeada em 30 de novembro de 2018.

Destaca-se que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C §2º da Instrução CVM nº 308/99, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM no. 509 de 16 de novembro de 2011, bem como aos critérios de independência estabelecidos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

3.RESUMO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO EM 2019/2020

No período compreendido entre 12 de março de 2019 a 18 de setembro de 2019, nos termos da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, foram realizadas 18 reuniões ordinárias do CAE da BR. A partir de 18 de setembro de 2019 até a presente data, foram realizadas 9 reuniões ordinárias. As pautas apreciadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário contemplaram pautas envolvendo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Gerentes, Ouvidor, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As análises, manifestações e recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente registradas em atas.

Os principais temas tratados em suas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas às diversas áreas da BR, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes, de forma resumida, foram relatadas mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração.

O CAE elaborou o Calendário Anual de Pautas de Reuniões para o exercício social de 2020, contemplando todos os assuntos pertinentes e demandados para o cumprimento das suas obrigações e responsabilidades.

3.1. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS, DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No período de abrangência deste relatório, foram realizadas pautas de reuniões com a área de Contabilidade tendo como objeto as demonstrações contábeis, trimestrais e anual, abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis. Essas pautas envolveram, ainda, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal da BR.

A classificação de riscos dos processos nas esferas judiciais e administrativas, as estimativas de valores e consequentes registros

contábeis em provisões passivas e/ou divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis da BR, foram analisadas e discutidas em reuniões do CAE com o Jurídico, com a Contabilidade e com o Financeiro.

A razoabilidade das premissas em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios de previdência e pensão e de saúde foram apresentados pelas áreas responsáveis e avaliados pelo CAE.

3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Auditoria Independente, a partir de abril de 2017, é realizada pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"). Foram obtidas informações para assegurar a independência dos auditores e a inexistência de conflitos de interesses em outros trabalhos que não os de auditorias das demonstrações contábeis.

O CAE reuniu-se com os auditores independentes ("KPMG") para abordar os seguintes assuntos: (i) planejamento e execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis trimestrais e anual do exercício de 2019; (ii) extensão dos principais procedimentos de auditoria e a materialidade adotada; (iii) riscos de auditoria; (iv) pontos de atenção identificados e (v) conclusões dos seus exames de auditoria.

3.3. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, supervisionada tecnicamente pelo CAE, responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades mais sensíveis às operações e à estratégia da BR.

Nas diversas reuniões realizadas com a Auditoria Interna, o CAE tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes das conclusões dos seus trabalhos, bem como efetuou o acompanhamento dos planos de ação recomendados para os apontamentos dos exames de auditoria. As pautas abordaram, ainda, o acompanhamento do Plano de Atividades (PAINT), os relatórios trimestrais e anual dos trabalhos da Auditoria Interna (RAINT), além do acompanhamento da realização dos testes dos controles internos na BR.

3.4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Cumprindo suas atribuições de avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela BR e suas respectivas evidenciações, o CAE se reuniu com as áreas para examinar os pontos relevantes dos relatórios emitidos contendo os detalhes das transações com partes relacionadas e suas evidenciações.

3.5. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o CAE tratou de diversas outras pautas em reuniões periódicas com os principais executivos da BR Distribuidora, a fim de tomar conhecimento das estratégias relevantes do negócio, bem como para acompanhar as melhorias operacionais, organizacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

O CAE também realizou reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise e aprovação das demonstrações contábeis trimestrais e anuais da empresa.

O CAE acompanhou o funcionamento do canal de denúncias e as apurações por meio de reuniões periódicas com as áreas de Ouvidoria e Conformidade.

4. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

Em decorrência de sua atuação anteriormente relatada, o CAE entende que todos os itens destacados e recomendados à Diretoria Executiva, cujos planos de ação já foram implementados ou encontram-se em andamento, contemplam procedimentos adequados para mitigar os riscos de controles internos e não geram impactos relevantes nas demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da BR, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração.

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão, o Comitê de Auditoria Estatutário recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2020.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário

Alexandre Firme Carneiro
Conselheiro

Edy Luiz Kogut
Conselheiro

Elionor Farah Jreige Weffort
Membro Externo

Mateus Affonso Bandeira
Conselheiro

**Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria
(estatutário ou não)**

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2020.

Rafael Salvador Grisolia
Presidente

André Corrêa Natal
Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

Flavio Coelho Dantas
Diretor Executivo de Comercial, Varejo e
Inteligência de Mercado

Marcelo Cruz Lopes
Diretor Executivo de Comercial B2B

Marcelo Fernandes Bragança
Diretor de Operações, Logística e Sourcing

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2020.

Rafael Salvador Grisolia
Presidente

André Corrêa Natal
Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

Flavio Coelho Dantas
Diretor Executivo de Comercial, Varejo e
Inteligência de Mercado

Marcelo Cruz Lopes
Diretor Executivo de Comercial B2B

Marcelo Fernandes Bragança
Diretor de Operações, Logística e Sourcing